

RICARDO OLIVEIRA DA SILVA

A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM DEBATE (1958-1964): AS
PERSPECTIVAS DE CAIO PRADO JÚNIOR E ALBERTO PASSOS
GUIMARÃES

Porto Alegre

Março de 2008

RICARDO OLIVEIRA DA SILVA

A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM DEBATE (1958-1964): AS
PERSPECTIVAS DE CAIO PRADO JÚNIOR E ALBERTO PASSOS
GUIMARÃES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do Título de Mestre, sob orientação da professora Claudia Wasserman.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em março de 2008.

BANCA:

Profª. Dra. Claudia Wasserman

Profº. Dr. Ângelo Aparecido Priori

Profº. Dr. Diorge Alceno Konrad

Profº. Dr. Temístocles Américo

Corrêa Cezar

Porto Alegre

Março de 2008

Agradecimentos

Ao Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa e garantir o acesso ao ensino superior de forma gratuita.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que durante 24 meses impulsionou o desenvolvimento dessa pesquisa, possibilitando a aquisição de livros e material para esse trabalho, assim como condições para participar de eventos, os quais contribuíram para o enriquecimento de minha vida acadêmica.

A professora Claudia Wasserman, pela confiança, amizade e pelo conhecimento transmitido, que me ajudou na elaboração da dissertação.

Ao professor Diorge Alceno Konrad, pessoa que presenciou nas aulas de História do Brasil o nascimento do projeto que resultou nessa dissertação, e que me incentivou desde o princípio para o seu desenvolvimento.

Aos amigos e colegas que acompanharam minha jornada acadêmica, desde o período da graduação, e me incentivaram na caminhada acadêmica. Em especial agradeço a Oscar Siqueira, Alexandre Maccari, Cristiano Luís Christillino, Carlos Henrique Armani, Maira Graciela Daniel, Taiara Souto Alves, Fabio Chang e o Cleber, o famoso “Pepe”.

Ao jornalista João Batista Marçal, que abriu as portas de sua casa e permitiu que eu pesquisasse no seu acervo de livros e jornais.

E de forma especial, agradeço aos meus familiares e amigos, pessoas importantes em minha vida, e meu pai, pessoa que sempre me disse que educação é a maior herança que se pode deixar para um filho.

Resumo

A dissertação que apresentamos tem por objetivo analisar o tema da questão agrária na obra de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, relacionado a uma interpretação sobre a gênese e desenvolvimento da sociedade e economia agrária do país, durante os primeiros anos da década de 1960. Desde a metade dos anos de 1950, a questão agrária, diante da ascensão dos movimentos sociais rurais, ganhou espaço no debate político brasileiro. No começo da década de 1960, diante da crise no setor primário, esse espaço se ampliou e passou a envolver inúmeros setores da sociedade, os quais procuravam soluções para os problemas agrários do país. Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior estudaram o tema da questão agrária nesse momento, levando em consideração, por um lado, o processo histórico de constituição da economia e sociedade agrária brasileira e, por outro lado, a relação desse processo com a estrutura fundiária de meados do século XX e as possibilidades de solução de seus problemas diante das propostas políticas do seu partido, o PCB. Entendemos que, diante disso, ambos os intelectuais contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento histórico da realidade social do campo e, conjuntamente, procuraram encontrar caminhos que pudessem modificar uma estrutura agrária socialmente excludente e depreciativa das condições de vida dos trabalhadores rurais.

Palavras-chaves: questão agrária, intelectuais, interpretação do Brasil

Abstract

The present dissertation aims to examine the subject of land question in work of Caio Prado Júnior and Alberto Passos Guimarães, related interpretation about the genesis and development of society and land economy of country, during the first years of the decade 1960. Since half of years 1950 land question face of advance of rural social movements won space in the Brazilian political debate. At beginning of 1960, face the crisis in the primary sector that space was expanded and started to involve many sectors of society which looked for solutions to the land problems of country. Alberto Passos Guimarães and Caio Prado Júnior studied the subject of the land question at this moment, taking into account the one hand the historic process of economy and Brazilian land society and other hand the relation of this process with land structure of this process with land structure of XX century and possibilities for solutions to their problems face policy proposals of his party, the PCB. Believe that, both intellectuals contributed to the development of historical knowledge of social reality of the field and tried jointly find ways that could change the land structure socially exclusionary and derogatory of the living conditions of rural workers.

Key-words: land question, intellectuals, interpretation of Brazil

Amigo, é longo o caminho que leva ao mar
e há que mostrar o itinerário
como há que depois conquistá-lo
erguida ante o vale, superaremos a montanha
o tempo gasto e o deus antigo que não pode ser homem
não vão conosco
a nova fé é nossa, como o dia do sol
como a rosa, o pássaro de volta
nossa força os do outro lado já perceberam
e negociam uma solução
não, não há mais tempo para vender a história.
Como a fome, a rosa, o pássaro de volta
também a solução é nossa.

Poema Subversivo, José Carlos Capinam

SUMÁRIO

Introdução.....	09
1 – capítulo: o contexto do debate agrarista brasileiro: aspectos da economia do setor primário, da organização dos trabalhadores rurais e da questão agrária no pensamento do PCB.....	22
1.1 A agricultura brasileira entre as décadas de 1930 a 1960.....	22
1.1.1 Os conflitos sociais no campo brasileiro: a questão agrária e os impasses diante de uma proposta de reforma agrária.....	27
1.1.2 O significado da identidade política de “camponês” e “latifundiário” na questão agrária brasileira.....	34
1.2 O debate agrarista no PCB (1958-1964): questão agrária e revolução democrático – burguesa.....	38
1.2.1 A questão agrária no pensamento político do PCB.....	38
1.2.2 O debate agrarista em autores do PCB.....	44
1.3 O itinerário político de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães: intelectuais, questão agrária, PCB.....	50
1.3.1 A trajetória pecebista de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior: biografia, política e cultura.....	51
1.3.2 Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior: o preâmbulo de um debate agrarista no PCB.....	56
2 – capítulo: o debate agrarista em Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães: a matriz histórica da questão agrária brasileira.....	61

2.1 O caráter da colonização portuguesa no Brasil.....	62
2.2 A constituição histórica da estrutura agrária brasileira.....	68
2.2.1 A grande propriedade fundiária/latifúndio.....	68
2.2.2 O grande proprietário de terra/latifundiário.....	75
2.2.3 O trabalhador rural/camponês.....	80
2.3 A gênese das relações sociais de produção no campo.....	85
3 – capítulo: o debate agrarista em Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães: a configuração da questão agrária na década de 1960.....	93
3.1 As características da estrutura agrária brasileira em meados do século XX.....	93
3.2 As classes sociais no campo.....	101
3.3 As perspectivas de solução da questão agrária no Brasil.....	107
Conclusão.....	120
Referências Bibliográficas.....	124
Anexos.....	131

Introdução

O Brasil, apesar de ser atualmente um país com uma população predominantemente urbana, possui na questão agrária, marcada pela concentração da propriedade fundiária, pelas difíceis condições de vida e emprego dos trabalhadores rurais, pelo desrespeito aos territórios indígenas e quilombolas, assim como os desmatamentos e problemas ambientais decorrentes do exercício de uma atividade agrícola e pecuária predatória, um de seus principais problemas sociais. Os constantes conflitos que ocorrem no campo corroboram na permanência da questão agrária como um problema latente em nossa sociedade. Diante dessa constatação, consideramos oportuno um estudo sobre as idéias dos indivíduos que se debruçaram sobre o tema da questão agrária nos debates políticos e intelectuais da história recente do país. Dessa forma, entendemos que esse estudo, além de nos proporcionar perceber as principais características desse tema, poderá nos ajudar a compreender os impasses, seja de ordem política, social ou econômica, que permitem a permanência da questão agrária na sociedade brasileira.

O estudo que tencionamos realizar em nossa dissertação sobre a questão agrária procurou ser delimitado temporalmente entre o final dos anos de 1950 e o início da década de 1960, tomando como referência para o estudo da temática agrária a produção intelectual de dois importantes historiadores: Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. A escolha desse período ocorreu pelo fato de considerarmos que esses anos apresentaram particularidades que possibilitaram o surgimento na sociedade brasileira do primeiro debate agrarista em nível nacional, sendo uma época bastante rica no desenvolvimento do pensamento político/intelectual voltado a questão agrária.

No que se refere aos autores escolhidos para o estudo da questão agrária, optamos por Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior devido à importância da produção intelectual desses dois autores, os quais, por meio de uma reflexão histórica, procuraram se posicionar perante as soluções propostas para os problemas do campo brasileiro na década de 1960, em especial diante das propostas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse momento, o Partido Comunista era um dos principais atores sociais envolvidos com a questão agrária, tema que tinha papel de destaque no seu programa político, o projeto democrático-burguês, e com o qual Alberto Passos e Caio Prado exerciam estreito diálogo.

A presença da questão agrária no debate político brasileiro do final da década de 1950 e início dos anos de 1960 foi proporcionada por um conjunto de particularidades desse período histórico. No que diz respeito à economia do setor primário, por exemplo, o começo

dos anos de 1960 apresentou um quadro oriundo de um processo que estava sendo delineado no campo desde a década de 1930. Segundo Bernardo Sorj (SORJ, 1986), desde a terceira década do século XX o Brasil presenciava um crescimento na produção do setor primário direcionado ao mercado interno e relacionado ao declínio da produção do café, o que levou à ocupação de áreas de menor renda diferencial por pequenos produtores orientados para o mercado interno. Esse processo de expansão da fronteira agrícola foi importante fonte para o crescimento econômico. Essa expansão atuou como fator de integração do setor primário a outros setores da economia do país, porém, continuou tendo como base a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada e polarizada.

No início da década de 1960, o processo de integração do setor primário e acumulação de capital verificada nos setores industriais começou a apresentar problemas. Segundo Sorj, as exportações nesse período se mantiveram em constante desequilíbrio, oscilando entre um aumento e um declínio, tanto em termos de volume quanto de valor. Além disso, a produção para o mercado interno passou a apresentar problemas de abastecimento em certos produtos, especialmente carne, feijão e frutas, com uma alta nos preços desses produtos. Essa situação contribuiu na deflagração da crise econômica que o país se defrontou a partir desse momento devido ao esgotamento do modelo de desenvolvimento via substituição de importações e, também, na retomada do debate sobre a questão agrária no Brasil.

Em relação aos aspectos políticos presentes no debate sobre os problemas agrários, Bernardo Sorj informa que as transformações ocorridas no Estado brasileiro a partir da década de 1930 se orientaram para a busca de integração do proletariado industrial ao sistema político burguês, principalmente por meio de uma legislação social de perfil corporativista. No entanto, nesse processo os trabalhadores do campo continuaram excluídos. Contudo, no final da década de 1950 essa situação começou a mudar drasticamente devido ao impacto das transformações da sociedade global que se orientaram para o campo, assim como pelo aumento da militância política de diferentes setores dos trabalhadores rurais.

Diante dessa nova realidade, muitos partidos voltaram sua atenção para o campo, como foi o caso do PCB, partido que, segundo Marcelo Ridenti (RIDENTI, 1993), contou com inúmeras adesões e influenciou com suas idéias a luta política e sindical. Desse modo, colaborou para uma deterioração crescente nas tradicionais relações de dominação no campo. Durante o governo João Goulart, a crescente mobilização política no meio rural acentuou o confronto e polarização, ressaltando o tema da questão agrária no debate político e colocando para o governo a questão da integração da população rural dentro da estrutura do Estado burguês (TOLEDO, 1982).

A organização política e as lutas sociais empreendidas pelos trabalhadores rurais a partir de meados da década de 1950 foi outro elemento constitutivo para o aprofundamento do debate agrário no Brasil. Leonilde Servolo de Medeiros (MEDEIROS, 2003), em estudo sobre a história da reforma agrária, informa que até a década de 1950 não havia se constituído no Brasil um movimento social expressivo que lutasse pelas demandas da população rural, pois, apesar de serem recorrentes os conflitos por terra em diversos pontos do país, essas lutas não haviam se unificado por meio de uma linguagem em comum.

Entretanto, após a década de 1940, a situação social no campo começou a apresentar um quadro de mudança. Em parte, essas mudanças ocorreram em virtude do impacto das transformações econômicas e sociais que se orientaram para o campo, como, por exemplo, o rápido processo de mercantilização da terra, o qual contribuiu para o processo de expulsão dos trabalhadores das áreas onde viviam ocasionando, inclusive, conflitos armados, como em Porecatu, no Paraná, e Trombas e Formoso, em Goiás. Por outro lado, essa mudança ocorreu devido ao aumento da militância política de diferentes setores de trabalhadores rurais, sendo exemplo disso o caso das Ligas Camponesas, criadas no Nordeste e que contribuíram para dar um peso crescente aos trabalhadores rurais na política nacional.

Assim, mediante esses fatores, a questão agrária constituiu parte importante do debate político brasileiro do começo da década de 1960. Em nosso trabalho, contudo, gostaríamos de ressaltar que, além do aspecto econômico, social e político, a questão agrária também foi debatida como um problema de interpretação histórica, ou seja, ela também foi abordada levando em consideração a compreensão que se tinha sobre a constituição da estrutura fundiária brasileira desde sua gênese colonial. Nesse sentido, procuramos desenvolver nossa dissertação mediante a análise da produção historiográfica de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, efetuando um estudo sobre o significado do conhecimento histórico para a compreensão das características da realidade social do campo e as possibilidades de solução de seus problemas.

Ao trabalhar o debate em torno da questão agrária no começo da década de 1960, mediante as obras de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, consideramos importante apresentar a produção intelectual que surgiu sobre esse tema a partir da década de 1980, tendo em vista contribuir no desenvolvimento das abordagens realizadas até esse momento.

José Graziano da Silva (SILVA, 1987), foi um dos primeiros autores em abordar o tema do debate agrarista brasileiro ocorrido durante os anos de 1950/1960. Ao constatar a retomada do debate político sobre a questão agrária no começo da década de 1980, José

Graziano procurou compreender essa discussão analisando a trajetória desse debate a partir dos anos de 1960. Nesse período, Graziano apontou que um dos principais argumentos para o debate agrário era o diagnóstico realizado por muitos setores da sociedade sobre a estrutura fundiária como obstáculo à industrialização. Segundo esse autor, inúmeras correntes de pensamento, entre as mais progressistas e respeitadas, como as inspiradas no arcabouço teórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), convergiam em apontar o fator de entrave da estrutura agrária ao processo de industrialização, devido principalmente à escassez na produção de alimentos e matérias-primas para as indústrias e centros urbanos, o que limitava a ampliação do mercado interno.

No trabalho de José de Souza Martins (MARTINS, 1981), encontramos a dinâmica dos movimentos sociais na composição do debate agrarista. Segundo esse autor, a principal característica das lutas sociais no campo no início dos anos de 1960 tinha sido a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica pela hegemonia na organização dos trabalhadores rurais. Nesse embate, o tema da reforma agrária foi importante bandeira utilizada por esses grupos para ganhar força entre os trabalhadores rurais.

Ainda no início da década de 1980, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (LINHARES, SILVA, 1981) publicaram uma obra sobre as principais correntes de pensamento no debate em torno da questão agrária na década de 1950/1960. Nesse texto, esses dois autores afirmaram que a politização do debate agrário brasileiro ocorreu, em grande parte, devido às condições econômicas e políticas desfavoráveis ao prosseguimento, sem quebra de continuidade, do processo de industrialização iniciado na década de 1930.

O trabalho de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva também apresentou uma interessante relação entre a História e as análises realizadas sobre a questão agrária, relação que buscamos levar em consideração ao trabalhar com a obra de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior:

Tais noções tinham por base uma determinada concepção da formação da sociedade brasileira, produto da expansão que se iniciara no século XV. Talvez, por isso mesmo, em nenhum outro país a História tenha adquirido tais foros de grandeza como no Brasil pós-1950, nem tenha ela conseguido penetrar, de forma tão acabada, no quase dia-a-dia de uma *intelligentsia*, toda ela voltada para o debate político, como nos anos 50/60 (LINHARES, SILVA, 1981: 40).

Na década de 1990 foram publicados novos trabalhos sobre o debate em torno da questão agrária nos anos de 1950/1960. Angela Kageyama (KAGEYAMA, 1993), por exemplo, apresentou importante texto sobre os chamados intérpretes clássicos da questão

agrária. Segundo a autora, durante o final dos anos de 1950 e início da década de 1960 muitos intelectuais participaram de discussões, acadêmicas e políticas, centradas nos rumos do desenvolvimento brasileiro, tendo sido a questão agrária um dos principais pontos de debate nessas discussões. Para Kageyama, a concepção da questão agrária nesse período esteve vinculada à questão da distribuição fundiária e da injustiça e desigualdade decorrente da manutenção da concentração da propriedade fundiária.

Nesse trabalho, Kageyama analisou a questão agrária a partir das obras dos autores clássicos, em sua opinião, ou seja, Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado e Ignácio Rangel. A partir desse enfoque, a autora buscou entender a questão agrária não apenas sob o prisma da concentração fundiária, mas também em nível populacional, seja mediante a forma de um excedente estrutural de mão-de-obra, formas extorsivas e extra-econômicas de exploração do trabalho, ou do sistema de baixos salários e desamparo legal que perpetuou a pobreza rural.

Raimundo Santos (SANTOS, 1996), abordou a participação do PCB no debate agrarista, interpelando, nessa tarefa, intelectuais comunistas, como Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Mais recentemente, Angelo Priori (PRIORI, 2003) também abordou o tema da questão agrária no PCB, realizando uma análise voltada para os documentos produzidos pelo partido ao longo dos anos de 1950 e, relacionado à produção desses documentos, as dificuldades do PCB em atuar no campo devido, por um lado, a uma análise teórica que enfatizou o papel do proletariado nas transformações sociais e, por outro lado, a repressão política que cerceou as possibilidades de atuação do partido na área rural.

Diante dessa produção intelectual, pretendemos contribuir no estudo do debate agrarista dos anos de 1950/1960 através da análise da produção intelectual de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, importantes partícipes dessa discussão, ressaltando o papel do conhecimento histórico desses dois autores na compreensão da formação e constituição da estrutura fundiária e da sociedade rural brasileira, assim como a relação dessa matriz histórica na análise da realidade social do campo no começo da década de 1960 e das proposições para a solução dos problemas existentes no campo.

No que diz respeito ao objetivo descrito acima, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (LINHARES, SILVA, 1981) ressaltaram o importante papel da História nos debates políticos sobre a questão agrária nos anos de 1950/1960. Essa relação foi abordada por inúmeros intelectuais que buscavam compreender as raízes, tanto em nível social, econômico e político, dos fatores que impediam o desenvolvimento do país.

Angela Kageyama (KAGEYAMA, 1993), no estudo que empreendeu sobre a questão agrária brasileira, realizou uma análise da produção intelectual de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, além de Celso Furtado e Ignácio Rangel, onde constatamos a presença de uma abordagem histórica na obra desses dois intelectuais, apesar da autora, nos limites de um artigo, não ter aprofundado essa abordagem. Além disso, a preocupação da autora nesse trabalho esteve direcionada ao fator da população no campo, buscando nesses autores uma reflexão sobre as condições que permitiram o significativo êxodo rural no Brasil. Mediante essa proposta, a autora afirmou que em relação ao aspecto populacional, Alberto Passos Guimarães destacou na questão agrária as formas extorsivas e extra-econômicas de exploração do trabalho, enquanto Caio Prado Júnior priorizou o sistema de baixos salários e o desamparo legal que perpetuava a pobreza rural. Diante disso, consideramos que nosso trabalho pode contribuir no aprofundamento dessa perspectiva no que se refere a relação do passado colonial brasileiro com as formas extorsivas de exploração do trabalho rural.

Em relação à inserção de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães no debate agrarista, procuramos enfatizar um aspecto trabalhado por Raimundo Santos (SANTOS, 1996), ou seja, a inserção político/intelectual desses dois historiadores no debate mediante diálogo com o pensamento político do PCB. Segundo Raimundo Santos, durante muito tempo uma reflexão teórica sobre a questão agrária esteve em posição secundária no interior do partido. No entanto, com as lutas sociais desencadeadas no campo durante a década de 1950, a questão agrária passou a receber maior atenção do PCB, uma vez que o partido buscou aprofundar seu conhecimento sobre a realidade nacional (SANTOS, 1988).

Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior estiveram presentes no PCB durante a década de 1950, discutindo a questão agrária com o projeto político do partido conhecido como democrático-burguês, o qual postulava transformações capitalistas para o campo. Procurando conhecer o momento desse debate, decidimos realizar em nosso trabalho um recorte temporal tomando como ponto de partida o ano de 1958, quando surgiu a Declaração de Março na qual o PCB expôs a diretriz programática que orientou sua ação política nos anos posteriores. Essa Declaração tornou-se um referencial no debate tanto para Alberto Passos Guimarães quanto para Caio Prado Júnior. Nesse recorte temporal, optamos tomar por término da pesquisa o ano de 1964, por considerarmos que o Golpe ocorrido nesse ano, depondo o presidente João Goulart, não ter acabado com o debate agrarista, o qual persistiu com um gradual descenso, mas por ter proporcionado uma nova conjuntura para essa discussão.

A partir da leitura do material referente ao debate agrarista sobre o período 1950/1960, e tendo em vista contribuir com essa produção bibliográfica, optamos elaborar nossa dissertação tendo como objetivo geral analisar a interpretação histórica desenvolvida por Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior sobre os aspectos econômicos, políticos e sociais da realidade agrária brasileira, a partir da sua gênese colonial, assim como a relação dessa matriz histórica na configuração dos problemas agrários no final dos anos de 1950 e no começo da década de 1960.

No que se refere aos objetivos específicos de nossa dissertação, pensamos em apresentar alguns aspectos que contribuíram para o debate agrarista em meados do século XX através de uma abordagem sobre algumas características da economia agrícola brasileira, de alguns dados sobre a realidade social do campo e do pensamento político do PCB sobre a questão agrária mediante os documentos produzidos pelo partido, assim como os trabalhos desenvolvidos por alguns de seus membros em livros ou periódicos. Consideramos que esse terceiro ponto tornará nosso trabalho mais fecundo, especialmente pelo fato de terem sido Caio Prado e Alberto Passos membros do PCB e dialogado com as idéias desse partido sobre a questão agrária.

Assim, no que diz respeito aos problemas de investigação, nosso trabalho partiu das seguintes indagações:

- Como o desempenho do setor primário contribuiu para o debate em torno da questão agrária no final dos anos de 1950 e início da década de 1960?

- De que forma os conflitos rurais contribuíram para a inserção da questão agrária no debate político brasileiro?

- Qual o significado da participação do PCB no debate agrarista ocorrido no Brasil no começo da década de 1960?

- Qual a relação do PCB na participação de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães no debate sobre a questão agrária?

- Mediante uma abordagem histórica, qual a interpretação desenvolvida por Caio Prado e Alberto Passos sobre a matriz fundiária do Brasil?

- Diante da interpretação histórica sobre a estrutura fundiária brasileira, qual o posicionamento de Alberto Passos e Caio Prado sobre os problemas agrários dos anos de 1950/1960?

Partindo dos problemas de investigação, construímos as seguintes hipóteses de trabalho:

- O setor primário que, desde a década de 1930, vinha incorporando-se gradualmente às atividades do setor industrial, começou a apresentar um descompasso nessa incorporação no final dos anos de 1950, quando o modelo de desenvolvimento industrial via substituição de importações começou a apresentar um esgotamento. Nesse sentido, as condições em que ocorriam as atividades agrícolas, especialmente através da manutenção de um elevado índice de concentração fundiária e do uso de técnicas rotineiras, passaram a serem consideradas adversas para a economia do país, e mudanças em sua estrutura passaram a ser propostas;

- Os conflitos rurais contribuíram para a inserção da questão agrária no debate político ao conferirem a esse tema um caráter não apenas econômico, mas também social, devido às lutas que a população rural desenvolveu a partir da década de 1950 contra as precárias condições de vida e trabalho. Além disso, as lutas e mobilizações dos trabalhadores rurais contribuíram para modificar uma imagem de passividade que parte da sociedade brasileira possuía em relação à população rural, passando essa população a ser vista como um agente de luta por mudanças sociais;

- O significado do PCB no debate agrarista esteve na sua participação mediante incorporação em suas discussões políticas das demandas e necessidades da população rural tendo em vista o seu programa para o desenvolvimento do país, ou seja, o projeto democrático-burguês, o qual ambicionava a construção de uma sociedade socialista precedida por mudanças de caráter burguês;

- A relação do PCB na participação de Caio Prado e Alberto Passos no debate sobre a questão agrária esteve no fato de ambos os intelectuais terem sido membros desse partido e terem dialogado com os aspectos constitutivos dos problemas agrários, diante das soluções apontadas pelo projeto político do PCB para esse tema;

- Tendo em vista uma análise histórica, Caio Prado Júnior compreendeu a matriz fundiária do país mediante o sentido da colonização portuguesa, a qual foi realizada tendo como um de seus fundamentos a produção primária em grandes propriedades visando a exportação. Na obra de Alberto Passos Guimarães, a análise histórica o levou a destacar na matriz fundiária a importância da ação política da Coroa portuguesa em relação ao território brasileiro, ação que se efetivou sobre a colônia mediante a entrega de extensos territórios nas mãos de uma fidalguia fiel ao rei, assim como o transplante para o novo continente de relações sociais de produção feudais;

- Diante da análise histórica sobre a estrutura fundiária do país, Caio Prado Júnior frisou o caráter mercantil da produção social no campo, base do poder político e social dos grandes proprietários de terra e postulou, na década de 1960, a necessidade da

desconcentração da propriedade fundiária como medida capaz de romper com essa forma de dominação, além da criação de uma legislação trabalhista como instrumento para ajudar na melhoria das condições de vida da população rural. Para o historiador Alberto Passos Guimarães, a análise histórica sobre a estrutura social, política e econômica do campo brasileiro, o levou a considerar como fundamental a realização de uma reforma agrária, medida que permitiria, por um lado, o avanço de relações sociais capitalistas no campo e, por outro lado, contribuiria para acabar com o poder político dos grandes proprietários de terra, os quais tinham como base de seus privilégios a manutenção de relações sociais de caráter extra-econômico, herança do período colonial.

A partir dos problemas de investigação que postulamos para o desenvolvimento de nossa dissertação, buscamos utilizar um referencial teórico e metodológico que pudesse contemplar a participação intelectual de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães no debate político sobre a questão agrária. Nesse sentido, procuramos refletir teoricamente a participação de ambos os autores no debate agrarista brasileiro enquanto intelectuais preocupados com os problemas da sociedade em que viviam. Segundo Antonio Gramsci (GRAMSCI, 1982), essa é uma característica dos chamados intelectuais “orgânicos”, ou seja, os intelectuais presentes na sociedade que, a partir de um determinado grupo social, procuram refletir os problemas do meio em que vivem levando em consideração as preocupações do meio social em que estão inseridos. No caso do nosso trabalho, a relação do intelectual com determinado grupo social foi exposta na condição de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães enquanto intelectuais e integrantes do PCB, partido cujo projeto democrático-burguês foi problematizado pelos dois autores.

Recentemente, Norberto Bobbio (BOBBIO, 1997) trouxe importante contribuição para a reflexão da relação intelectual/sociedade. Segundo esse autor, no que diz respeito à política e a cultura, existem dois tipos principais de intelectuais, os ideólogos e os expertos, sendo o ponto de distinção entre esses dois tipos de intelectuais a diversa tarefa que desempenham enquanto criadores ou transmissores de idéias ou conhecimentos politicamente relevantes, assim como as funções que os intelectuais são chamados a desempenhar no contexto político. Assim:

Creio ser suficiente dizer que por ideólogos entendo aqueles que fornecem princípios-guias, e, por expertos, aqueles que fornecem conhecimentos-meio. [...]. Os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base no qual uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é “legitimada” -, pelo fato de estar conforme aos valores acolhidos como guia da ação; os expertos são aqueles que, indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um

determinado fim, fazem que a ação que a ele conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo (BOBBIO, 1997: 73-74).

Nesse sentido, também procuramos refletir a participação de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães no debate agrarista segundo a aceção de Norberto Bobbio sobre intelectual ideólogo, pois consideramos que esses dois historiadores refletiram a questão agrária e elaboraram propostas de mudanças para a realidade social do campo, embasados em uma determinada análise histórica sobre a estrutura agrária do país, os princípios, na denominação de Norberto Bobbio.

Em relação à restituição do contexto de produção de uma obra, procuramos desenvolver metodologicamente nossa dissertação segundo reflexão de Maria Izabel de Moraes Oliveira (OLIVEIRA, 2003). Para essa autora é importante estudar um texto levando em consideração o contexto social em que foi produzido, pois o historiador deve reconhecer que além do texto existe uma história efetiva, ou seja, o conteúdo histórico de um texto pode ser encontrado na relação com o contexto em que foi produzido, o que permite perceber os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se expressam, assim como o conjunto de determinações extra-textuais que presidem a produção, circulação e consumo dos discursos. Diante dessa afirmação, procuramos analisar o tema da questão agrária na obra de Alberto Passos e Caio Prado partindo de um capítulo de contextualização, como forma de percebermos os principais temas que compunham o debate agrarista nesse período e, desse modo, como esse debate estava sendo abordado por esses dois autores.

Antes de apresentarmos o plano de capítulos, gostaríamos de ressaltar um argumento desenvolvido por Renato Moscateli (MOSCATELI, 2003) no que se refere à leitura e interpretação de um texto, pois trabalhamos com esse procedimento em nossa dissertação. Segundo Renato Moscateli, ler não significa apenas ouvir a fala alheia, mas também propor ao texto uma fala pessoal e interrogativa, como se não se estivesse em frente apenas de um objeto, o escrito, mas sim diante de outro ser humano com o qual temos a oportunidade de conversar. Desse modo, o resultado da interpretação textual acaba sendo não apenas a elucidação das intenções do autor, ou os sentidos atribuídos pelo leitor ao texto, mas também o que o leitor compreende do que o autor quis dizer. Assim, o saber histórico se torna mais do que um discurso sobre outros discursos, mas também um discurso em confronto com outros discursos, estabelecido dialeticamente durante a prática da leitura das fontes. Para Renato Moscateli, essa relação dialética na leitura, esse diálogo com o outro, deve ser encarada como uma relação com um sujeito com o qual se realiza um confronto discursivo, uma prática argumentativa:

Para isto não basta admitir e lamentar que o produtor do texto imprimiu indelevelmente sua marca pessoal no documento, como se isto fosse mácula que o aparato crítico do historiador deve superar em direção à objetividade. Antes, é melhor reconhecer essa subjetividade latente no texto e convidá-la para mostrar-se por inteiro: se a História é o estudo do homem no tempo, é ao homem que se deve interrogar quando se pesquisa (MOSCATTELI, 2003: 53).

Mediante essas reflexões, pensamos em um plano de capítulos que pudesse contemplar a contextualização do debate em torno da questão agrária entre o final dos anos de 1950 e começo da década de 1960, seguido por dois capítulos centrados na análise do tema da questão agrária na obra de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães.

Nesse sentido, decidimos trabalhar no primeiro capítulo com um conjunto de fatores, tanto em nível econômico, social e político, que criaram as condições favoráveis para o debate agrarista no Brasil na metade do século XX. Ainda nesse primeiro capítulo, buscamos abordar o pensamento político do PCB sobre a questão agrária entre os anos de 1958 a 1964, tendo em vista, além de ressaltar a participação do partido no debate, situar o ambiente intelectual no qual dialogaram Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Por fim, buscamos apresentar um breve itinerário onde pudéssemos apresentar a relação desses dois intelectuais com o PCB.

No segundo capítulo da dissertação nos voltamos para a análise da questão agrária na produção intelectual de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Nesse primeiro momento, levamos em consideração a perspectiva histórica que esses dois autores elaboraram sobre a estrutura fundiária, ressaltando a perspectiva de intelectual-ideólogo conforme apresentamos por meio de Norberto Bobbio. Nessa tarefa, buscamos ressaltar três aspectos presentes na obra desses dois historiadores: o caráter da colonização; a formação histórica dos principais aspectos constitutivos do campo brasileiro, em especial a grande propriedade fundiária/latifúndio, o grande proprietário terra/latifundiário e o trabalhador rural/camponês; por último, o tema do surgimento das relações sociais de produção no campo.

No terceiro capítulo, buscamos apontar as principais soluções apontadas por Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães aos problemas contemporâneos do campo brasileiro (1950/1960), levando em consideração a reflexão de cada um sobre a matriz fundiária do país. Nesse sentido, ressaltamos nesse capítulo a característica de intelectual orgânico desses dois autores, especialmente no diálogo que realizaram com o PCB. Nesse capítulo, nossa análise tomou por parâmetro três abordagens existentes no trabalho desses dois historiadores: as características da estrutura agrária brasileira em meados do século XX; as classes sociais existentes no campo; e as perspectivas de solução da questão agrária no Brasil.

Em relação às fontes trabalhadas na dissertação, priorizamos como fontes primárias as obras de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior que foram publicadas no começo da década de 1960. Nesse sentido, abordamos de Alberto Passos Guimarães o seu livro *Quatro séculos de latifúndio*, publicado originalmente em 1963, porém, gostaríamos de ressaltar que utilizamos o texto referente à segunda edição, publicada em 1968; a obra *Inflação e monopólio no Brasil*, publicada no ano de 1962; o texto *As três frentes da luta de classes no campo brasileiro*, publicado na Tribuna de Debates do V Congresso do PCB em 1960 e compilado no livro *Questão agrária e política: autores pecebistas, uma coletânea de artigos de autores do PCB organizado por Raimundo Santos e publicado em 1996*.

No caso de Caio Prado Júnior, trabalhamos com uma coletânea de artigos publicados por esse autor na Revista Brasiliense entre os anos de 1960 a 1964. Em nossa dissertação, utilizamos o livro onde o autor reuniu esse conjunto de textos, ou seja, a obra *A questão agrária*, publicada em 1979; o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, mas cuja edição utilizada por nós se refere a 14ª, lançada em 1976; o texto *A questão agrária e a revolução brasileira*, publicado na Tribuna de Debates do V Congresso do PCB e também presente na coletânea de artigos sobre autores do PCB organizado por Raimundo Santos, no livro *Questão agrária e política: autores pecebistas*.

No que diz respeito à participação e trajetória de Caio Prado e Alberto Passos no PCB, utilizamos a dissertação de mestrado em sociologia de Santiane Arias, intitulada *A Revista Estudos Sociais e a experiência de um "marxismo criador"*, assim como o trabalho de Fernando Papaterra Limongi, *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Júnior e a Revista Brasiliense*. Além desses dois trabalhos, abordamos a obra *Caio Prado Júnior*, organizado por Francisco Iglesias.

O pensamento político do PCB sobre a questão agrária foi abordado em nossa dissertação através da Declaração de Março de 1958, documento presente na obra de Edgard Carone, chamado *O P.C.B. II (1943-1964)*, a qual, lançada em 1982, reuniu os documentos produzidos pelo PCB entre 1943 a 1964. Em relação a autores do PCB, trabalhamos com o artigo de Nestor Vera, *O papel dos camponeses na revolução*, publicado originalmente na Tribuna de Debates do V Congresso do PCB em 1960; o texto de Giocondo Dias, *Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira*, publicado originalmente no suplemento do PCB Terra Livre, em 1962. Esses dois textos encontram-se na coletânea de artigos publicados por Raimundo Santos. Abordamos também o texto de Rui Facó, *Notas sobre o problema agrário*, publicado originalmente na *Revista Estudos Sociais* em dezembro de 1961 e presente no livro *A Questão Agrária: textos dos anos sessenta, coletânea de artigos sobre a questão*

agrária não circunscrita a autores do PCB e publicada no ano de 1980 pela Editora Brasil Debates. Outro autor presente em nossa dissertação foi Nelson Werneck Sodré, intelectual que apresentamos por meio de obras como *Introdução à revolução brasileira*, livro publicado originalmente em 1958, porém, frisando que utilizamos o texto referente a terceira edição, publicada em 1967. Além dessa obra, o livro *História da burguesia brasileira*, publicado pela primeira vez em 1964 e cuja edição utilizada por nós se refere também à terceira edição, publicada em 1976.

Na contextualização da década de 1950 e início dos anos de 1960, procuramos trabalhar, além de material referente ao PCB e autores pecebistas, elencados no parágrafo anterior, também em material bibliográfico. Algumas das obras utilizadas por nós foram: *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*, publicada em 1986, por Bernardo Sorj; a obra de Wenceslau Gonçalves Neto *Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*, publicada em 1997; o trabalho de Tamás Szmrecsányi, *O desenvolvimento da produção agropecuária*, publicado no livro *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*, em 1995. O texto de José de Souza Martins, *Os camponeses e a política no Brasil*, publicado em 1981 e a obra *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*, de Regina Reyes Novaes. De um modo geral, essas foram algumas obras basilares para a contextualização do debate sobre a questão agrária brasileira do qual participaram Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães.

1 – capítulo: o contexto do debate agrarista brasileiro: aspectos da economia do setor primário, da organização dos trabalhadores rurais e da questão agrária no pensamento do PCB

1.1 A agricultura brasileira entre as décadas de 1930 a 1960

Segundo Maria Izabel de Moraes Oliveira, no estudo de uma obra é importante levar em consideração o contexto de sua produção, pois esse contexto permite perceber nexos com as idéias contidas nos discursos e com as formas pelas quais essas idéias se exprimem (OLIVEIRA, 2003). Nesse sentido, a crise da agricultura brasileira ocorrida a partir do final da década de 1950, em especial dos setores exportadores, o surgimento de um novo tipo de movimento social no campo, através das Ligas Camponesas e sindicatos rurais, com caráter contestatário e de abrangência significativamente ampla entre os trabalhadores do campo, assim como os debates políticos em torno do tema da reforma agrária, nos ajudam a compreender a reflexão intelectual de Caio Prado e Alberto Passos sobre os problemas do campo nesse período.

A economia agrícola brasileira foi um dos aspectos constitutivos para o surgimento do debate agrarista. No entanto, para entendermos seu significado, consideramos necessário apresentar as mudanças ocorridas nessa área a partir da década de 1930, quando começou a gradual transferência do eixo de acumulação de capital do setor primário-exportador para o setor industrial. Nesse tema, destacamos a produção de três autores: Bernardo Sorj, Tamás Szmrecsányi e José Graziano da Silva. A contribuição dos dois primeiros autores frisou o caráter mercantil presente no processo de expansão da fronteira agrícola, assim como a crise ocorrida nas grandes propriedades fundiárias devido à diminuição nos preços dos produtos de exportação no mercado internacional e da dificuldade em expandir a produção agrícola para conseguir realizar a renda mercantil da terra. A contribuição de Graziano da Silva, por sua vez, concentrou-se nos principais diagnósticos realizados sobre a agricultura brasileira nos anos 1950/1960 em face da crise do setor primário, assim como a distinção entre crise agrícola e crise agrária.

No que diz respeito a gradual transferência do eixo de acumulação de capital do setor primário-exportador para o setor industrial, teve significativa influência a crise que se abateu sobre a economia brasileira em decorrência do *crack* na Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. As restrições impostas às importações de produtos primários pelos países de economia industrial como tentativa de cortar gastos para superar a crise, representaram um rude golpe

para a economia cafeeira, principal produto brasileiro de exportação. Nessa conjuntura, houve no país uma intensificação no processo de industrialização como alternativa à crise econômica, possível após o movimento de 1930 que interrompeu a chamada política do café-com-leite e permitiu uma redefinição nos grupos políticos que controlavam o aparelho do Estado. O processo de industrialização iniciado na década de 1930 ficou conhecido como substituição de importações e marcou a vida econômica do país pelo menos até a década de 1960, sendo sua principal característica a produção no país de produtos industriais anteriormente importados.

A crise na venda dos principais produtos de exportação agrícola, em especial do café, não deslocou, contudo, o setor primário enquanto eixo de acumulação de capital, conseguindo esse setor manter uma expansão suficiente para suprir as necessidades do crescente mercado interno, assim como para sustentar as importações de insumos e maquinarias necessárias ao processo de industrialização brasileira. Por outro lado, essa circunstância estimulou um novo momento na expansão da fronteira agrícola, o qual ocorreu através da ocupação de áreas de menor renda por pequenos produtores tendo em vista o mercado interno. Esse processo de reorganização do espaço econômico no campo contribuiu para o surgimento de importantes movimentos migratórios tanto no sentido rural-urbano, como intra-rural. Para Bernardo Sorj:

A expansão da fronteira acompanha, em termos gerais, a dinâmica do conjunto da economia, que, através da liberação da força de trabalho, da criação de infraestrutura e da geração de mercados, viabilizam as condições de ocupação de novas terras e os termos de sua integração no conjunto da economia (SORJ, 1986: 17).

No entanto, a expansão da fronteira agrícola foi realizada de forma horizontal, ou seja, os aumentos de produtividade aconteceram apenas em determinados produtos e no interior de certas regiões. Dessa forma, apesar da expansão ter ocorrido com a redivisão da propriedade da terra nas novas áreas de ocupação, prevaleceu a intensificação da produção nas grandes propriedades fundiárias, pois, embora tenha objetivado formalmente a difusão da pequena e média propriedade agrária, na prática essa expansão contribuiu para resguardar e consolidar a posição do grande capital mercantil e financeiro, abalado pela crise cafeeira e pelos efeitos da depressão econômica no mercado internacional nos anos de 1930 (SZMRECSÁNYI, 1995).

Nesse sentido, a expansão da fronteira agrícola acabou conjugando de forma original a expansão de uma pequena produção em permanente fragilidade diante de um latifúndio de caráter concentracionista da organização fundiária. Segundo Bernardo Sorj “trata-se então de um processo altamente dinâmico, no qual a pequena propriedade consegue incrementar a área

ocupada, aí se consolidando em muitos casos, sem chegar porém, em geral, a eliminar o latifúndio” (SORJ, 1986: 20).

O avanço do latifúndio pela fronteira agrícola não o impediu, contudo, de ser imune às crises em um momento de adaptação a uma nova realidade econômica. Um tipo de crise que afetou a grande propriedade fundiária esteve vinculado à diminuição no valor dos produtos de exportação resultante da crise econômica da década de 1930, uma vez que os níveis de rentabilidade desses produtos eram determinados pela apropriação de uma renda diferencial em nível mundial. As conseqüências dessa adversidade variaram de acordo com o contexto regional onde ela se manifestou. No Nordeste, a crise na produção açucareira determinou a manutenção da unidade da grande propriedade fundiária, mas com uma descentralização na produção em termos da distribuição de glebas a pequenos proprietários. Na região Centro-Sul, a crise em torno da produção de café determinou um processo de venda de lotes para pequenos proprietários orientados para o mercado interno. Um segundo tipo de crise atingiu as grandes propriedades tradicionalmente assentadas em relações de produção não capitalistas. Nesse caso, essa crise expôs a incapacidade dessas propriedades em expandirem a produção de excedentes comercializados e de realizar a renda mercantil potencial da terra. Nessas condições ocorreram, segundo a região, processos de modernização e transformação dessas propriedades em empresas agrícolas ou de pecuária, permitindo assim eliminar em grande medida os gastos na reprodução de força de trabalho para obter maior controle sobre a produção e comercialização (SORJ, 1986).

Desse modo, a resposta dada pelos grandes proprietários de terra à crise econômica correspondeu a uma tentativa de integrar o setor primário à dinâmica do desenvolvimento capitalista. No entanto, essa integração não ocorreu de forma instantânea e homogênea. Além disso, essa integração influenciou o processo de liberação de mão-de-obra para os centros urbanos, pois:

A integração econômica do setor agrícola no crescimento industrial foi igualmente fundamental, não só em termos da liberação de força de trabalho mas também em termos das condições específicas em que ela foi liberada. Ou seja, a estrutura agrária brasileira fundada na grande propriedade deprimiu o salário e a renda do pequeno produtor tradicional, limitando as alternativas de emprego rural nas roças marginais e nos latifúndios, permitindo que o *ponto de partida* do salário industrial fosse muito mais baixo do que em economias onde o ingresso do trabalhador rural era mais alto (SORJ, 1986: 26).

No entanto, quando se iniciou a década de 1960, o processo de integração do setor primário a acumulação de capital nos setores industriais começou a apresentar problemas. As

exportações começaram a manifestar um constante desequilíbrio, ora aumentando, ora descendo, tanto em termos de volume quanto de valor. A produção para o mercado interno passou a apresentar problemas de abastecimento, especialmente de carne, feijão e frutas, resultando no aumento dos preços desses produtos. Essa nova crise esteve vinculada ao esgotamento do processo de industrialização brasileira via substituição de importações. A característica desse modelo de desenvolvimento era a sucessiva substituição das necessidades de consumo cada vez que a economia ampliava o nível de substituição de importações. O limite desse modelo manifestou-se no final da década de 1950, quando não restou alternativa a não ser substituir bens de capital e matérias-primas. Nesse momento, apareceu de forma mais intensa no debate político o tema da reforma agrária, devido a estrutura fundiária do país, marcada pela concentração da propriedade da terra, não apresentar um nível satisfatório de produtividade no que diz respeito às necessidades do desenvolvimento industrial (NETO, 1997).

A nova crise no setor primário contribuiu para o surgimento do debate agrarista brasileiro. Nesse debate, apesar da diversidade dos atores presentes, foram ressaltados dois diagnósticos sobre o campo: um diagnóstico que percebeu a estrutura agrária como entrave ao desenvolvimento, e um diagnóstico que defendeu a funcionalidade do setor primário (SILVA, 1987). O diagnóstico da agricultura enquanto entrave ao desenvolvimento pautou-se na análise de uma estrutura fundiária arcaica e de fraca resposta à demanda urbano/industrial devido ao exercício de uma produção calcada no monopólio da propriedade da terra e em relações sociais de produção antiquadas. Os setores que defendiam a funcionalidade da agricultura argumentavam, por sua vez, que a concentração fundiária não constituía um entrave ao desenvolvimento. Para esses setores, a agricultura cumpria seu papel econômico ao responder à demanda urbano/industrial sem pressionar seus custos e ao contribuir nas tarefas que lhe eram próprias, como os níveis de produtividade, os preços de produtos agrícolas e a adequada estrutura interna de produção. Em nosso trabalho, não vamos abordar os grupos que defendiam a funcionalidade da agricultura, em virtude do vínculo da reflexão intelectual de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães com os setores que compreendiam a agricultura e a estrutura fundiária como um empecilho ao desenvolvimento do país.¹

Em relação ao grupo desses dois autores, os argumentos em torno do campo estiveram centrados em dois pontos: a) o “estrangulamento” da oferta de alimentos aos setores urbanos,

¹ Em relação ao diagnóstico sobre a funcionalidade da agricultura, alguns indivíduos pertencentes a essa corrente de pensamento foram: Antonio Delfim Netto, Ruy Miller Paiva, Affonso Celso Pastore e Antonio Barros de Castro. Para mais detalhes pode ser visto: (NETO, 1997) e (LINHARES; SILVA, 1981).

decorrente de uma produção existente em menor proporção ao crescimento dos preços, contribuindo assim no processo de inflação e no aumento do custo de vida, com prejuízo especialmente para os trabalhadores e sua capacidade de consumo; b) a concentração da propriedade fundiária como fator de restrição à ampliação do mercado interno para a indústria, uma vez que seu consumo seria restrito diante da existência de propriedades quase auto-suficientes que produziam uma espécie de economia “natural”, não demonstrando significativa capacidade de consumo.

A existência de uma crise agrícola contemporânea ao debate agrarista nos remete a uma distinção apontada por José Graziano da Silva sobre questão agrária e questão agrícola. Para esse autor, à medida que avança um processo de industrialização existe a necessidade por parte do setor agrícola em aumentar a produção primária visando fornecer matérias-primas para as indústrias nascentes, assim como alimentos para os centros urbanos em expansão. Além disso, também há necessidade de liberar mão-de-obra para as indústrias. Se a produção agrícola não cresce no ritmo necessário, estamos diante de uma *crise agrícola*, ou seja, a carência de alimentos e/ou matérias-primas aos centros urbanos e às indústrias, prejudicando o desenvolvimento industrial. Por outro lado, se o campo libera um contingente excessivo de mão-de-obra, ou menor que a demanda dos centros industriais, estamos diante de uma *crise agrária*, traduzida em uma urbanização exagerada ou insuficiente. Assim:

A questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na *produção em si mesma*: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas *relações de produção*: como se produz, de que forma se produz (SILVA, 1987: 11).

O equacionamento da questão agrícola leva em consideração algumas variáveis como quantidade e preço dos bens produzidos. Em relação à questão agrária, as variáveis passam a ser a organização do trabalho e da produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais e a produtividade das pessoas ocupadas no campo. No entanto, José Graziano da Silva nos adverte para o caráter didático dessa distinção, pois na realidade social esses termos não podem ser separados em compartimentos estanques. A questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Assim, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de relacionadas, podem acontecer simultaneamente.

A crise agrícola e a crise agrária manifestaram-se conjuntamente no Brasil no início da década de 1960. Nesse sentido, podemos afirmar que essas duas crises contribuíram para o

debate agrarista uma vez que revelaram os limites da capacidade de expansão produtiva de uma estrutura fundiária concentrada que havia tentado se adaptar a uma nova realidade econômica, gradualmente mais urbana e industrial, entre as décadas de 1930 a 1960. Nesse sentido, a expansão da fronteira agrícola revelou não ter sido suficiente para alterar a característica concentracionista da propriedade da terra. O esgotamento do modelo de desenvolvimento brasileiro via substituição de importações aguçou a fragilidade produtiva do setor primário e contribuiu para o debate político em torno da questão agrária no Brasil nos anos de 1960.

1.1.1 Os conflitos sociais no campo brasileiro: a questão agrária e os impasses diante de uma proposta de reforma agrária

As lutas e os movimentos sociais que surgiram em diversas áreas rurais a partir da década de 1950 contribuíram, assim como a crise no setor primário, para a ascensão do debate agrarista na sociedade brasileira. Nesse período, a realidade rural do país foi marcada por significativa efervescência social. Em parte essa efervescência ocorreu devido ao impacto provocado pelo rápido processo de mercantilização da terra, com a expansão da fronteira agrícola e a conseqüente expulsão de famílias que viviam em áreas principalmente na condição de posseiras. Por outro lado, essa realidade foi ocasionada pelo aumento da militância política de diferentes setores de trabalhadores rurais.

Apesar da efervescência social, os conflitos que aconteceram em meados do século XX não apresentaram unidade na sua forma de expressão, assim como na sua organização e nos seus objetivos. Segundo José de Souza Martins, nesses conflitos esteve presente certa unidade em relação aos motivos de seu aparecimento. Diante dessa particularidade, esses conflitos não questionaram diretamente a propriedade da terra, mas sim a renda capitalista da terra. Os diferentes movimentos rurais, com suas especificidades, expressaram uma luta contra a renda da terra e não o antagonismo em relação a uma classe de proprietários de terra, de latifundiários *strictu sensu*, pois, nesses conflitos, os trabalhadores rurais encontraram pela frente uma classe de proprietários de terra que era ao mesmo tempo capitalista, em uma situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais distintas (MARTINS, 1981).

No estado de São Paulo, no ano de 1959, um conflito rural ocorrido no município de Santa Fé do Sul expôs a tensão em torno da renda da terra. Joaquim Nogueira e José Lira Marin, os arrendatários de uma gleba, subarrendaram a área sob seu controle a um total de

480 famílias, dividida em pequenos lotes de um a seis alqueires para cada família mediante um contrato de três anos e em troca de uma renda de três mil cruzeiros. No entanto, antes do término do contrato, realizado de forma verbal, Joaquim Nogueira e José Lira pediram a terra de volta para transformá-la em pasto para gado. Diante da recusa dos lavradores em deixar a terra, os arrendatários mandaram plantar capim colônia sobre a cultura dos lavradores. Esse capim, extremamente vigoroso, em pouco tempo cresce e sufoca culturas ao seu redor. Após esse fato, iniciaram os primeiros conflitos entre os lavradores e os jagunços contratados por Joaquim e José Lira. Esse conflito se agravou diante do atentado contra a vida de um dos líderes dos lavradores, Jofre Correa Neto, em agosto de 1959.

Em face da tensão criada no município de Santa Fé, o governo do estado de São Paulo enviou o representante Paulo Vanzolini para intermediar as partes envolvidas visando uma solução. Em reunião realizada com cerca de três mil lavradores, o representante da Secretária da Agricultura propôs a transferência das famílias para outras fazendas da região. Ao final do encontro, parte dos lavradores se dispôs a considerar essa proposta. Diante do resultado do acordo, a tensão diminuiu na região. Tendo em vista o fim desse episódio, percebemos que nesse conflito esteve em jogo a questão da renda da terra. Por essa razão, em Santa Fé do Sul não houve a presença do tema da reforma agrária, evidenciando a particularidade do conflito nesse município.²

No começo da década de 1950, ocorreu no norte do estado do Paraná um conflito de maiores proporções do que o conflito ocorrido em Santa Fé do Sul. Nessa região, no final dos anos de 1940, na localidade de Porecatu, o governo do estado planejou a criação de um projeto de colonização. Esse propósito atraiu a atenção de muitos lavradores que passaram a abrir posses na área. No entanto, sem levar em consideração a presença desses posseiros, o governo paranaense vendeu as terras a indivíduos que não as ocupavam. Após a venda das terras, o governo pressionou pela retirada dos posseiros da região, o que acirrou os ânimos dos lavradores. Assim, no ano de 1950 eclodiu um conflito armado na região. A Guerrilha de Porecatu, como ficou conhecida essa luta, destacou-se no cenário nacional devido a sua intensidade. As lutas na localidade de Porecatu prosseguiram até janeiro de 1951, quando um novo governador eleito se dispôs a negociar com o propósito de pôr fim aos embates.

Uma particularidade na guerrilha de Porecatu foi a participação de integrantes do PCB. Nesse período, o partido vivia uma conjuntura política marcada pela cassação do registro legal em 1947 e pelo surgimento do Manifesto de Agosto de 1950. Nesse manifesto,

² Para maiores detalhes sobre esse caso pode ser visto (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1959 in: CARONE, 1980).

Luiz Carlos Prestes conclamou o partido a agir politicamente tendo como objetivo estratégico e imediato a necessidade de lutar por uma revolução agrária a antiimperialista. Para Prestes, somente através dessa ação seria possível instaurar no país um governo popular, democrático e progressista. Nesse sentido, uma revolução agrária a antiimperialista poderia ser viabilizada por meio de ações armadas, tal como estava ocorrendo em Porecatu. O PCB, permeado por essa concepção política, enviou integrantes a região de conflito (PRIORI, 2003).

A participação do PCB em conflitos agrários não se restringiu ao caso de Porecatu. No estado de Goiás, o partido esteve envolvido em uma ação que ficou conhecida como a Revolta de Trombas e Formoso. No final da década de 1940, as terras do município goiano de Uruaçu passaram a ser bastante valorizadas devido à construção de uma estrada na localidade. Nesse momento, chegou à região um grupo de posseiros liderados por José Porfírio, os quais passaram a formar posses em áreas de terras devolutas. Porém, essas terras foram griladas por um grupo de fazendeiros, um juiz e o dono de um cartório local. Mediante esse recurso, os grileiros passaram a exigir a expulsão dos posseiros das áreas ocupadas, criando um clima de tensão. Em 1953 violentas arbitrariedades foram cometidas contra José Porfírio, cuja esposa e filho recém-nascido foram arrancados da casa onde moravam, sendo a mesma queimada e resultando, poucos dias depois, na morte da esposa de José Porfírio em decorrência dos ferimentos provocados pelo ato de despejo.

Em 1954 chegaram à região quatro militantes do PCB. Esses militantes ajudaram os posseiros a desenvolver o trabalho coletivo de mutirão nos momentos de tensão mais aguda, formando grupos de guarda contra ataques de jagunços e da polícia. Nesse momento, foi fundada a Associação de Lavradores de Formoso e Trombas, encarregada de representar os posseiros na obtenção do título de propriedade da terra. Porém, no ano de 1957, tendo por objetivo encerrar o conflito, o PCB procurou negociar com o governo do Estado de Goiás. Mediante o sucesso da negociação o impasse foi encerrado.³

O Nordeste brasileiro, através das Ligas Camponesas, apresentou um dos principais movimentos rurais nesse período. As Ligas Camponesas nordestinas surgiram em Galiléia, nome de um engenho de fogo morto situado na cidade de Vitória de Santo Antão, distante 50 quilômetros de Recife. Em meados da década de 1950, essas terras estavam ocupadas por cerca de 140 famílias de trabalhadores rurais que viviam da agricultura de subsistência, pagando um aluguel pelo uso da terra, denominado foro. Diante das dificuldades financeiras de muitos agricultores, foi fundado em 1955 a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores

³ Para mais detalhes sobre o caso de Porecatu e Trombas e Formoso ver: (MARTINS, 1981).

de Pernambuco (SAPP), com objetivos assistencialistas. No entanto, a formação de uma entidade pelos próprios agricultores passou a ser mal vista pelo proprietário da terra, o qual exigiu a extinção da mesma, assim como a saída das famílias do engenho Galiléia para a criação de gado no local. Diante dessas exigências, os agricultores decidiram procurar ajuda, encontrando no deputado estadual Francisco Julião o apoio necessário. A partir desse momento o caso dos agricultores do engenho Galiléia ganhou repercussão nacional. A imprensa batizou a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco de Liga Camponesa, referência às organizações de trabalhadores rurais que haviam sido criadas pelo PCB com mesmo nome no final dos anos de 1940. Essa expressão foi reapropriada pelos agricultores, os quais passaram a registrar de Liga Camponesa as novas Sociedades Agrícolas (MONTENEGRO, 2003).

A expansão das Ligas Camponesas no Nordeste, assim como o surgimento de outros núcleos de Ligas Camponesas em diversas regiões do país, provocou na imprensa e nos meios políticos contínua campanha de ameaças e acusações sobre suposta subversão e desrespeito exercido pelas Ligas em relação ao direito de propriedade. No Nordeste, os grandes proprietários de terra temiam o avanço das Ligas Camponesas. Essas, por sua vez, passaram a criticar publicamente esses proprietários através de passeatas e mobilizações, denunciando a situação de miséria em que viviam a maioria dos trabalhadores rurais da região. Em meio a essa efervescência, Francisco Julião conclamou os agricultores a se unirem e se organizarem:

Com um dedo tu não podes tomar a enxada, o machado, a foice ou o arado. Nem com a mão aberta porque os dedos estão separados. Tens de fechar a mão porque os dedos se unem. A Liga é a mão fechada porque é a união de todos os teus irmãos. Sozinho tu és um pingo d'água. Unido ao teu irmão, és uma cachoeira. A união faz a força. É o feixe de varas. É o rio crescendo. É o povo marchando, é o capanga fugindo. É a polícia apeada. É a justiça nascendo. É a liberdade chegando (JULIÃO, 1962 in: CARONE, 1980: 306).

Na história das Ligas Camponesas, a relação com o PCB representou importante etapa em seu desenvolvimento. Em um primeiro momento, o encaminhamento a ser dado à luta no campo aproximou essas duas forças. Porém, após a conjuntura do XX Congresso do PCUS, em 1956, com as denúncias dos crimes de Stálin e o debate interno no partido que resultou na Declaração de Março de 1958, essa relação ficou abalada. A partir desse momento, o PCB começou a manifestar divergências em relação às posições políticas das Ligas Camponesas para o encaminhamento das lutas sociais no campo, pois, passou a considerar que a construção do socialismo no campo poderia ser realizada pacificamente, sem a necessidade da luta armada. Esse posicionamento, que também priorizou a organização sindical na área rural,

desagradou Francisco Julião e a proposta de reforma agrária defendida pelas Ligas Camponesas, a qual não descartava a possibilidade do conflito e trouxe como consequência o afastamento das duas organizações na ação política no campo (AUED, 1986).

As divergências entre as Ligas Camponesas e o PCB em torno do tema da reforma agrária ficaram evidentes no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961. Preparado em Belo Horizonte pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), esse congresso recebeu grande apoio financeiro do recém empossado presidente João Goulart, o qual pretendia aproximar o movimento camponês da tutela governamental. Nesse Congresso, o PCB buscou levar a reforma agrária pela via parlamentar, através de reformas de base que assegurassem mudanças gradativas. No entanto, as Ligas Camponesas acabaram por contagiar todos os delegados do Congresso com a bandeira da “reforma agrária na lei ou na marra”. Para as Ligas Camponesas, a reforma agrária deveria ser radical, ou seja, ampla e imediata, atingindo todas as grandes propriedades, independente de serem consideradas produtivas ou improdutivas. Além disso, a reforma agrária deveria ser realizada sem concessões ou acordos com grupos sociais cautelosos no que diz respeito às medidas para a solução da questão agrária.

Na Declaração final do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, prevaleceram as teses das Ligas Camponesas sobre reforma agrária radical. Segundo esse documento:

As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm, por meio desta Declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária (DECLARAÇÃO, 1962 in: MARIGHELLA, 1980: 84).

Segundo essa Declaração, somente uma reforma agrária realizada radicalmente poderia mudar a estrutura da economia agrária e as relações sociais que privilegiavam os grandes proprietários de terra. Ao mesmo tempo, somente uma reforma agrária com essa conotação possibilitaria o acesso do camponês a terra, assim como a melhoria do seu nível de vida. Diante desse objetivo, a Declaração colocou o tema da reforma agrária radical sob dois aspectos:

A) Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual

ou associada, e a propriedade estatal. B) Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas (DECLARAÇÃO, 1962 in: MARIGHELLA, 1980: 86).

A mobilização dos trabalhadores rurais, evidenciada no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, representou um importante momento no debate agrarista. No entanto, essa mobilização não ocorreu sem a oposição dos setores que se sentiam ameaçados e prejudicados por essa nova dinâmica na estrutura social da área rural. Nesse sentido, os grandes proprietários de terra destacaram-se como um dos principais pontos de antagonismo à organização dos trabalhadores rurais, especialmente diante do tema da reforma agrária. Esse setor, apesar de relegado a um segundo plano no conjunto da estrutura política do país após a crise do setor primário-exportador na década de 1930, permaneceu no bloco de poder, ainda que em situação subordinada. Essa permanência refletiu-se na manutenção de uma estrutura fundiária concentrada e na não-efetivação de uma política social e salarial para os trabalhadores rurais. Em face dessa influência no aparelho do Estado, os grandes proprietários rurais participaram do debate agrarista do início dos anos de 1960 enquanto oposição e resistência a qualquer tipo de modificação na estrutura fundiária do país.

No ano de 1963, momento em que avançava na sociedade e nas instituições do Estado brasileiro o debate sobre a reforma agrária, um conjunto de proprietários de terra se reuniu na Associação Rural de Marília, município do Estado de São Paulo. Ao final desse encontro, um manifesto contendo a posição desse conjunto de proprietários sobre o tema da redistribuição da propriedade fundiária foi publicado:

Nós os proprietários de terra, reunidos em Assembléia, na Associação Rural, de Marília, comparecemos com este manifesto perante nossos compatriotas de todos os rincões de nossa Pátria para alertá-los contra a insidiosa manobra que os inimigos da Democracia e da Liberdade estão arquitetando contra a Nação Brasileira. [...] Aproveitando-se da necessidade de resolver a situação de desamparo e abandono, em que se encontra a grande maioria dos trabalhadores rurais, procuram forçar o Congresso Nacional a aprovar uma Reforma Agrária injusta, inconstitucional e anticristã (MANIFESTO, 1963 in: CARONE, 1980: 321).

No manifesto da Associação Rural de Marília, os grandes proprietários também procuraram resguardar sua situação social argumentando que uma reforma agrária, independente de sua amplitude, seria inconstitucional, uma vez que contrariava o direito de propriedade. Em relação à imagem que estava sendo veiculada sobre os proprietários de terra, especialmente a de serem um ônus social e econômico para o país, os membros da Associação Rural de Marília rebateram as críticas da seguinte forma:

Apresentam-nos à opinião pública como ladrões, exploradores e sem-vergonhas. Não somos nada disso. Somos tão bons brasileiros como os demais. Ajudamos a construir esta Nação fabulosa, rica e ainda sem ódios. O que nos tem faltado é governo. Trabalhamos para enriquecer o País, e quem está se prevalecendo disso é uma súcia de aventureiros e demagogos (MANIFESTO, 1963 in: CARONE, 1980: 323).

Após apresentar seu ponto de vista sobre a questão agrária, em especial o tema da redistribuição da propriedade fundiária, os proprietários de terra encerraram a declaração da seguinte forma:

O Brasil é ainda, repetimos, um país sem ódios, que a inércia, a demagogia e desonestidade dos nossos governos está destruindo, criando clima para a discórdia e a luta fratricida. [...] Lembrem-se pois os falsos pais da pátria: quem semeia vento colhe tempestade, e quem semear o ódio colherá inevitavelmente sangue (MANIFESTO, 1963 in: CARONE, 1980: 323).

A Igreja Católica, em parte de seus quadros, representou outro segmento social que se posicionou contrária a medidas que tinham como objetivo à redistribuição da propriedade fundiária. Em 1960, por exemplo, os bispos Dom Antonio de Castro Mayer, Dom Geraldo de Proença Sigaud, assim como Plínio Corrêa de Oliveira e Luiz Mendonça de Freitas, vinculados a sociedade chamada Tradição, Família e Propriedade (TFP), publicaram um livro intitulado *Reforma agrária: questão de consciência*,⁴ no qual apresentaram sua posição sobre a questão agrária. Nesses autores, o tema da reforma agrária foi analisado a partir de uma ótica religiosa (cristã-católica). No entanto, essa característica não torna inválida a análise se levarmos em consideração que a religião, aqui nos referimos ao cristianismo católico, foi um elemento discursivo utilizado para se contrapor à realização de mudanças sociais no campo. Nesses religiosos, a imagem sobre os proprietários rurais, por exemplo, apareceu de forma distinta em relação à imagem veiculada pelos movimentos sociais, como as Ligas Camponesas:

A história de nossas velhas estirpes de proprietários rurais [...] É a história de uma ascensão. Nascida espontaneamente das profundezas da ordem natural das coisas, a propriedade agrícola deu origem entre nós a uma elite social que foi, de início, composta de desbravadores valentes e dinâmicos, a que sucederam gerações de agricultores fixados em suas glebas e postos em luta constante com a natureza bravia do sertão. [...] Da tradição luso-brasileira, marcada a fundo pela influência

⁴ Um dado interessante sobre esse livro se refere a suas três primeiras edições. A primeira edição foi publicada em outubro de 1960, com uma tiragem de 5.000 exemplares. A segunda edição foi publicada em dezembro de 1960, com uma tiragem de 7.000 exemplares. A terceira edição foi publicada em março de 1961, com uma tiragem de 10.000 exemplares. Esses dados são sintomáticos da reprodução da obra nesse período. Para mais detalhes: (SIGAUD, MAYER, OLIVEIRA, FREITAS, 1961).

cristã, herdara ele valores de alma inestimáveis, que cumpria polir e crescer no convívio com os centros urbanos do Brasil e do exterior (SIGAUD, MAYER, OLIVEIRA, FREITAS, 1961: 16).

Para esses religiosos, a reforma agrária significaria uma ruptura com a ordem natural das coisas, em outras palavras, um atentado contra uma estrutura criada por desígnio divino. Outro dado importante presente nesse livro foi a associação entre reforma agrária e comunismo. Para esses autores, a reforma agrária tinha um caráter socializante e comunista uma vez que possuía como meta a modificação de uma estrutura criada por Deus, atitude que seria típica do comunismo ateu. Essa associação entre reforma agrária e comunismo acabou sendo generalizada no debate político, atribuída indistintamente a todos que defendessem algum tipo de reforma na propriedade fundiária.

O tema da reforma agrária tornou-se, como podemos ver diante das situações expostas nos parágrafos anteriores, um dos principais aspectos no debate agrarista. A luta de posseiros e trabalhadores rurais por meio de ações armadas ou organizações como as Ligas Camponesas, trouxe ao debate político as necessidades e demandas de uma população marginalizada do acesso a propriedade da terra. O direito a terra foi posto como uma possibilidade de melhorar a situação social dessa população. Os grandes proprietários de terra, contudo, posicionaram-se contrários a essa possibilidade, acirrando o debate agrarista em torno da reforma agrária. O caráter a ser dado à redistribuição da propriedade fundiária, socialista ou não, também foi outro aspecto presente nesse debate. Assim, uma das principais contribuições dessa discussão foi o questionamento de uma estrutura fundiária concentrada, base dos privilégios de uma classe social proprietária de terra e da situação de penúria e miséria de grande parte da população do campo.

1.1.2 O significado da identidade política de “camponês” e “latifundiário” na questão agrária brasileira

Segundo Maria Izabel Moraes de Oliveira, o conhecimento de conceitos nos ajuda a entender os “atos lingüísticos” subjacentes nos textos de autores (OLIVEIRA, 2003). O debate agrarista que aconteceu no Brasil entre meados da década de 1950 e início dos anos de 1960 estimulou a discussão sobre as identidades políticas dos atores sociais do campo, tornando cotidiano o uso de palavras como camponês, campesinato, latifúndio e latifundiário. Entre os autores que analisaram os aspectos constitutivos dessas identidades estão José de Souza Martins e Regina Reyes Novaes. A contribuição do primeiro destacou o aspecto

político presente na constituição das identidades sociais dos trabalhadores rurais e dos grandes proprietários de terra no debate agrarista, enquanto Regina Reyes ressaltou o significado social que palavras como camponês e latifundiário ganharam por meio da circulação de idéias políticas em um processo de apropriação e reelaboração do seu sentido a partir das situações concretas das lutas sociais no campo.

Denominações como “camponês” e “campesinato” marcaram forte presença no debate agrarista do começo da década de 1960. Essas palavras chegaram ao Brasil pelo caminho da importação política desde a primeira metade do século XX, procurando unificar a compreensão da diversidade das lutas sociais existentes no campo brasileiro e, na década de 1950, em especial o caso das Ligas Camponesas (MARTINS, 1981). Anteriormente, os trabalhadores rurais eram identificados por denominações que variavam de região para região. A palavra *caipira*, por exemplo, era utilizada para designar o trabalhador rural das regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador rural era identificado pela denominação de *caíçara*. No Nordeste, era conhecido como *tabaréu*. Em outras regiões, *caboclo* foi uma palavra muito difundida. No entanto, o sentido dessa palavra variou de acordo com a região e a época: em São Paulo, no século XVII, era uma designação depreciativa para os mestiços de índios e brancos; no Norte e no Centro-Oeste, era designada para distinguir o pagão do cristão. Em outras regiões designava o homem do campo, o trabalhador.

No que diz respeito aos grandes proprietários de terra, sua identificação também variou de acordo com a região e a atividade exercida. No Sul do país, esses proprietários eram conhecidos como estancieiros. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Paraná esses donos de terras eram conhecidos como fazendeiros. Senhores de engenho era o termo usado no Nordeste para os proprietários de terra e seringalista no Norte do Brasil. No entanto, a partir dos anos de 1950, quando o debate sobre a questão agrária reforçou a identidade “camponesa” dos trabalhadores rurais, os grandes proprietários de terra também sofreram uma metamorfose em sua identidade. Passaram a ser denominados como latifundiários. Nesse sentido:

Essas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais (MARTINS, 1981: 22).

Para José de Souza Martins, camponês foi uma palavra que não se constituiu apenas em um novo nome, mas em uma identidade social. Não apenas um termo referente a um espaço geográfico, mas também a uma estrutura de sociedade. Assim, além de ser uma nova identidade, pretendeu ser a designação de um destino histórico. Porém, o transplante da concepção do termo camponês de outro contexto histórico para explicar a situação das lutas sociais no meio rural brasileiro foi um procedimento que, em sua opinião, deu margem a proposições equivocadas, pois:

O destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de um entendimento estrangeiro do destino do camponês (como estranha é a própria palavra nova que o designa) e que não corresponde à sua realidade, às contradições que vive, ao destino real que nasce de fato dessas contradições e não da imaginação política (MARTINS, 1981: 23).

Regina Reyes Novaes procurou ressaltar outro aspecto sobre essas identidades presentes no debate político do início da segunda metade do século XX. Para a autora, ainda que essas identidades tenham sido importadas, resultado de uma transposição mecânica de conceitos condizentes com outras realidades sociais, termos como “camponês” e “campeinato” ganharam existência social através da circulação de idéias políticas e, nesse período, por meio da associação com os trabalhadores agrícolas que se organizaram no Nordeste (NOVAES, 1997).

Nesse sentido, essas identidades tornaram-se parte integrante do vocabulário político, contribuindo para a superação do localismo das lutas políticas no campo em direção a um processo de unificação a nível regional, estadual e nacional. Além disso, essas identidades ajudaram a demarcar posições diante da questão agrária. Um exemplo dessa demarcação pode ser vista na seguinte citação:

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), do engenho Galiléia, breve tornar-se-á matéria de pauta da Assembléia Legislativa, onde o deputado estadual Francisco Julião ocupará a tribuna para defender os seus filiados, ameaçados de expulsão pelo proprietário. Ao referir-se aos *trabalhadores rurais* utilizando o termo *camponês*, é apartado por uma colega deputada, que sugere a utilização de um termo menos contundente. A palavra sugerida em substituição a *camponês* será *rurícola*. Para a deputada, o termo utilizado por Julião contém uma carga política e ideológica muito forte (MONTENEGRO, 2003: 252).

Em relação à idéia de latifúndio, essa palavra passou a identificar unidades de produção bastante diferenciadas entre si, como usinas, engenhos, fazendas de gado, propriedades inexploradas ou semi-exploradas por seus proprietários, assim como terras do

Estado. No entanto, o latifúndio não se limitou a estender sua identidade a unidades diversas de produção. O latifúndio ao qual passaram a se opor os camponeses não era uma propriedade agrícola específica. O latifúndio, quase como um emblema mítico, passou a sintetizar um conjunto de normas, atitudes e comportamentos utilizados pelo conjunto dos proprietários rurais.

Em relação à matéria-prima para a construção da identidade política camponesa, ela não foi buscada apenas nas semelhanças das relações de trabalho ou das características da propriedade fundiária de uma realidade com outra, pois essa identidade englobou a diferença e comportou a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo. Outro dado importante é que essa identidade não foi buscada em valores comunitários pré-existentes, ou seja, não havia uma “comunidade de valores” partilhada e prévia, pronta para manifestar o *ethos* camponês. Não houve um ponto de partida unificador. A identidade se construiu em um processo de apropriação e reelaboração do seu sentido, a partir de relações entre categorias sociais. Para Novaes:

A alteridade definida em relação aos padrões é o que fundamenta o aparecimento do *camponês*. A resistência, a mobilização e a forma específica de organizar esta experiência – dando conteúdo próprio a palavras exógenas (*camponês, latifúndio, reforma agrária*), ou ressemantizando categorias endógenas (*cambão, cabresto, chocalho*) – são elementos fundamentais para a emergência desta identidade. Em outras palavras, é o enfrentamento e a delimitação de espaços que estão na base do processo de construção da identidade *camponês* (NOVAES, 1997: 55).

Diante disso, ser camponês nos anos de 1950 e início da década de 1960 foi se diferenciar a um só tempo do próprio passado, e de outros trabalhadores “encabrestados”, no presente, para se opor ao latifúndio, isto é, as normas e regras que regulamentavam a vida dos trabalhadores rurais no interior das grandes propriedades.

A identidade de camponês e latifundiário esteve dessa forma presente no debate agrarista demarcando, por um lado, posições em relação ao sentido a ser dado às transformações no campo e, por outro lado, dando unidade às lutas desenvolvidas na área rural no processo de apropriação e reelaboração de seu sentido. Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior, na condição de participantes do debate agrarista, trabalharam com essas identidades. No caso de Alberto Passos, essas identidades políticas foram trabalhadas enquanto categorias analíticas. O título de sua obra, *Quatro séculos de latifúndio*, procurou expressar tanto uma concepção de História como um sentido de etapas a ser dado às transformações no campo para a construção do socialismo. No que se refere a Caio Prado, essas identidades deram lugar a termos como proprietários de terra, trabalhadores rurais e

grande propriedade fundiária, uma vez que para esse autor o socialismo, enquanto uma meta, não deveria ser pensado a partir de conceitos oriundos de outras realidades sociais. Nesse sentido, o debate agrarista ocorreu também nos atos lingüísticos, sendo um elemento importante para a compreensão do debate político em torno da questão agrária.

1.2 O debate agrarista no PCB (1958-1964): questão agrária e revolução democrático-burguesa

A participação de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães no debate agrarista ocorreu em diálogo com as idéias políticas do PCB para o campo. A partir dessa premissa, procuramos refletir esses dois autores enquanto intelectuais orgânicos, mediante uma leitura gramsciana (GRAMSCI, 1982). Nesse sentido, antes de partirmos para a análise da questão agrária na obra de Caio Prado e Alberto Passos, consideramos oportuno apresentar algumas das características do pensamento político do PCB sobre a realidade social da área rural, assim como alguns trabalhos publicados em revistas e livros por membros do partido que refletiram e debateram o tema da questão agrária, tendo em vista compreender o grupo social que esses dois intelectuais estiveram vinculados,

1.2.1 A questão agrária no pensamento político do PCB

O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, desempenhou importante papel no debate agrarista brasileiro a partir de meados da década de 1950. Nesse debate, o PCB se particularizou pelo vínculo dos aspectos constitutivos da questão agrária com o projeto democrático-burguês, ou seja, seu projeto de transformação social. Entre os autores que abordaram a história do PCB e, particularmente o tema da questão agrária, estão Angelo Priori, Raimundo Santos e Edgard Carone. No caso do primeiro autor, sua contribuição esteve centrada no estudo da produção dos manifestos políticos do PCB contendo o tema da questão agrária entre o final dos anos de 1940 e durante a década de 1950, assim como sua relação com o contexto histórico desse período tanto em nível interno, ou seja, brasileiro, quanto externo, especialmente em relação à União Soviética.

No que se refere a Raimundo Santos, sua contribuição se voltou para a análise da reflexão teórica da questão agrária nos partidos comunistas, com ênfase no PCB. Nesse sentido, ressaltou que o PCB até a década de 1950 havia desenvolvido uma teorização pouco

consistente sobre os problemas agrários, porém, ganhando a partir de meados da década de 1950 maior atenção em suas reflexões políticas.

Edgard Carone, por sua vez, destacou-se pela organização e publicação da documentação do PCB desde sua fundação, em 1922, até o início da década de 1980. A partir dessa organização, Carone nos permitiu acesso a documentação do PCB entre o final dos anos de 1950 e início da década de 1960.

Antes da década de 1950, o tema da questão agrária no pensamento político do PCB esteve presente, por exemplo, na obra de Octávio Brandão, *Agrarismo x industrialismo*, publicado em 1926, na *Resolucion sobre La Cuestion Campesina en el Brasil*, publicado na Correspondencia Sudamericana em 1929, no programa político da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935 (ZAIDAN FILHO, 1985). No entanto, esse tema não foi desenvolvido de forma contínua devido, inclusive, as condições políticas adversas para sua reflexão, como no período de repressão aos comunistas no Estado Novo (1937-1945).

A partir da década de 1930, o pensamento político do PCB sobre a questão agrária foi influenciado pela III Internacional. Segundo Angelo Priori (PRIORI, 2003), para a III Internacional Comunista o camponês, o rural e a exploração agrícola deveriam estar subordinados as questões colocadas pelo operariado, aquele que representaria a “positividade histórica”. Nesse sentido, o camponês deveria ser entendido dentro do projeto de revolução do partido comunista como um sustentáculo que permitiria a “vitória da classe operária”.

Esse posicionamento começou a mudar na década de 1940, em especial durante o período de legalidade do PCB, no qual o abrandamento da repressão política permitiu uma maior discussão dos problemas da sociedade brasileira, em especial do campo. No entanto, após a cassação do registro de legalidade em 1947 o partido, que até esse momento havia convivido com os limites da democracia constitucional, retomou o tema da união operário-camponesa, o qual já havia defendido na formação do Bloco Operário e Camponês (BOC) no final da década de 1920, como forma de realizar a revolução e não descartando, nesse processo, o uso da luta armada. Essa orientação política foi apresentada no Manifesto de Janeiro de 1948 e no Manifesto de Agosto de 1950.

Para Raimundo Santos, o PCB não produziu uma sólida reflexão sobre a questão agrária antes da década de 1950.⁵ Em contraste com a produção e amadurecimento de um pensamento de referência democrática, apesar das resistências internas, a questão agrária

⁵ Raimundo Santos informa que Astrojildo Pereira, no III Congresso do PCB, realizado em 1928/1929, ressaltou que o PCB não havia conseguido mais do que algumas informações sobre a questão do campo, estabelecendo palavras de ordem provisórias e regionais (SANTOS, 1996).

permaneceu no partido como “parte” de uma “teoria geral”. Elaborações mais contínuas sobre a questão agrária apareceram no PCB a partir de seu IV Congresso, realizado em novembro de 1954.

No entanto, antes da realização do IV Congresso, as bases do partido, revendo posições políticas baseadas no Manifesto de Agosto de 1950, procuraram ultrapassar a “teoria” oficial, empreendendo um lento caminho de retorno ao trabalho nas organizações de massas legais, aproveitando o seu reerguimento para estruturar movimentos sociais modernos. Essa orientação foi registrada na Resolução Sindical de 1952, a qual acabou aprovada pelo Comitê Nacional do PCB em julho de 1952, onde, rompendo com a prática do “paralelismo sindical” oriundo dos ventos do Manifesto de Agosto de 1950, passou a orientar cada vez mais a crescente movimentação dos comunistas nos sindicatos urbanos e também nas organizações rurais.

Para Raimundo Santos, nesse momento o partido enfatizou dois pontos: a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos proprietários, em aliança com o imperialismo, e a predominância de relações sociais de trabalho com resquícios feudais e semi-escravistas, mesmo onde a penetração do capitalismo ocorria com maior sucesso.

A questão agrária apareceu novamente no pensamento político do PCB na Declaração de Março de 1958. Essa Declaração surgiu em um momento de intensas mutações teóricas, políticas e organizativas no partido, decorrentes de fatores como os acontecimentos políticos da conjuntura do suicídio de Getúlio Vargas, da relativa estabilidade democrática e da nova dinâmica no desenvolvimento capitalista empreendida pelo governo Juscelino Kubitschek, mas especialmente em face das denúncias dos crimes de Stálin realizadas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética pelo dirigente comunista Nikita Krushev. As denúncias dos crimes de Stálin surtiram o efeito de uma bomba sobre o movimento comunista internacional, causando traumas, dilaceramentos e dolorosas autocríticas em inúmeros partidos comunistas. No Brasil, não foi diferente. Houve choques, cisões e fraturas como jamais houvera no partido.

A crise desencadeada pelas denúncias dos crimes de Stálin contribuiu na formação de correntes políticas no interior do PCB que passaram a lutar pelo controle do partido. Uma primeira corrente foi chamada de “abridista” ou “renovadores”, pois propunha a revisão radical dos princípios do marxismo-leninismo, como a questão do partido de vanguarda e do internacionalismo. Agildo Barata foi um dos principais representantes dessa corrente, assim como militantes do Comitê Regional de Piratininga (SP) e dirigentes da Juventude Comunista. Uma segunda corrente ficou conhecida como “fechadista” ou “conservadora”, por

se opor aos debates em torno do XX Congresso do PCUS. Essa corrente, com um caráter sectário e dogmático e tendo como base teórica o Manifesto de Agosto de 1950, defendia a insurreição e a luta armada sem qualquer vinculação com a situação objetiva do momento. Os integrantes mais destacados dessa corrente foram João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Luiz Teles, Cid, Sérgio Holmos e Calil Chade. Uma terceira corrente ficou conhecida como “centrista” e agrupou militantes que tentavam encontrar uma alternativa ao revisionismo dos “abridistas” e ao sectarismo dos “fechadistas”.

Nessa disputa, tanto a corrente “conservadora” quanto a “renovadora” debilitaram-se devido à polarização ocorrida entre ambas na luta interna no PCB. A corrente “renovadora”, percebendo as dificuldades para impor seu ponto de vista, acabou saindo do partido no final de 1957. Esse fato fortaleceu a corrente “centrista”, que conseguiu ocupar posições-chaves nos órgãos dirigentes do partido. A Declaração de Março de 1958 representou uma vitória importante dessa corrente, a qual passou a imprimir ao partido uma posição nacionalista e democrática, aceitando, pela primeira vez, o caminho pacífico da revolução brasileira por meio de reformas.

O ano de 1961 representou o último episódio dessa crise. Na tentativa de conseguir o registro legal, os dirigentes do partido mudaram o nome do PCB, que estava registrado desde 1922 como Partido Comunista do Brasil, para Partido Comunista Brasileiro. Os “conservadores”, inconformados com os novos rumos políticos, resolveram abandonar definitivamente o PCB, retomando o nome Partido Comunista do Brasil na sigla PC do B.

Dessa forma, através de mudanças parciais e sem romper de forma radical e profunda com o passado, o grupo “centrista” inaugurou uma “nova política” como tentativa de superar as cisões internas, preservar o referencial de ação e ao mesmo tempo aprofundar o conhecimento do partido sobre a realidade do país.⁶

Uma das conseqüências da crise interna foi o desejo dos membros do PCB em aprofundar o conhecimento sobre a realidade social brasileira, ganhando destaque o tema da questão agrária. Para isso, a Declaração de Março de 1958 representou importante marco na inflexão política do PCB, ainda que de forma parcial. Nessa Declaração, o partido apresentou uma compreensão histórica sobre o processo de desenvolvimento da estrutura econômica do país.⁷ Segundo essa compreensão, o Brasil havia herdado do passado uma agricultura baseada no latifúndio e em relações pré-capitalistas de trabalho, com o predomínio maciço da

⁶ Mais detalhes sobre as mudanças políticas ocorridas no PCB a partir de meados dos anos de 1950 podem ser vistos In: (SEGATTO, 2003), (PACHECO, 1984) e (SANTOS, 1988).

⁷ O texto utilizado em nosso trabalho referente a essa declaração pode ser visto In: (PCB, 1958 in: CARONE, 1982: 176-196).

produção agropecuária no conjunto da economia, sendo a exportação de produtos agrícolas o eixo da vida econômica. Além disso, o país havia herdado a dependência da economia em relação ao estrangeiro, fruto do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos posto-chave da produção e da circulação de mercadorias.

Na Declaração de Março de 1958, consta que foi no interior da estrutura econômica colonial que começou a se processar um desenvolvimento capitalista nacional, o elemento progressista por excelência da economia brasileira em meados do século XX. Esse desenvolvimento correspondeu ao incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas. No entanto, esse desenvolvimento capitalista encontrava resistência no campo diante das sobrevivências feudais. Desse modo, o país estava diante de dois grandes impasses ao seu desenvolvimento: um entre a nação e o imperialismo, e outro entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais existentes no campo.

Perante essa constatação, a questão agrária, representada especialmente nas relações semifeudais e no monopólio da propriedade da terra, significava um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. Sendo o latifúndio um empecilho para a revolução brasileira, o PCB considerava os camponeses como um dos setores responsáveis pelas mudanças sociais no país, apesar de reconhecer problemas para sua organização política. Na Declaração de Março encontramos que:

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir de seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização (PCB, 1958, in: CARONE, 1982: 188-189).

O trabalho com os camponeses, sem a utilização de palavras de ordem radical, representou uma mudança no pensamento político do PCB em relação aos trabalhadores rurais. Abandonando uma perspectiva de confronto aberto para a realização do projeto democrático-burguês, o PCB começou a se afastar de situações envolvendo conflito armado, como as ações que havia participado em Porecatu e Trombas e Formoso. Na Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas, fruto do V Congresso do PCB, realizado em 1960, houve a reafirmação da linha política exposta na declaração de 1958. Em relação à estrutura agrária brasileira, a resolução política de 1960 fez a seguinte afirmação:

A estrutura agrária brasileira se baseia predominantemente na grande propriedade da terra. [...] o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários serve de base às formas pré-capitalistas de exploração. [...] O monopólio da terra e as relações de produção pré-capitalistas não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura como constituem sério entrave ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno (PCB, 1960 in: CARONE, 1982: 210-211).

No que se refere ao setor latifundiário, a resolução política do V Congresso do PCB afirmou que:

Os latifundiários são a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças produtivas. São fortes os seus laços com o imperialismo, embora, em determinadas circunstâncias, surjam entre setores de latifundiários e monopólios estrangeiros contradições secundárias. Os interesses permanentes das classes dos latifundiários se contrapõem aos objetivos da revolução brasileira (PCB, 1960 in: CARONE, 1982: 211).

Por fim, sobre os camponeses brasileiros, a resolução política delineou a seguinte situação social dessa classe e o papel que deveria representar na revolução brasileira:

As massas camponesas sofrem as conseqüências do sistema latifundiário. Mais de três quartas partes dos que trabalham no campo são desprovidos da propriedade da terra, vivendo, geralmente, em condições de extrema pobreza. [...] As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em profundas transformações da estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução antiimperialista e antifeudal (PCB, 1960 in: CARONE, 1982: 212).

As idéias políticas do PCB expressas na Declaração de Março de 1958 e corroboradas no V Congresso, permitem perceber a singularidade do pensamento político do partido sobre a questão agrária. Tratada em um primeiro momento de forma secundária, a questão agrária foi pensada pelo partido no decorrer da década de 1950 de maneira mais consistente e contínua. Os problemas agrários passaram a ser analisados em maior articulação ao projeto democrático-burguês. Esse projeto previa a transformação social em duas etapas: em um primeiro momento, a consolidação das instituições burguesas e da economia capitalista e, em um segundo momento, sua transformação socialista. Nesse sentido, a reforma agrária almejada pelo partido não possuía um caráter socialista, mas correspondia a uma transformação capitalista conforme a etapa da revolução brasileira.

A conjuntura decorrente dos debates do XX Congresso do PCUS e da Declaração de Março de 1958 contribuiu no esforço mais sistemático do PCB na compreensão da questão

agrária. Além disso, contribuiu para a inserção do partido nas lutas sociais no campo que se manifestavam através da emergência em muitos pontos do país de movimentos sociais na área rural, especialmente através de sindicatos rurais em oposição as Ligas Camponesas, os quais formavam uma estrutura organizada por onde grandes contingentes sociais pediam passagem para se incorporar plenamente à vida política.

1.2.2 O debate agrarista em autores do PCB

Em 1996 Raimundo Santos publicou o livro *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Essa obra reuniu uma coletânea de textos referente ao debate realizado pelo PCB e seus intelectuais sobre a questão agrária brasileira. O mapeamento realizado por Raimundo Santos apresentou textos desde 1929 até 1983. No entanto, na obra há o predomínio de trabalhos publicados no início dos anos de 1960, período em que se destacou no debate político brasileiro o tema da questão agrária. No trabalho introdutório dessa coletânea, Raimundo Santos destacou que no momento anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964, o debate sobre a questão agrária no interior do PCB e com outros interlocutores, especialmente Francisco Julião no campo da esquerda, foi oportuno para a explicitação das concepções agrárias dos comunistas brasileiros (SANTOS, 1996).

Os estudos que apresentaremos nas próximas páginas partiram da coletânea de Raimundo Santos, mas ultrapassaram os textos da mesma. Nesse sentido, também utilizamos uma coletânea de textos da década de 1960, publicado pela Editora Brasil Debates no ano de 1980 e intitulada *A questão agrária: textos dos anos sessenta*. Em relação a Nelson Werneck Sodré, optamos em trabalhar com dois livros de sua autoria: *Introdução à revolução brasileira* e *História da burguesia brasileira*. Dessa forma, tomando por base os textos da coletânea organizada por Raimundo Santos, apresentaremos nas próximas páginas, ainda que brevemente, alguns aspectos do debate agrarista ocorrido no PCB no início da década de 1960. Esse procedimento, por um lado, nos ajudará a compreender algumas características do pensamento político dos membros do PCB sobre o campo brasileiro assim como, por outro lado, nos proporcionará o conhecimento desse debate no grupo social que contou com a participação de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães.⁸

⁸ Nessa coletânea encontram-se dois textos de Caio Prado Júnior e um texto de Alberto Passos Guimarães. No entanto, em face de nosso trabalho estar centrado na produção intelectual desses dois autores, esses textos serão analisados separadamente, no próximo tópico desse capítulo.

a) Nestor Vera (1960): o papel dos camponeses na revolução ⁹

Em virtude da realização do V Congresso do PCB, em 1960, muitos membros publicaram textos dissertando sobre as novas teses do partido, teses essas que representavam a confirmação das idéias presentes na Declaração de Março de 1958, ou seja, a luta pela concretização da revolução democrático-burguesa no Brasil em duas etapas, com a burguesia tendo um papel de destaque e com a luta pela transformação social por meios pacíficos.

Em texto publicado na Tribuna de Debates do V Congresso do PCB, o comunista Nestor Vera procurou demarcar sua posição frente às mudanças programáticas que estavam sendo realizadas. Em oposição ao conjunto de modificações expressos na Declaração de Março de 1958, Nestor Vera afirmou que a discussão política e programática de qualquer partido comunista deveria levar em consideração a sua posição em relação ao movimento comunista internacional, em especial ao Partido Comunista da União Soviética. No PCUS, segundo Vera, um partido comunista encontraria o caminho certo da revolução em seu país, ainda que fossem cometidos alguns erros por falta de conhecimento da realidade interna. Seriam erros secundários corrigidos no processo diário de aplicação de uma linha política. No entanto, para Nestor Vera, após o XX Congresso do PCUS, essa linha política passou a ser atacada pelos revisionistas, marcados pelo anti-sovietismo e anti-partidarismo. Para ele, os revisionistas atacavam três questões fundamentais do marxismo-leninismo: a questão da hegemonia do proletariado na revolução, a existência do Partido Comunista e a aliança operário-camponesa. Desse modo, em seu julgamento:

A pretexto de combater o sectarismo e o dogmatismo, combateram estas questões alegando que a revolução é democrático-burguesa e a hegemonia deve pertencer a burguesia; [...] que o campesinato está atrasado e por isso não há condições para uma reforma agrária radical; que o proletariado deve aliar-se com a burguesia como força principal da revolução; que os camponeses ainda não estão interessados pela terra, etc., etc (VERA, 1960 in: SANTOS, 1996: 56-57).

Procurando combater a nova política que estaria sendo realizado pelos revisionistas, Nestor Vera concentrou seus argumentos na questão do campo afirmando que: 1º) os latifundiários no Brasil seriam sustentáculos do imperialismo; 2º) o problema camponês seria a questão central da revolução; 3º) a situação dos camponeses estaria piorando ano a ano, sendo necessária uma mudança urgente nesse quadro. Em relação ao primeiro aspecto, Nestor Vera salientou que a relação do latifúndio com o imperialismo estava assentada em relações

⁹ O título que colocamos ao lado do nome de cada autor se refere ao título original do trabalho de cada um desses autores. Esse recurso só não foi utilizado no caso de Nelson Werneck Sodré, em face de decisão de termos utilizado mais de uma obra desse autor para apresentarmos suas idéias.

econômicas. Desse modo, mesmo existindo alguns atritos entre esses dois setores, os latifundiários, tendo como base uma produção voltada para a exportação, seriam aliados indispensáveis do imperialismo. Em relação ao segundo aspecto, Nestor Vera afirmou que em 1960 existia 63% da população brasileira vivendo no campo. Diante disso:

Quem estiver interessado em levar a cabo a revolução antiimperialista e antifeudal tem que reconhecer que o centro da revolução é o campesinato, por ser ele a maioria da população, a parte do povo mais sacrificada e a que mais vantagens imediatas consegue com a expulsão do imperialismo e a liquidação dos latifundiários: carrasco dos camponeses (VERA, 1960 in: SANTOS, 1996: 61).

Para Nestor Vera, a aliança com a burguesia nacional seria necessária, mas secundária em relação ao campesinato. Para esse autor, o PCB não estaria dando a devida atenção aos camponeses. Esse foi o terceiro ponto colocado, segundo o qual dado o grau de atraso do campo em relação à cidade seriam necessárias mudanças mais profundas no campo, tendo em vista liquidar os obstáculos decorrentes do monopólio da terra. Desse modo, a reforma agrária radical defendida por esse autor, em contraste com o seu partido, não deveria se restringir a uma via constitucional, sendo possível sua aplicabilidade de imediato e em profundidade. Apesar de seus argumentos incisivos, a posição de Nestor Vera representou uma corrente no interior do partido resistente a mudanças que, enfraquecida pela Declaração de Março de 1958, foi derrotada no V Congresso do PCB.

b) Rui Facó (1961): notas sobre o problema agrário

Em trabalho publicado na *Revista Estudos Sociais* no ano de 1961, Rui Facó apresentou sua posição sobre a questão agrária. Partindo de um estudo entre períodos históricos distintos, esse autor analisou o tema agrário enquanto manifestação de uma crise agrária. A primeira manifestação dessa crise havia acontecido em meados do século XIX, quando apareceu o problema da escassez da mão-de-obra no Brasil. Nesse momento, o problema da terra esteve relacionado, para os latifundiários, na falta de braços para as lavouras. No fim do século XIX, o problema agrário ganhou um novo aspecto. Alguns ideólogos da nova classe que começava a despontar, ou seja, da burguesia, passaram a questionar o monopólio da terra. O monopólio da terra, somado à manutenção de relações escravistas e semi-servis, representava para essa burguesia um entrave ao seu desenvolvimento. No entanto, a abolição da escravatura e a proclamação de República, respectivamente 1888 e 1889, não representaram a materialidade do sonho desses ideólogos perante o temor que a burguesia teve em levar adiante reformas radicais. Dessa forma,

permaneceram no campo relações sociais de produção pré-capitalistas, em primeiro lugar, pela relativa imobilidade econômica e social no campo e, em segundo lugar, pelo lento desenvolvimento industrial das cidades, o qual não contribuiu para o exercício de uma significativa pressão sobre o campo e suas relações de produção.

Em meados do século XX, o problema agrário se apresentava sob uma nova perspectiva. Segundo Rui Facó, o problema no campo dessa vez não seria decorrência da escassez de mão-de-obra, mas sim do ritmo acelerado de crescimento da população e das forças produtivas do país. Diante dessa situação, a solução do problema agrário seria um imperativo para a superação da estrutura agrária ultrapassada herdada do período imperial. A conjuntura favorável à solução do problema agrário em meados do século XX simbolizava, para Rui Facó, a possibilidade da solução pacífica da questão agrária no Brasil, inclusive por meios parlamentares.

Na busca de uma solução para a superação da estrutura fundiária atrasada, Rui Facó reconheceu a existência de outros aspectos constitutivos da questão agrária brasileira, mas frisou categoricamente:

Outros problemas – numerosos – devem naturalmente ser resolvidos simultaneamente no campo, tais como a extensão da legislação trabalhista ao assalariado agrícola, a regulamentação dos arrendamentos, etc. Mas a medida básica, inicial, o ponto de partida é aquele: remover o maior entrave ao pleno desenvolvimento econômico e social do país – o latifúndio semifeudal. Porque, uma vez liquidado este peso morto na vida econômica do Brasil, novas forças econômicas e sociais despertarão no campo, ajudando a impulsionar vigorosamente o nosso progresso (FACÓ, 1961 in: MARIGHELLA, 1980: 57).

Dessa forma, para esse autor os problemas do campo poderiam ser resolvidos por meios pacíficos, sendo a redistribuição da propriedade fundiária uma das principais medidas para se chegar a essa fim. Devido a essa posição, Rui Facó se aproximou do horizonte de expectativas de seu partido para o campo: uma reforma agrária pacífica a antifeudal.

c) Giocondo Dias (1962): Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira

Em texto publicado no *Jornal Terra Livre*¹⁰, no ano de 1962, Giocondo Dias, membro do PCB, dialogou com as idéias políticas de Francisco Julião sobre a questão agrária. Como ressaltamos anteriormente, a partir do final dos anos de 1950 o PCB começou a manifestar divergências com Francisco Julião em relação às soluções para os problemas do campo. Nesse

¹⁰ Raimundo Santos nos informa que o jornal registra que o artigo de Giocondo Dias representava a opinião oficial do PCB.

sentido, o artigo de Giocondo Dias representou uma crítica ao posicionamento político do líder das Ligas Camponesas.

Em seu texto, Giocondo Dias afirmou que o Brasil vivia no início dos anos de 1960 um período onde se generalizava a convicção na necessidade de mudanças sociais. Diante disso, era natural o acirramento ideológico e político tanto das forças conservadoras em relação aos setores progressistas, assim como no interior das próprias forças progressistas e revolucionárias.

Procurando desenvolver seu raciocínio em relação às divergências entre as forças progressistas, Giocondo Dias destacou o caso de Francisco Julião. Segundo Giocondo Dias, em palestra proferida no primeiro semestre de 1962, Julião teria afirmado ser possível a realização de uma revolução socialista no Brasil. Essa opinião não era compartilhada por esse autor:

Se, por ventura, o movimento revolucionário brasileiro fosse se orientar por tal concepção, os resultados seriam profundamente nocivos. Teríamos, então, no plano estratégico, de considerar como objetivos fundamentais não a eliminação do imperialismo norte-americano e seus agentes e o latifúndio, mas a eliminação da burguesia brasileira como classe (DIAS, 1962 in: SANTOS, 1996: 94-95).

Tomando como referência as idéias políticas do PCB, Giocondo Dias defendeu que a principal contradição no Brasil era entre a nação e o imperialismo norte-americano com seus agentes internos, assim como entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações semifeudais dominantes na agricultura, e não entre as forças produtivas em desenvolvimento com a burguesia. Segundo Giocondo Dias, Francisco Julião também manifestava o desejo da preponderância do campesinato no processo revolucionário socialista, defendendo o início da revolução no campo, cenário onde ela ganharia imediatamente um caráter político, fato que não ocorreria com a classe operária, cuja dinâmica seria o aumento de salário. Para refutar os argumentos de Francisco Julião, Giocondo Dias procurou lembrar o papel que o proletariado havia representado na história dos processos revolucionários:

O proletariado e o campesinato têm suas características próprias, assim como interesses em comuns. São as classes mais interessadas no triunfo da revolução brasileira, na derrota do imperialismo e do latifúndio, na formação de um poder que represente as forças nacionais e democráticas de nosso país. E ninguém pode por em dúvida que a revolução avançará tanto mais rapidamente para a vitória quanto mais firmemente se encontrar à sua frente a classe operária (DIAS, 1962 in: SANTOS, 1996: 99).

A partir desses argumentos, esse autor procurou ressaltar o caráter antifeudal e antiimperialista da revolução brasileira. Uma revolução de caráter democrático-burguês, que em um momento de transição feudalismo/capitalismo ainda não seria socialista.

d) Nelson Werneck Sodré: revolu o brasileira e questão agrária

Em Nelson Werneck Sodré encontramos um membro de destaque do PCB. Sua vasta produ o intelectual exerceu considerável influência nos círculos intelectuais em que esteve presente.¹¹ Preocupado em compreender os desafios da revolu o proposta pelo seu partido, na obra de Nelson Werneck Sodré a questão agrária esteve vinculada ao horizonte de transforma o democrático-burguesa.

Em seu livro *Introdu o   revolu o brasileira*, publicado em 1958 e contemporâneo a Declara o de Março do PCB, Nelson Werneck Sodré apresentou seu pensamento sobre o processo revolucionário no Brasil. Nesse livro, Sodré afirmou que a revolu o brasileira tinha como propósito libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio, afastando os entraves existentes ao progresso do país e permitindo o estabelecimento de novas rela o de produ o, compatíveis aos interesses do povo brasileiro. A realiza o desse conjunto de transforma o seria possível através da união de grupos sociais empenhados na soluço objetiva de tarefas de desenvolvimento progressistas e revolucionárias. Partindo dessa opinião, Nelson Werneck Sodré identificou no povo brasileiro o agente da revolu o:

Povo, no Brasil, hoje, assim,   o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado, o proletariado, a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia que têm seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam por este. [...] Estão excluídos do *POVO*, pois, nesta fase histórica, e agora para sempre, enquanto classes, os latifundiários, a alta burguesia e a média comprometidos com o imperialismo, como os elementos da pequena burguesia que o servem (SODRÉ, 1967: 208).

Assim,   alta burguesia e os latifundiários seriam empecilhos para a revolu o no Brasil, devido aos seus vínculos econômicos e comerciais com elementos estrangeiros sem nenhuma preocupa o com os interesses nacionais.

Em rela o   questão agrária, Nelson Werneck Sodré teceu considera o em um livro publicado em 1964: *História da burguesia brasileira*. Nessa obra, Sodré reafirmou ser o monopólio da terra uma das principais causas do atraso do país. Além de interesses alheios as necessidades da sociedade brasileira, o latifúndio seria um entrave ao desenvolvimento

¹¹ Segundo João Quartim de Moraes, a obra de Nelson Werneck Sodré foi   expressão teórica mais completa do programa do PCB. Para mais detalhes pode ser visto: (MORAES; ROIO, 2000).

econômico por se basear predominantemente em relações pré-capitalistas, resquícios de um passado feudal. No entanto, a consciência no país sobre o significado do latifúndio na economia e na sociedade brasileira estava contribuindo para a percepção dos vínculos do mesmo com o imperialismo e seu ônus econômico e social:

Os vínculos entre o latifúndio e o imperialismo, assim, são muito fortes, e a burguesia, em sua contradição com o monopólio da terra e com o que ele representa como estreitamento do mercado e obstáculo à generalização das relações capitalistas, é obrigada a considerar que atrás do latifúndio está o imperialismo e que, portanto, o latifúndio, débil quando encarado isoladamente, tem poderes que a razão não pode desconhecer (SODRÉ, 1976: 350).

Esses foram alguns aspectos sobre o tema da questão agrária na obra de Nelson Werneck Sodré. De um modo geral, os autores que apresentamos até esse momento, com exceção de Nestor Vera, se debruçaram sobre a questão agrária tendo como base o pensamento político do PCB parcialmente reformulado em 1958/60. A produção intelectual de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães sobre a temática agrária também dialogou com as teses do PCB. No entanto, nesses dois autores o diálogo com o projeto político do PCB esteve centrado especificamente na questão agrária, desenvolvido em considerável produção intelectual. Além disso, em decorrência dessa produção, ambos se tornaram referência tanto no PCB, como foi o caso de Alberto Passos Guimarães que, inclusive, influenciou as idéias agraristas do partido, quanto em relação a setores de esquerda que se empenhavam em transformações sociais, não descartando o socialismo, mas mediante programas políticos diferentes daquele defendido pelo PCB, como se evidenciou no caso de Caio Prado Júnior.

1.3 O itinerário político de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães: intelectuais, questão agrária, PCB

A produção intelectual de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães sobre a realidade social do campo, caracterizada por uma interpretação histórica, representou um capítulo importante no debate agrarista brasileiro de meados do século XX. Atualmente seus trabalhos são considerados clássicos, um ponto de partida para quem procura estudar o campo brasileiro (KAGEYAMA: 1993). Uma particularidade na reflexão desenvolvida por esses dois intelectuais sobre a questão agrária foi o diálogo que mantiveram com o PCB. No trabalho desses intelectuais, o PCB e seu projeto democrático-burguês foi referência, tanto no sentido

de corroborar idéias, como ficou mais evidente no caso de Alberto Passos, quanto no sentido de se afirmar no debate em oposição ao referencial pecebista, aspecto presente em Caio Prado no que diz respeito ao tema agrário. Assim, levando em consideração a relação de ambos com o PCB, procuramos nesse tópico abordar seus itinerários políticos e às perspectivas de futuro que compartilhavam com o PCB através do tema da questão agrária.

1.3.1 A trajetória pecebista de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior: biografia, política e cultura

Caio Prado Júnior (1907-1990) e Alberto Passos Guimarães (1908-1993) tiveram em comum duas características: foram cientistas sociais e militantes políticos do PCB. Caio Prado Júnior nasceu na capital do Estado de São Paulo, em 1907, no seio de uma rica família de cafeicultores, realizando os estudos primários em casa, costume comum nas famílias abastadas da época, parte do ensino secundário na Inglaterra e o curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo. Atuante na vida política desde o final da década de 1920, quando ingressou no Partido Democrático criado em oposição ao tradicional Partido Republicano Paulista (PRP), Caio Prado se afastou do mesmo após 1930, por discordar de sua participação nos rumos políticos do movimento que levou Getúlio Vargas a presidência da República. Em 1931 ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB), partido sem grande expressão numérica, mas com um programa político decidido e radical.¹²

Alberto Passos Guimarães, por sua vez, nasceu no Nordeste, em 1908, na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas. Oriundo de uma família sem grandes recursos materiais, Alberto Passos largou a escola aos nove anos de idade para ajudar seu pai. Sem curso secundário e sem formação acadêmica, Guimarães tornou-se autodidata. Participante da cena intelectual em sua região ao lado de Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda e Raquel de Queiroz, Alberto Passos ingressou no PCB em 1932. Após morar um período em Salvador, fugindo da perseguição política empreendida a Aliança Nacional Libertadora a partir de 1935, radicou-se no Rio de Janeiro no final do Estado Novo (1937-1945), trabalhando no IBGE durante os anos de 1950 e na Rede Ferroviária Federal a partir do final da década de 1960.¹³

Durante a década de 1930, Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães participaram de atividades políticas no PCB. Nesse período, um dos mais importantes

¹² Para mais detalhes da trajetória de Caio Prado Júnior ver: (IGLESIAS, 1982).

¹³ Para mais detalhes da trajetória de Alberto Passos Guimarães ver: (BARROS, 2005).

capítulos na trajetória de ambos no PCB foi à participação na Aliança Nacional Libertadora. Organização concebida como um amplo movimento destinado a realizar profundas reformas sociais no Brasil. A Aliança Nacional Libertadora foi responsável pela formação de inúmeros núcleos em vários estados, obtendo significativa expressão em São Paulo, onde Caio Prado Júnior foi seu vice-presidente. Em novembro de 1935, o movimento precipitou-se, ocorrendo levantes armados em Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro. A repressão foi severa. Caio Prado Júnior, conjuntamente a outros chefes do movimento em São Paulo, acabou preso. No Nordeste, o Estado da Bahia, onde não havia ocorrido nenhum vestígio do movimento, acabou sendo uma espécie de refúgio para muitos militantes do PCB, como Moisés Vinhas, Giocondo Dias e Alberto Passos Guimarães (RUBIM, 1986).

A efervescência política no Brasil durante a década de 1930 também foi acompanhada por um avanço no conhecimento das ciências sociais. Esse foi um período marcado pelo “redescobrimto do Brasil”, ou seja, a história e a sociedade brasileira passaram a ser vista sob um olhar que procurou conhecer e destacar as potencialidades para a transformação de sua realidade social (MOTA, 1978). Caio Prado Júnior participou desse “redescobrimto” publicando em 1933 a obra *Evolução política do Brasil*. Esse livro representou um avanço na utilização do materialismo histórico nos estudos sobre o país, destacando as classes sociais no horizonte de explicação da realidade brasileira enquanto categoria analítica.

O avanço dos estudos sociais sobre o Brasil teve como um dos seus desdobramentos, principalmente a partir da década de 1950, a indagação sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico e de mudanças nas instituições políticas e sociais do país. Nesse período, um dos principais pontos no debate social era sobre qual sistema econômico teria vigorado no Brasil desde o período colonial, aspecto considerado fundamental no momento de elucidar políticas de transformação social. Esse ponto acabou também sendo importante para o debate agrarista de meados dessa década em face da dúvida se teria sido o feudalismo ou o capitalismo o regime econômico herdado do passado colonial (CAMPOS FILHO, 1994).

Devido ao avanço dos estudos sociais, a década de 1950 tornou-se palco de intensa discussão sobre as possibilidades de construção de um novo país. Nesse debate, o PCB foi importante referencial para os setores progressistas do país. No entanto, sua participação ocorreu, contraditoriamente, em um momento delicado de sua história. As denúncias sobre os crimes de Stálin ocorridas no XX Congresso do PCUS contribuíram na precipitação de uma luta interna entre correntes políticas no PCB. Uma intensa crítica foi realizada ao chamado passado dogmático, ao qual se atribuiu a subserviência do partido ao pensamento soviético e o isolamento perante a sociedade brasileira após a cassação do registro legal em 1947. Diante

disso, os grupos que reivindicavam renovação no partido passaram a exigir um olhar mais atento para a realidade nacional, ignorada muitas vezes em nome da fidelidade ao marxismo-leninismo ditado pela União Soviética. Esse grupo de renovadores também participou de uma corrente mais ampla que buscou um maior diálogo do PCB com a intelectualidade progressista do país.

As mudanças operadas no PCB no final da década de 1950 tiveram um objetivo definido: maior inserção na sociedade, aprofundamento do conhecimento sobre a realidade brasileira e definição do projeto democrático-burguês enquanto antiimperialista, antifeudal e passível de ser realizado pacificamente. Na reflexão e exposição desse novo objetivo, destacaram-se algumas publicações do partido como *Novos Tempos*, *Estudos Sociais* e *Novos Rumos*.¹⁴ A revista *Estudos Sociais*, por exemplo, representou o desejo do partido em ter maior presença no debate intelectual sobre os problemas da realidade brasileira. Um ponto costumava a preocupação dos comunistas envolvidos com a revista: descobrir a causa do subdesenvolvimento nacional.¹⁵ Segundo Santiane Arias, essa preocupação contribuiu para a reflexão em torno do tema da questão agrária:

Dentre as áreas mais abordadas na revista – economia e política, e, em certa medida, história – a preocupação não é outra. Os mais diversos temas perpassam o atraso brasileiro, a necessidade de desenvolvimento e emancipação do país. Internamente o que alimentava tamanho atraso era o monopólio da terra, sendo a *questão agrária* fundamental para se entender o problema nacional (ARIAS, 2003: 74).

Alberto Passos Guimarães, voltado à área de história e economia, desempenhou importante papel nas reflexões sobre o tema da questão agrária. Segundo Santiane Arias, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré foram as principais referências teóricas do PCB. Nelson Werneck Sodré concentrou seu trabalho sobre o processo revolucionário brasileiro e, nesse processo, as possibilidades de viabilidade do projeto democrático-burguês. Alberto Passos Guimarães concentrou-se em um aspecto do projeto democrático-burguês: a questão agrária. Esse fato esteve presente na revista *Estudos Sociais*:

Embora a *Estudos Sociais*, até certo ponto, abrigue as diferentes nuances sobre a tese central da questão agrária, isto é, sobre os restos feudais, deve-se destacar a predominância das idéias de Alberto Passos Guimarães. [...] Guimarães possui

¹⁴ Para mais detalhes sobre as publicações do PCB ver: (RUBIM, 1986).

¹⁵ Os principais responsáveis por essa revista foram Jacob Gorender, Mário Alves, Astrojildo Pereira, Armênio Guedes, Fausto Cupertino, Jorge Miglioli e Leandro Konder, os quais pertenciam a corrente que implantou mudanças no partido a partir da Declaração de Março de 1958 e do V Congresso do PCB, realizado em 1960.

quatro artigos ao longo de sua circulação, inclusive no número dezenove (1964), seu último exemplar (ARIAS, 2003: 120).

O predomínio das idéias agraristas de Alberto Passos Guimarães no PCB esteve relacionado, por um lado, ao seu trabalho intelectual sobre a questão agrária. Por outro lado, Alberto Passos Guimarães, ao lado de Jacob Gorender, Armênio Guedes, Giocondo Dias e Mário Alves foi um dos responsáveis pela redação da Declaração de Março de 1958. Levando em consideração as disputas políticas que ocorriam no interior do partido no final da década de 1950, a participação de Alberto Passos Guimarães no documento ligado à corrente que se impôs no processo de renovação política do PCB revela outro aspecto que facilitou a circulação das idéias desse intelectual no partido (ARIAS, 2003).

A trajetória política de Caio Prado Júnior no PCB apresentou diferença em relação a trajetória de Alberto Passos Guimarães. Enquanto Alberto Passos participou das atividades políticas do PCB ocupando postos importantes na hierarquia do partido, exemplo disso foi a criação de uma Comissão Nacional de Cultura no início da década de 1950, na qual Guimarães foi responsável pelo contato com o Comitê Central do partido, Caio Prado não ocupou posições de destaque na organização partidária. A vice-presidência na Aliança Nacional Libertadora em São Paulo, no ano de 1935, e o cargo no legislativo paulista pelo PCB em 1947, foram suas posições de maior relevo. Para Francisco Iglesias, na primeira metade da década de 1930 contribuiu para essa situação o complexo antiintelectual do partido e a meta de proletarização que durante muito tempo afastou os intelectuais como suspeitos. A hipertrofia desse rumo levou ao obreirismo, fato comum que episodicamente também ocorreu em partidos comunistas de outros países (IGLESIAS, 1982).

Na década de 1950, a marginalização de Caio Prado na hierarquia do PCB ocorre devido ao fato de ter sido um pensador marxista desvinculado do modelo interpretativo e político democrático-burguês. Segundo José Carlos Reis, enquanto o PCB seguia uma orientação leninista e da III Internacional, baseada em uma revolução por etapas para se chegar ao socialismo, Caio Prado rejeitava a análise do passado brasileiro fruto da reflexão da III Internacional estando, inclusive, próximo as orientações da IV Internacional. Nesse sentido, esse autor não falou em sua obra de feudalismo e não defendeu uma revolução democrático-burguesa, mas falou em subcapitalismo e em uma revolução permanente que desembocaria em longo prazo no socialismo, sem a etapa intermediária de transição ao capitalismo defendida pelo projeto democrático-burguês do PCB (REIS, 2002).

Marginalizado na hierarquia do PCB, Caio Prado Júnior se envolveu em um projeto que se aproximou dos objetivos da revista Estudos Sociais no que diz respeito a preocupação

em estudar a realidade social brasileira. Esse projeto foi a *Revista Brasiliense*. Entre 1955 a 1964, a Revista Brasiliense figurou entre as principais fontes para o entendimento do debate político brasileiro. O lançamento do primeiro número da revista ocorreu nos momentos finais da campanha presidencial de 1955, tendo sido o manifesto de sua fundação uma decidida e clara defesa de princípios nacionalistas. Para isso, contribuiu o clima político favorável criado com o suicídio de Getúlio Vargas.

O manifesto de fundação procurou caracterizar a *Revista Brasiliense* independente de qualquer tipo de ordem política ou partidária, sendo orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores. Quanto aos colaboradores, Fernando P. Limongi ressaltou:

No entanto, a consulta a lista de colaboradores revela uma nítida predominância de pessoas vinculadas ao PCB. [...] A pretensão de ser apartidária não se choca com este dado, isto é, com a nítida predominância de militantes do PCB nas páginas da R.B. Estamos diante de uma publicação dirigida por membros do PCB sem ser seu órgão oficial. É preciso, desde já, afastar hipóteses equivocadas sobre a natureza das relações PCB-R.B. A revista não é órgão oficial e tampouco é veículo de uma facção interna com pretensões de conquistar o poder (LIMONGI, 1987: 28).

Os membros do PCB que participaram da *Revista Brasiliense* tinham em comum um histórico de insucesso no interior do partido. Um exemplo foi a criação do jornal diário do PCB em São Paulo. O jornal funcionava no prédio da Editora Brasiliense e seu título, *Hoje*, fora doado por Caio Prado Júnior ao partido. No entanto, a despeito dessa colaboração, Caio Prado foi rapidamente marginalizado no interior do jornal, se incompatibilizando com seu diretor, Milton Caíres Brito, dirigente do PCB em São Paulo. O mesmo ocorreu com Elias Chaves Neto, membro da *Revista Brasiliense* que, mesmo a despeito de ser um profissional na área do jornalismo, não foi levado em grande consideração pelos responsáveis do jornal *Hoje*, o mesmo acontecendo com Álvaro de Faria. Assim, poucos foram os comunistas da Revista Brasiliense que chegaram a ter peso nas disputas partidárias do PCB, e aqueles que participaram dessas disputas encontravam-se alijados dos centros de poder do partido quando se iniciou a *Revista Brasiliense* (LIMONGI, 1987).

Caio Prado Júnior colaborou intensamente na *Revista Brasiliense*. Seus trabalhos totalizaram a soma de 31 artigos estando, entre esses, seus principais trabalhos sobre a questão agrária. Os textos *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, publicada em 1960 no número 28 da revista, e *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, publicada no número 43 da revista no ano de 1962, foram as principais referências de Caio Prado Júnior no debate agrarista brasileiro, em especial na discussão sobre a existência de feudalismo no campo e sobre o sentido a ser dado as transformações na

estrutura fundiária, temas em que divergia com o PCB. Esses trabalhos serão analisados no segundo e terceiro capítulo de nossa dissertação em estudo com as idéias de Alberto Passos Guimarães.

O itinerário de Alberto Passos e Caio Prado exposto nos parágrafos anteriores reflete um momento na história do país onde muitos setores da sociedade procuraram se engajar no conhecimento da realidade brasileira. O conhecimento da realidade do país também esteve marcado por um desejo de mudança que permitisse a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Alberto Passos e Caio Prado figuraram entre os intelectuais que participaram desse momento histórico. Na década de 1930 estiveram inseridos no PCB, momento em que o projeto político do partido se apresentava como uma possibilidade de realizar as mudanças desejadas para o país. Na década de 1950 e no começo dos anos de 1960 uma série de situações, como a crise do stalinismo e o fomento do nacionalismo no Brasil, provocaram divergências internas no PCB em relação a análise social que o partido possuía sobre o país e as medidas que defendia para sua transformação social. Alberto Passos e Caio Prado participaram desse período de discussões, procurando se posicionar no debate político e manifestando, assim, as cissões que ocorriam no PCB.

1.3.2 Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior: o preâmbulo de um debate agrarista no PCB

O tema da questão agrária no pensamento político do PCB entre 1958 a 1964 teve como marco a Declaração de Março de 1958. Esse documento significou a retomada do projeto democrático-burguês mediante uma idéia de frente ampla concebida através de uma articulação pluriclassista baseada no acúmulo de forças. Nessa nova abordagem do projeto democrático-burguês, a questão agrária trilhou um caminho menos definido. Por um lado, o partido abandonou a tese de um campesinato revolucionário, por considerá-lo ainda débil no país, optando assim pela organização sindical. Por outro lado, houve a permanência da idéia do camponês enquanto aliado fundamental do proletariado. A nova linha política levou assim a um redimensionamento parcial da questão agrária, mudando a concepção de um problema nacional-camponês para um problema nacional-antiimperialista. Esse redimensionamento parcial representou uma tentativa em conciliar no grupo do Comitê Central do PCB a tradição operária com a mobilização camponesa, tomando como base de mobilização no campo os assalariados e os semi-assalariados (SANTOS, 2002).

O V Congresso do PCB, realizado em 1960, foi um espaço onde afloraram as contradições e ambigüidades oriundas de 1958. Nesse Congresso, Alberto Passos e Caio Prado marcaram presença, apresentando seus pontos de vista sobre a questão agrária em relação ao pensamento político do PCB.

Em artigo publicado na Tribuna de Debates do V Congresso e levando em consideração a proposta democrático-burguesa do PCB para o campo, Caio Prado Júnior argumentou que o desenvolvimento capitalista na agropecuária brasileira e a extinção da parceria somente seriam possíveis com a elevação dos padrões de vida dos trabalhadores rurais. Essa elevação somente aconteceria através da luta dos próprios trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e vida. No entanto, para Caio Prado o maior embaraço, de ordem econômica e de ordem geral para o desenvolvimento da luta desses trabalhadores, estava na concentração da propriedade agrária, a qual deixava como única alternativa de sobrevivência para o trabalhador rural as difíceis condições de trabalho impostas pelo grande proprietário de terra. Essa alternativa constrangeria o desenvolvimento da luta social dos trabalhadores rurais.

Diante do objetivo de propor medidas que pudessem mudar o quadro de adversidade da luta dos trabalhadores rurais, Caio Prado sugeriu que a tributação da propriedade agrária, tanto pelo imposto territorial rural como pela taxaço dos proventos derivados da propriedade da terra, seria uma medida válida, pois:

Não pode haver dúvidas que um dos fatores principais, senão o principal hoje em dia, que tem resguardado a concentração da propriedade agrária, herança colonial que perpetuou até nossos dias, impedindo o parcelamento daquela propriedade, sua distribuição mais equitativa e mobilização comercial mais ativa (condição essencial para o progresso da agropecuária), aquele fator é a isenção fiscal de que goza a propriedade fundiária rural (PRADO JR., 1960 in: SANTOS, 1996: 68).

Ao colocar a isenção fiscal como um dos principais fatores na permanência da concentração da propriedade fundiária, Caio Prado Júnior deslocou o feudalismo enquanto fator preponderante na sobrevivência da grande propriedade fundiária. Dessa forma, para Caio Prado a tributação da terra seria a medida possível diante da conjuntura histórica. Devido a essa posição, para o autor o PCB incorria em um erro ao propor uma tributação territorial visando o incentivo da produtividade nas grandes propriedades dentro de uma concepção de modernização das forças produtivas no campo. Para Caio Prado, a tributação territorial, forçando o barateamento e a mobilização comercial da terra, possibilitaria um afluxo de

inversões na agropecuária e o seu desenvolvimento capitalista. Sendo assim, essa medida também significaria a busca de melhores condições de vida para os trabalhadores rurais.

Para Alberto Passos Guimarães, companheiro de partido de Caio Prado Júnior, a questão agrária deveria ser vista sob outro aspecto. Apresentando um texto na Tribuna de Debates do V Congresso do PCB, Alberto Passos Guimarães afirmou que a questão agrária no Brasil deveria ser analisada partindo, inicialmente, da constatação de que o imperialismo seria a principal contradição para a realização da revolução brasileira. Em face dessa contradição, existiriam no campo três formas essenciais de luta de classes, sendo a primeira delas a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades de opressão e de espoliação imperialista; a segunda a luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários; e a terceira a luta dos assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra:

Assim, a luta de todo o campesinato contra o imperialismo é também uma luta contra as sobrevivências pré-capitalistas e pela melhoria da situação dos assalariados. A luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo é, ao mesmo tempo, uma luta para fortalecer o movimento antiimperialista e o movimento reivindicatório dos assalariados rurais. A luta dos assalariados e semi-assalariados contra os patrões grandes proprietários de terras prepara as condições para a unidade da classe operária e para a aliança com o campesinato, resultando no fortalecimento da luta antiimperialista e da luta antifeudal (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 78-79).

Para Alberto Passos Guimarães, no processo de luta de classes no campo, seriam viáveis dois caminhos para as transformações necessárias: um caminho revolucionário e um caminho reformista. Segundo ele, o proletariado e as forças progressistas da sociedade brasileira deveriam apoiar no campo as transformações burguesas que tinham como finalidade a destruição dos laços com o feudalismo e o comprometimento com um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa. Esse seria o caminho revolucionário, oposto ao caminho reformista, que consistiria em transformações burguesas sem alteração da estrutura fundiária.

Para defender um caminho revolucionário para as transformações sociais, Alberto Passos procurou também se apoiar nas idéias de Lênin. Segundo o autor russo, existiriam dois caminhos de desenvolvimento burguês para o campo, o caminho prussiano e o norte-americano. No caminho prussiano, a exploração feudal latifundiária lentamente se transformaria em uma exploração burguesa. No caminho norte-americano, os domínios latifundiários seriam liquidados. Desse modo, no caminho prussiano o conteúdo fundamental da evolução seria a transformação do feudalismo em um sistema usurário e em uma

exploração capitalista. No caso norte-americano, o conteúdo estaria na transformação do camponês em granjeiro burguês (LENIN, 1980). Diante desses dois caminhos, Alberto Passos Guimarães defendia o caminho norte-americano para a solução da questão agrária no Brasil, etapa importante na concretização da revolução democrático-burguesa.

O debate agrarista no PCB não encerrou com o fim do V Congresso. A questão agrária continuou presente no pensamento político dos membros do PCB. Um dos pontos mais sensíveis nesse debate, como já apontamos, foi o tema do feudalismo. Nesse tema estiveram presentes questões de ordem teórica e política. Segundo José Carlos Reis, a tese feudal sobre a realidade brasileira foi preponderante em um momento onde a realidade brasileira foi percebida como subdesenvolvida e atrasada. Nesse período, a discussão histórica se politizou e o conhecimento histórico foi posto diante de um impasse:

As conseqüências práticas, presentes e futuras, tornam mais lúcidas as análises do passado, a “verdade histórica é necessariamente revolucionária”? A análise histórica que serve diretamente à intervenção política é mais legítima, mais bem elaborada, mais estruturada? Ou estaria comprometida em seu rigor pelo maior relativismo, pelo subjetivismo, pelo partidarismo? Não seria necessário distinguir – não queremos dizer separar – análise histórica e estratégia de intervenção política? A intervenção política presente-futura não se autolegitimaria retrospectivamente em uma análise pseudo-histórica? (REIS, 2002: 171).

O debate agrarista do início da década de 1960 foi marcado por esse dilema entre seus inúmeros representantes. Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior vivenciaram esse impasse inserido nas particularidades de um momento histórico específico.

Nos dois seguintes capítulos de nossa dissertação, pretendemos aprofundar a análise da produção intelectual de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães sobre a questão agrária, procurando compreender esse tema em perspectiva histórica. Nesse sentido, no segundo capítulo nos voltaremos para a análise comparativa da questão agrária nesses dois autores, assim como para a compreensão do diálogo que desenvolveram, ressaltando o diagnóstico realizado pelos dois historiadores sobre a realidade rural brasileira a partir de três fatores: o caráter da colonização, a formação das principais características do campo brasileiro, em especial a grande propriedade fundiária, o grande proprietário de terra e o trabalhador rural e, por último, a questão das relações sociais de produção predominantes no campo.

Para realizar essa análise optamos trabalhar no caso de Alberto Passos, com a sua obra *Quatro séculos de latifúndio*, publicada em 1963, e no que diz respeito a Caio Prado Júnior com a obra *A questão agrária* publicada em 1979, mas cujo conteúdo se refere a textos

publicados originalmente entre os anos de 1960 a 1964. A escolha desses dois livros ocorreu após a leitura da produção historiográfica desses dois intelectuais. No entanto, esse procedimento não descartou a utilização de outros trabalhos que apresentaram elementos importantes para a compreensão do assunto. Neste sentido, quando nos referimos ao caráter da colonização portuguesa no Brasil no trabalho de Caio Prado Júnior, tomamos como ponto de partida seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, especialmente no que refere ao sentido da colonização, aspecto retomado nos textos agrários do início dos anos de 1960, como ponto de partida para a análise do campo brasileiro.

2 – capítulo: o debate agrarista em Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães: a matriz histórica da questão agrária brasileira

A produção intelectual desenvolvida por Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior sobre a questão agrária no começo da década de 1960 esteve articulada a um debate que envolveu projetos políticos de transformação da realidade agrária brasileira. Para se posicionar perante esses projetos, no caso desses dois autores, o projeto democrático-burguês, ambos procuraram analisar historicamente os aspectos constitutivos da realidade agrária brasileira. Posto isso, pretendemos nesse capítulo apresentar alguns aspectos da análise histórica desenvolvida por esses dois autores sobre o campo.

A abordagem que optamos em realizar na produção historiográfica de Caio Prado e Alberto Passos procurou destacá-los enquanto intelectuais ideólogos. Conforme apresentamos na introdução de nosso trabalho, os intelectuais ideólogos são aqueles que procuram fundamentar uma ação a partir de princípios baseados em um determinado conhecimento (BOBBIO, 1997).

Para ressaltar a característica de intelectual ideólogo em Caio Prado e Alberto Passos, procuramos abordar em suas obras a matriz histórica da questão agrária brasileira a partir de três temas. O primeiro tema correspondeu ao caráter da colonização portuguesa no Brasil. Segundo esses autores, o caráter dessa colonização influenciou a estrutura fundiária legada ao Brasil independente. O segundo tema em que nos debruçamos foi a constituição histórica da estrutura agrária brasileira, sendo subdividido esse tema em três partes: características históricas da grande propriedade fundiária, do grande proprietário de terra e dos trabalhadores do campo. O terceiro tema que buscamos apresentar foi o surgimento e desenvolvimento das relações de trabalho entre proprietários de terra e trabalhadores rurais.

Antes de iniciarmos essa tarefa, gostaríamos de frisar, como afirmamos no primeiro capítulo, que optamos trabalhar, de um modo geral, com as obras de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães que foram publicadas no começo da década de 1960, procurando, desse modo, situar a produção intelectual desses autores em um momento histórico específico. No entanto, quando percebemos ser necessário, utilizamos trabalhos publicados em períodos anteriores. Isso aconteceu especialmente no caso de Caio Prado, onde abordamos textos publicados na década de 1940, como o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, por conter elementos analíticos sobre a estrutura agrária retomado na elaboração dos textos dos anos de 1960.

2.1 O caráter da colonização portuguesa no Brasil:

No ano de 1963, Alberto Passos Guimarães publicou sua obra mais importante sobre a questão agrária, o livro *Quatro séculos de latifúndio*.¹⁶ No prefácio do livro, esse autor informou que optara restringir seu estudo à apreciação dos aspectos que em sua opinião haviam sido mais significativos na formação, apogeu e declínio do latifúndio no Brasil. Essa escolha resultou na omissão de outros acontecimentos da história brasileira, importantes segundo o autor, mas que em sua opinião dispersariam a análise centrada na história do latifúndio brasileiro. Nesse prefácio, Alberto Passos também apresentou a perspectiva pela qual seria abordado o tema da questão agrária: “Guiamo-nos, pois, entre os caminhos emaranhados por problemas de imensa complexidade, através de um fio condutor – a luta das classes pobres do campo pela conquista da terra” (GUIMARÃES, 1968: 02). Essa perspectiva serviu como horizonte para esse autor historicizar o latifúndio desde sua origem, no processo de colonização portuguesa do território que viria a constituir o Brasil.

Alberto Passos iniciou temporalmente seu estudo no início do século XVI e, geograficamente, na Península Ibérica. Segundo o autor, essa região, assim como grande parte do continente europeu, encontrava-se nesse período em pleno florescimento do mercantilismo. O regime feudal desagregava-se e o poder da aristocracia agrária entrava em decomposição. Os senhores de terras que escapavam a ruína sócio-econômica, buscavam nas atividades urbanas um novo caminho para a conservação de seus privilégios.

A colonização do território brasileiro ocorreu no momento de desagregação do regime feudal europeu e de expansão do comércio marítimo. Porém, essa economia que florescia não atingiu o novo continente. A colonização portuguesa no Brasil não implantou os traços da economia mercantil em formação e sim processos econômicos e instituições políticas que tiveram como objetivo assegurar o domínio metropolitano. Assim, ainda que a empresa colonial portuguesa tenha ocorrido como fruto da expansão da economia mercantil, ela recorreu como contrapartida a instituições políticas e jurídicas atrasadas como forma de impor a dominação de um reino sobre um novo território.

As instituições políticas e jurídicas em Portugal, no começo do século XVI, estavam relacionadas com o feudalismo. Nessa época, o país não era mais feudal no sentido clássico, ou seja, com todas as características do feudalismo medieval. Para Alberto Passos, o reino já

¹⁶ Em 1968 Guimarães publicou uma segunda edição dessa obra. Essa segunda edição foi utilizada para nossa pesquisa. Nessa nova edição, foi mantido o prefácio original constando, também, um capítulo que analisava a questão agrária levando em consideração os acontecimentos políticos de 1964 (GUIMARÃES, 1968).

havia passado do estágio de uma economia natural para o estágio de uma economia mercantil, porém, ainda não havia ocorrido uma profunda mudança em sua estrutura econômica que o pudesse caracterizar inserido em um regime econômico historicamente mais avançado, ou seja, capitalista. Essa afirmação foi posta como resposta a Roberto C. Simonsen, autor que no livro *História econômica do Brasil*, publicado em 1937, havia caracterizado a economia colonial brasileira como capitalista por ter considerado Portugal, nesse período, um país que já tinha desenvolvido um modo de produção capitalista.¹⁷ Para refutar essa afirmação, Guimarães argumentou que o básico de um regime econômico era o sistema de produção, ou seja, o modo como em uma determinada formação social os homens obtinham os meios de existência, sendo esse sistema determinante inclusive dos processos de distribuição e circulação de bens enfatizados por Roberto C. Simonsen.

Para Alberto Passos, apesar de Portugal no alvorecer do século XVI possuir grande parcela de sua riqueza proveniente das aventuras marítimas empreendidas pela burguesia comercial, a principal fonte de produção de bens materiais no reino continuava a ser a atividade agrícola, sendo o monopólio da terra a base interna desse regime de produção. Desse modo, os senhores feudais, apesar do declínio, mantinham grande influência sobre a sociedade, desempenhando importante papel no processo de colonização:

Quando a Metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além-mar. E o fez cônica de que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos “homens de qualidades” da confiança de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados (GUIMARÃES, 1968: 28).

Essa medida, segundo Alberto Passos Guimarães, permitiu ser o monopólio feudal a principal característica da colonização portuguesa no que se refere ao regime de propriedade da terra. Impossibilitado de contar com o servo da gleba, o feudalismo no novo continente regrediu ao escravismo, compensando a perda no nível de produtividade por meio da extraordinária fertilidade da terra, assim como pelo desumano tratamento aplicado a mão-de-obra escrava. Apesar disso, essa adaptação não foi suficiente para diluir o caráter feudal que presidiu a colonização do Brasil. Para esse autor:

¹⁷ Em Quatro Séculos de Latifúndio, Alberto Passos dialogou constantemente com Simonsen, no que diz respeito ao regime econômico colonial brasileiro. No entanto, essa crítica ao passado capitalista também pode ser vista como uma crítica as idéias de Caio Prado Júnior, uma vez que esse autor ressaltou em seu trabalho o caráter mercantil da colonização em oposição ao aspecto feudal.

O escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho. Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal (GUIMARÃES, 1968: 29).

Assim, mediante esses recursos, a sociedade colonial brasileira nasceu submetida e moldada a estrutura nobiliárquica e ao poder feudal instituídos pelo reino português.

Caio Prado Júnior em estudo sobre a questão agrária brasileira, apresentou perspectiva diversa a de Alberto Passos Guimarães. Em 1979, esse autor reuniu em livro seus principais trabalhos sobre o tema que haviam sido publicados na Revista Brasiliense entre os anos de 1960 a 1964. Assim como Alberto Passos, esse autor buscou compreender a estrutura fundiária de seu tempo, com seus conflitos e impasses, mediante uma abordagem histórica.

Antes de iniciarmos a análise da obra desse autor, gostaríamos de dizer que o trabalho de Caio Prado forneceu uma extensa análise das relações sociais de produção na agricultura brasileira, desde os tempos da colônia até o século XX. Afastando-se do modelo interpretativo democrático-burguês, esse historiador apresentou, como veremos adiante, a economia colonial brasileira enquanto grande exploração comercial, gerada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado metropolitano. Segundo Guido Mantega:

O quadro da economia brasileira traçado por Prado Jr., caracteriza uma espécie de capitalismo colonial (distinto de um sistema capitalista clássico baseado na acumulação industrial), centrado nas atividades agrícolas e exportadoras. Portanto, um capitalismo agrário, atrasado e exportador (MANTEGA, 1984: 247).

Essa consideração é importante para compreendermos o desenvolvimento do pensamento desse autor sobre a questão agrária e suas críticas ao PCB. Desse modo, considerando o Brasil capitalista desde o século XVI e subordinado posteriormente ao imperialismo, para Caio Prado o país não conseguia superar sua condição, segundo palavras de Guido Mantega, de capitalismo colonial subdesenvolvido, permanecendo no Brasil do século XX o sistema colonial, embora em uma forma mais moderna de relação com os mercados internacionais.

Na nota prévia do livro *A questão agrária* (PRADO JR., 1979), Caio Prado afirmou que a sociedade brasileira tinha vivenciado no início da década de 1960 um crescente interesse pelos problemas agrários, assim como tinha presenciado os primeiros sintomas de

séria pressão popular no sentido da efetivação de medidas tendentes à reforma da estrutura agrária do país e das relações de trabalho no campo. Esse interesse havia sido direcionado ativamente para a renovação sócio-econômica do país e para a elevação dos padrões de vida da população rural em níveis condizentes com o mundo moderno. No entanto, esse interesse acabou momentaneamente abafado pelo regime de força implantado em 1964. O fracasso do “milagre” desenvolvimentista, a política econômica pela qual o novo regime procurou alçar o país no começo da década de 1970 a patamares de nação moderna e desenvolvida, reabriu a perspectiva de retomada de temas fundamentais da política sócio-econômica brasileira, com destaque para o tema da questão agrária. Assim, Caio Prado afirmou na nota prévia dessa obra:

De fato, do que se trata e deve essencialmente interessar na reforma agrária brasileira é da solução do que se propõe efetivamente na prática, e em profundidade, em nossa realidade. A saber, a exploração desenfreada e o baixo nível, sob todos os aspectos, e em confronto com os níveis do mundo moderno, da grande massa da população rural brasileira, herança de sua formação histórica, e que encontra sem dúvida nas relações e condições em geral da produção e trabalho rurais o seu principal fator determinante. [...] É disso pois que se há de essencialmente cuidar na questão agrária (PRADO JR., 1979: 10).

A principal preocupação de Caio Prado Júnior em relação à questão agrária foi encontrar caminhos para superar as circunstâncias que caracterizavam a estrutura agrária brasileira de seu tempo como socialmente excludente e desigual. Esse objetivo o levou a analisar a estrutura fundiária do país semelhantemente a Alberto Passos, ou seja, a partir de sua gênese colonial. No livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JR., 1976), publicado pela primeira vez em 1942, Caio Prado expôs um conjunto de argumentos sobre a gênese colonial brasileira, centrado no sentido da colonização, o qual seria posteriormente retomado nos seus textos sobre a questão agrária.

No livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, a colonização portuguesa na América foi apresentada articulada a um conjunto de atividades relacionadas à expansão marítima do comércio europeu. A atividade mercantil era o grande interesse dos europeus naquele momento, razão pela qual não pensaram inicialmente no povoamento do novo continente. Segundo Caio Prado Júnior, a ocupação sistemática do território só ocorreu quando foi percebida a impossibilidade de organizar a produção de gêneros de interesse comercial em simples feitorias, dado sua durabilidade instável e precária.

Assim, no seu conjunto, e visto no plano internacional, a colonização dos trópicos tomou o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas

sempre com o mesmo caráter que ela, ou seja, explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu: “É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos” (PRADO JR., 1976: 31).

Em Caio Prado, diferentemente de Alberto Passos Guimarães, a atividade mercantil teve papel preponderante na colonização. Segundo ele, se fôssemos à essência de nossa formação, veríamos que nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros. Mais tarde, ouro e diamantes. E, posteriormente, algodão e café para o comércio europeu. Assim, a sociedade e a economia brasileira foram organizadas mediante esse comércio exógeno e sem maiores atenções que não estivessem relacionados com essa atividade externa. Em razão disso, também não foi constituída uma infra-estrutura na qual uma população pudesse se apoiar e se manter, mas sim um mecanismo do qual a população colonial foi apenas um elemento propulsor destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos.

Nessa infra-estrutura, uma conjuntura favorável a um produto qualquer era capaz de impulsionar o funcionamento da sociedade e dar a impressão ilusória de riqueza e prosperidade. No entanto, bastasse que essa conjuntura se desfizesse, ou se esgotassem os recursos naturais disponíveis, para a produção declinar e perecer, tornando impossível manter a vida que alimentava, ou seja:

Em cada um dos casos em que se organizou um ramo da produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava. Para isto, imediatamente, se mobilizam os elementos necessários: povoa-se uma certa área do território mais conveniente com empresários e dirigentes brancos, e trabalhadores escravos [...] desbrava-se o solo e instala-se nele o aparelhamento material necessário; e com isto se organiza a produção. Não se sairá disto, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem: continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos materiais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois abandona-se tudo em demanda de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. O que fica atrás são restos, farrapos de uma pequena parcela de humanidade em decomposição (PRADO JR., 1976: 128).

Dessa forma, na obra de Caio Prado o sentido da colonização portuguesa no Brasil resultou no surgimento de uma sociedade nova, porém, desigual e excludente em termos econômicos e sociais. Uma das principais características dessa colonização, e que lhe conferiu aspecto de originalidade, esteve na ocupação de um imenso território, através da distribuição de extensas faixas de terra a proprietários que tinham como objetivo sua exploração tendo em vista o comércio externo. Essa exploração, por sua vez, ocorreu por meio de uma infra-

estrutura endógena precária e instável, porém, suficiente para garantir a produção de produtos tropicais.

Para Caio Prado, o sentido original da colonização acabou marcando profundamente o desenvolvimento histórico da realidade agrária, como percebia ao olhar para o campo em meados do século XX: concentração da propriedade agrária, produção baseada em estímulos imediatistas e mercantis, e grande parcela da população rural marginalizada do acesso a terra e socialmente carente dos direitos mais básicos do cidadão.

No caso de Alberto Passos Guimarães, se seu estudo for analisado comparativamente ao trabalho de Caio Prado Júnior, perceberemos que a colonização portuguesa representou, através do predomínio dos interesses da fidalguia portuguesa que se dispôs a migrar para a América, a construção de uma sociedade de feições muito próximas ao seu local de origem, fato comprovado pelas grandes propriedades fundiárias submetidas aos códigos feudais de seus detentores. Para esse autor, a colonização não significou o surgimento de uma sociedade nova, como apontada por Caio Prado, mas a recriação e perpetuação de instituições feudais sobre uma população que se compôs de servos, escravos e índios.

Uma última informação que gostaríamos de ressaltar nesse momento é que tanto na obra de Caio Prado Júnior, quanto em alguns trechos da obra de Alberto Passos Guimarães, há a incorporação de conceitos, como povoamento, por exemplo, apresentados por uma historiografia que ambos criticavam por exaltar o processo colonizatório europeu e desconsiderar a participação popular na História do país. Nesse sentido, ambos não conseguem romper totalmente com uma corrente historiográfica da qual são herdeiros, mas que negam seus fundamentos.

Segundo Nicholas Davies, povoamento é uma palavra de forte carga ideológica, que não designa a ocupação de um espaço físico por seres humanos, mas apenas a ocupação pela sociedade colonial expansionista. Segundo esse:

Mesmo autores progressistas como Caio Prado Júnior incorrem nesta falha, não só ideológica, como também anticientífica. O “povoamento” de Caio Prado [...] deveria ser substituído por “despovoamento” e “repovoamento”, para retratar fielmente a ocupação do território brasileiro desde 1500 (DAVIES in: PINSKY, 1991: 101).

Por outro lado, a análise realizada por esses dois autores em relação ao caráter da colonização também significou uma forma particular de ambos compreenderem a questão agrária no começo da década de 1960. A interpretação democrático-burguesa do PCB para o campo, e da qual Alberto Passos se aproximava, ressaltava a necessidade de uma reforma

agrária para extinguir com os restos feudais herdados do passado colonial. Nesse sentido, para Guimarães estudar a gênese colonial significava mostrar, por um lado, as raízes feudais da estrutura agrária contemporânea, demonstrando a necessidade de mudanças que pudessem emancipar os camponeses e trabalhadores rurais submetidos a relações sociais de produção extra-econômicas e, por outro lado, combater as teses que defendiam uma origem e evolução da estrutura fundiária centrada no aspecto comercial-capitalista, teses que em sua opinião tornavam desnecessárias mudanças estruturais no campo e debilitavam a contemporaneidade da reforma agrária. Para Caio Prado, no entanto, o estudo da gênese colonial, ressaltando a face mercantil da estrutura agrária, indicava a necessidade de direcionar a luta no campo através de um caminho diferente ao postulado pelo seu partido e por Alberto Passos. Para esse autor, a solução da questão agrária deveria romper com o caráter mercantil responsável, em grande parte, pelas desigualdades existentes na área rural.

2.2 A constituição histórica da estrutura agrária brasileira

2.2.1 A grande propriedade fundiária/latifúndio

Ao abordar a economia colonial no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado constatou que a grande propriedade monocultura trabalhada por escravos havia sido a base para o desenvolvimento da atividade agrícola da colônia portuguesa. Essa atividade tivera como principal objetivo a produção de gêneros de grande valor comercial para os mercados europeus. Sendo assim, a grande propriedade fundiária nascera no Brasil vinculado, por um lado, a uma atividade comercial e, por outro lado, tendo como base de produção o trabalho escravo.

A escravidão apareceu no Brasil devido ao fato de Portugal, no começo do século XVI, não ter podido contar com um considerável contingente populacional que pudesse abastecer a América e, além disso, pelo fato do português, assim como ocorreu com outros colonos europeus que vieram para a América tropical, não ter tido a princípio a intenção de emigrar para se engajar como simples trabalhador assalariado no campo:

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira (PRADO JR., 1976: 122-123).

Segundo Caio Prado Júnior, a colonização europeia nos trópicos inaugurou um tipo de agricultura comercial extensiva e em larga escala. Essa agricultura marginalizou as atividades agrícolas de subsistência destinadas à manutenção da população da Colônia pelo fato dos maiores esforços e recursos terem sido concentrados na lavoura de exportação, tenha sido essa lavoura de açúcar, algodão ou outro gênero. Para realizar essa atividade, foram incorporadas extensas áreas de terras cultivadas por imensa mão-de-obra escrava. Inclusive com especializações de trabalho. Um exemplo foi a produção do açúcar, no engenho. Essa atividade contou com um conjunto de máquinas e aparelhamentos que formou uma verdadeira organização fabril.

No ano de 1960, Caio Prado Júnior reafirmou o histórico caráter mercantil da exploração agrícola baseada na grande propriedade fundiária e na conseqüente exclusão e marginalização da pequena exploração agrícola: “A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso País, constitui sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil” (PRADO JR., 1979: 48). Diante desse fim mercantil, a grande propriedade fundiária foi regra e elemento central do sistema econômico colonial, o qual precisou dessa propriedade para realizar os fins a que se destinava, ou seja, o fornecimento em larga escala de produtos primários para os mercados europeus. Assim, o “sentido” da grande propriedade fundiária esteve enraizado no caráter mercantil da colonização.

Ao olhar para o campo brasileiro no início da década de 1960, Caio Prado reconheceu que, do início do século XVI para meados do século XX, importantes modificações haviam ocorrido na primitiva e rudimentar organização da colônia. Houve a ocupação do território em um todo unificado; um crescimento e adensamento demográfico, com afluxo de novos e apreciáveis contingentes imigratórios; a diversificação das atividades econômicas com a inserção de um largo setor industrial, com conseqüente progresso urbano e constituição de apreciável mercado interno que a colônia não conheceu; e, como conseqüência e coroamento desse desenvolvimento, a formação de uma nacionalidade autônoma com existência e aspirações próprias, singular em relação a outras nacionalidades. Porém, mesmo diante dessas mudanças esse autor manteve a posição de que:

Essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, não logrou ainda superar inteiramente esse passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a

ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta (PRADO JR., 1979: 49).

Assim, a utilização da terra foi vista por esse intelectual não em função da população que nela trabalhava e exercia suas atividades, mas principalmente em função dos interesses comerciais e das necessidades inteiramente estranhas a essa população. Para Caio Prado, esse passado nutria a realidade rural presente. Esse aspecto do passado como um manto sufocante também apareceu no período de 1950/1960 na obra de autores vinculados a outros grupos sociais, ressaltando a necessidade de estudar a história brasileira na tentativa de encontrar formas de superar os impasses resultantes de um tempo pretérito.

O economista Celso Furtado, por exemplo, através de obras como *Formação econômica do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1959, e *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado em 1961, afirmava que o passado colonial estava sendo superado desde a década de 1930, com o processo de industrialização e a política desenvolvimentista estimulada pelo Estado. No entanto, ao olhar para o campo, esse autor reconhecia a permanência de caracteres passados, como através da utilização de métodos produtivos arcaicos e do desperdício da utilização da mão-de-obra rural, estimulada pela concentração da propriedade da terra (FURTADO, 1970), (FURTADO, 1961).

Raymundo Faoro, outro importante intelectual, publicou em 1958 a obra *Os donos do poder*. Nesse trabalho, a questão agrária não foi o centro de sua análise, contudo, ao estudar o processo de formação do estamento burocrático na história brasileira, esse autor reconheceu nesse setor a responsabilidade pela montagem e persistência de instituições anacrônicas e pretéritas, frustradora de iniciativas que pudessem conduzir a “emancipação política e cultural” (FAORO, 1958: 271).

Assim como os autores acima, Alberto Passos compreendia que o passado colonial ainda exercia significativa influência na vida social e econômica do país. Para esse intelectual, esse passado estava vivo principalmente na permanência de uma estrutura fundiária concentrada e na persistência de relações sociais de produção arcaicas. O reconhecimento dessa permanência contribuiu para o seu posicionamento no debate político do início da década de 1960 sobre as causas da crise econômica no campo:

Essas velhas relações de produção que travam o desenvolvimento de nossa agricultura não são do tipo capitalista, mas heranças do feudalismo colonial. A primeira e mais importante dessas relações de produção, cuja destruição se impõe, é o monopólio feudal e colonial da terra, o latifundismo feudo-colonial (GUIMARÃES, 1968: 34).

Para Alberto Passos, a colonização portuguesa havia sido responsável pelo surgimento da grande propriedade fundiária no Brasil. A exploração colonial do território americano começou por meio da atividade do escambo, de base extrativa, com a utilização da mão-de-obra indígena. No entanto, o surgimento das Donatarias, em 1532, marcou uma mudança no sentido dessa exploração. A partir desse momento, não interessou mais ao português apenas extrair e transportar para os mercados da Europa os frutos do continente, no caso a madeira do pau-brasil, mas sim de estabelecer fontes de riqueza baseadas na ocupação e exploração da terra. Diante disso, o convívio entre portugueses e indígenas sofreu uma inflexão, assumindo feições hostis diante da perseguição que os colonizadores passaram a empreender contra as populações indígenas para forçá-las ao trabalho nas plantações e engenhos que começavam a se espalhar pelas capitanias mais prósperas. Assim:

Penetravam, sertão a dentro, as hordas de preiadores à cata de braços indígenas, os quais se supunha seriam capazes de desempenhar, resignados e submissos, o papel que lhes reservava o novo sistema de produção implantado pela empresa colonial. O índio livre foi, assim, banido de suas terras e expulso para longe do litoral, aonde só permaneciam os que à força tinham caído no cativeiro (GUIMARÃES, 1968: 13-14).

À medida que o domínio colonial avançou sobre o território, a caça desapiadada ao braço cativo tornou-se constante. A resposta das populações nativas ocorreu mediante revoltas, rebeliões e, ainda que capturada, a manifestação de um comportamento indesejado em relação à expectativa do captor. De acordo com Alberto Passos Guimarães, o indígena rebelou-se contra o trabalho sedentário tornando-se um escravo de ínfimo rendimento e manifestando pela “indolência” seu protesto contra o estilo de vida que o colonizador tentava lhe impor. Desse modo, através do genocídio, da escravização das populações indígenas e da apropriação do seu imenso território, se efetivou a colonização portuguesa.

O período entre as últimas décadas do século XVII e o final do século XVIII correspondeu ao momento de declínio das formas pré-históricas de propriedade territorial que serviram de base a organização social dos povos indígenas. Quando iniciou o século XIX, a luta pela posse da terra não estava mais sendo travada em nome da civilização contra a barbárie ou a sombra de pretextos supostamente filantrópicos entre instituições historicamente antagônicas. A instituição latifundiária havia vencido a guerra. Segundo Alberto Passos:

Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegitimidade que é seu pecado original jamais ele se redimiria (GUIMARÃES, 1968: 19).

Após o extermínio de grande parte das populações nativas, a propriedade fundiária foi estruturada pelos colonizadores de acordo com o tipo de exploração exercida em seu interior. No entanto, as diversas explorações existentes na propriedade fundiária foram constituídas a partir de uma característica comum, que permitiu ao autor denominá-las enquanto latifúndios, ou seja, foram:

Unidades agropecuárias por demais extensas para serem exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusivamente ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como a propriedade do tipo capitalista (GUIMARÃES, 1968: 223-224).

Em relação ao processo de institucionalização do latifúndio no Brasil, o primeiro passo dado foi a criação do regime de sesmarias. Segundo Guimarães, o regime de sesmaria surgiu em Portugal como uma tentativa de salvar a agricultura decadente e evitar o abandono dos campos que se acentuava a medida que se decompunha a economia feudal. O regime de sesmaria obrigava o proprietário de terra a cultivá-la sob o perigo de perdê-la, tendo representado nessa circunstância uma tímida restrição ao direito feudal da propriedade agrária. Essa foi uma das razões que tornaram as terras americanas tão fascinantes aos olhos da fidalguia portuguesa. Porém, diante do interesse da nobreza feudal em recompor seu antigo domínio, a disseminação do regime de sesmaria no Brasil revelou-se incapaz de atender as finalidades pelas quais havia sido criada em solo português.

Segundo Alberto Passos, a concessão das sesmarias no Brasil esteve condicionada a três requisitos: medição, confirmação e cultura. O primeiro desses requisitos raramente foi observado, uma vez que era elevado o custo de sua operação, além de não haver técnicos suficientes para realizá-la. Os outros dois requisitos, teoricamente, não teriam justificativas para serem desobedecidos. No entanto, citando as *Memórias economopolíticas sobre a administração pública do Brasil compostas no Rio Grande de S. Pedro do Sul*¹⁸, do início do século XIX, Guimarães afirmou que após três séculos de existência o resultado das sesmarias havia sido uma insignificante população comparada as dimensões do território, sendo grande parte das terras de domínio privado, porém, largamente despovoadas e baseadas no exercício de uma agricultura atrasada. Uma das conseqüências dessa situação foi o surgimento do posseiro, indivíduo que adentrava territórios sem ocupação humana fixando-se com culturas próprias. Devido aos resultados insatisfatórios desse regime de propriedade, quanto à

¹⁸ Parte desse documento está transcrito por Alberto Passos Guimarães no terceiro capítulo de sua obra, intitulada Sesmaria.

crescente presença de posseiros em seu interior, foi extinto o regime de sesmaria no Brasil em 17 de julho de 1822.

Apesar desse resultado, para Alberto Passos a sesmaria permitiu o surgimento de dois novos tipos de domínio latifundiário: o engenho e a fazenda. O primeiro domínio correspondeu ao objetivo dos colonizadores em reservar a faixa litorânea para explorar a atividade açucareira, enquanto a fazenda, mediante a atividade pecuária, representou um alargamento da fronteira econômica.

O engenho nasceu enquanto organização híbrida devido à conjugação de dois sistemas econômicos historicamente distanciados: o feudalismo e o escravismo. Erguido sobre uma base orgânica feudal no qual o senhor de engenho, regido pelos códigos da nobreza, se colocou a frente da produção, o engenho teve, no trabalho escravo, a base de sua funcionalidade:

Essa unidade produtora – o engenho – foi a célula da sociedade colonial, tornando-se, por muito tempo, a base econômica e social da vida brasileira. Era, como a sociedade que dele nascera, medularmente feudal. E se se quer dar uma designação mais precisa, tendo em conta os aspectos fundamentais de seu modo de produção, como feudal-escravista é que se deve definir tanto o engenho, como todo período colonial da sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1968: 64).

Em relação à produção açucareira, Alberto Passos considerou o seu crescimento fator de estímulo a procura de animais de trabalho cujos currais dos engenhos não conseguiam suprir a demanda. Esse foi o principal motivo para a separação do curral e do eito, o qual se afastou sertão adentro para dar vazão a seu ritmo de expansão.

A pecuária se caracterizou pela separação da fazenda e da manufatura, da criação e do curtimento, do campo e da cidade. Outra característica da propriedade pecuária é que ela tornou-se mais vulnerável à subdivisão pelo fato do seu proprietário não ter tido condições de exercer um rígido domínio sobre as intermináveis extensões de terra onde o gado era criado. A pecuária, desse modo, permitiu a indivíduos de menores posses o acesso à exploração e, mais tarde, o acesso a propriedade. Assim:

Por todo esse conjunto de circunstâncias, a fazenda, no período que analisamos, representa, em relação ao engenho, um passo à frente. Caracteriza um tipo de latifúndio na maioria dos casos não escravocrata, embora um latifúndio, por outro aspecto, mais tipicamente feudal, da fase em que o proprietário territorial se distanciava da produção e passava a embolsar a renda agrária. [...] Os vaqueiros e fábricas são trabalhadores socialmente mais independentes, economicamente melhor retribuídos, em comparação com a extrema miséria dos demais trabalhadores “livres” e escravos dos engenhos (GUIMARÃES, 1968: 69-70).

Para Alberto Passos, a conversão da sesmaria em fazenda apresentou um conteúdo menos retrógrado do que a ocupação da terra pelos engenhos. No entanto, da sesmaria não surgiu apenas a fazenda e o engenho. Do seu interior também nasceu o latifúndio cafeeiro, o último grande tipo de domínio territorial. A expansão da lavoura do café no Brasil ocorreu a partir do início do século XIX, quando houve um crescimento do mercado externo desse produto. No primeiro ciclo de sua expansão, a agricultura do café gerou um tipo de domínio territorial semelhante ao passado áureo dos engenhos de açúcar, ou seja, um domínio marcado por formas feudais, coloniais e escravocratas. Com a produção do café a fazenda, que tinha evoluído com a criação de gado para um modelo mais avançado de exploração, em muitos casos não escravocrata e mais aproximado de padrões capitalistas, regrediu as origens do senhorio açucareiro. No segundo ciclo de sua expansão, contudo, a cultura do café perdeu parte de suas características primitivas buscando, porém, nas relações servis do senhor de engenho com o seu trabalhador uma forma de persistir sua trajetória ascendente diante do fim da escravidão.

Uma particularidade histórica do latifúndio cafeeiro foi sua expansão ter ocorrido contemporaneamente ao florescimento do capitalismo industrial. Essa particularidade, por um lado, possibilitou rápida penetração do seu produto no mercado mundial em constante crescimento, mas, por outro, lhe tornou mais sensível as manobras baixistas dos trustes internacionais recém formados e que forçavam a cultura cafeeira a melhorar sua produtividade:

Premido pelas circunstâncias, o sistema latifundiário, antes solidamente unido pelas mesmas concepções e pelos mesmos objetivos, não pode escapar à sua primeira grande diferenciação, fendendo-se em duas correntes principais: a dos que persistem, indiferentes ao progresso, nos processos de produção e nas atitudes mais conservadoras e retrógradas, e a dos que percebem a inevitabilidade da renovação desses processos e atitudes (GUIMARÃES, 1968: 89).

A partir de meados do século XIX, as formas capitalistas, em acelerada expansão no mundo, passaram a rondar o monopólio feudal da grande propriedade fundiária brasileira sem conseguir, porém, lhe alterar as características essenciais. Penetraram desse modo pela via mais acessível e apenas indiretamente em seus processos internos de produção, ou seja, pela aplicação de melhorias na técnica e nos aparelhos de beneficiamento do café. As conseqüências das mudanças nas técnicas de produção do café iriam aparecer de forma mais significativa no século XX.

A partir das considerações expostas, percebemos que o estudo de Alberto Passos Guimarães sobre a gênese e evolução do latifúndio no Brasil, partiu de uma constatação em comum à análise de Caio Prado Júnior: a perpetuação sufocante de uma paisagem agrária marcada pela concentração da propriedade da terra. Para Guimarães, essa paisagem nasceu como conseqüência do desejo de reconstrução, por parte da fidalguia portuguesa, das grandes propriedades existentes no medievalismo português. No estudo de Caio Prado, diferentemente de Alberto Passos, os grandes proprietários que surgiram no processo de divisão das terras brasileiras não recriaram a propriedade feudal do período medieval, e sim construíram um tipo de propriedade nova e original, mediante um caráter mercantil e com o predomínio do trabalho escravo.

No que diz respeito ao debate político em torno da questão agrária no começo da década de 1960, a análise de Alberto Passos sobre o latifúndio, partindo do engenho açucareiro do período inicial da colonização, passando pelas fazendas de pecuária e pelas fazendas cafeeiras não-escravistas, buscou reivindicar o cânone econômico como pressuposto diferenciador ao argumento do predomínio de uma atividade mercantil no processo de colonização. Dessa forma, a raiz da feudalidade brasileira, a qual poderia explicar a compatibilização de um viés produtivista com a inexistência de uma “economia camponesa” na gênese do mundo agrário brasileiro, radicaria para esse autor na estrutura de propriedade implantada segundo instituições feudais e acrescida do regime de trabalho escravo. Enquanto isso, para Caio Prado a grande propriedade, com uma produção em larga escala e destinada ao comércio exterior, contribuiu para realçar o aspecto mercantil da grande propriedade fundiária, mesmo que a produção tenha se realizado em base escravista, sendo necessário levar em consideração esse aspecto no momento de se debaterem propostas para a solução da questão agrária.

2.2.2 O grande proprietário de terra/latifundiário

O dono das grandes extensões de terra no Brasil, denominado por Caio Prado Júnior como grande proprietário e, por Alberto Passos Guimarães, também como latifundiário, foi ao lado da grande propriedade fundiária um dos elementos centrais para a compreensão das características da realidade agrária do país no início da década de 1960. Para ambos os autores, a existência desse indivíduo imprimiu historicamente um tipo de estrutura social no campo que, tendo como base o monopólio da terra, condenava a miséria grande parte da população rural.

A percepção negativa sobre o papel social do grande proprietário de terra também foi apresentada por outros participantes do debate agrarista, muitos desses, vale ressaltar, que não problematizavam a questão agrária conjuntamente ao projeto democrático-burguês. Celso Furtado, por exemplo, baseado na idéia de desenvolvimento oriunda das análises da CEPAL, considerava que a atividade econômica dos grandes proprietários de terra, apesar do aspecto empresarial, colaborava na manutenção de técnicas de exploração rotineiras e na exclusão do trabalhador rural de seus frutos diante da concentração da propriedade agrária em suas mãos (FURTADO, 1961). Para o político Fernando Ferrari, filiado ao trabalhismo do PTB e defensor de idéias reformistas para o campo, os latifundiários, tendo como base o monopólio da terra, mantinham os trabalhadores rurais em uma situação de miséria, reforçada por um regime feudal de exploração do homem do campo (FERRARI, 1963).

No que diz respeito à constituição histórica do senhor de terras no Brasil, Alberto Passos afirmou que o objetivo da colonização portuguesa estimulou o estabelecimento de um determinado tipo de proprietário que vicejou ao longo do tempo. Segundo esse:

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio (GUIMARÃES, 1968: 23).

Mediante esse objetivo, a fidalguia portuguesa, despojada em sua terra de recursos materiais, empenhou-se na América na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído nessas terras o seu passado. Entretanto, para Alberto Passos não houve condições históricas para a transposição ao novo continente de todos os componentes da estrutura sócio-produtiva da Europa medieval. A inexistência do servo da gleba para produzir renda no novo solo com seus braços, animais e instrumentos de trabalho, impôs a necessidade do capital-dinheiro. Diante dessa circunstância, a empresa colonial foi realizada em uma associação de fidalgos sem fortuna e plebeus enriquecidos pelo comércio e pela usura.

Nesse empreendimento, contudo, os “homens de calidades” predominaram sobre os “homens de posses”, pois, apesar de nessa época as atividades marítimas terem possibilitado a formação em Portugal de uma burguesia rica em recursos monetários, ela ainda não havia alcançado o poder do Estado, conseqüentemente, ela não teve condições de impor os seus interesses de forma decisiva no empreendimento colonial. Além disso, apesar da intensa atividade marítima desenvolvida no século XVI, Portugal ainda possuía nesse período suas

instituições políticas, seus costumes e idéias religiosas, fortemente arraigadas no medievalismo. Assim:

Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal (GUIMARÃES, 1968: 24).

A recriação da ordem feudal na colônia ganhou materialidade na implantação do regime de sesmaria. Nesse processo, a burguesia comercial portuguesa interessou-se principalmente na utilização da região para fins mercantis, tendo sido seu objetivo as atividades extrativas, a preia de índios e o tráfico de escravos, enquanto os senhores feudais olharam para a colônia vislumbrando seu imenso território. Quando o povoamento do território foi iniciado, a nobreza metropolitana foi a maior beneficiada no processo de distribuição de terras. Nesse sentido:

A intenção da Metrópole era realizar o que efetivamente foi cumprido: pôr nas mãos da fidalguia o monopólio de grandes tratos de terreno, enfeudá-los segundo as suas mais puras tradições jurídicas e, ao lado disso, associar na empresa os “homens grossos”, os mais diletos filhos da classe burguesa enriquecida na mercancia (GUIMARÃES, 1968: 47).

No engenho, o domínio da fidalguia portuguesa se consolidou. Nessa propriedade, o grande proprietário atuou como agente direto da produção. Sua presença a frente dos negócios o distinguiu do proprietário da fazenda de gado. Na atividade pecuária, a divisão social do trabalho afastou o proprietário da produção. No engenho, o poder feudal dos proprietários de terra deu mostras de uma força indivisível, enquanto na fazenda, a atividade da criação do gado dificultou esse domínio:

A natureza do trabalho nos currais, a ausência do proprietário, a impossibilidade mesma de uma vigilância contínua a direta, o número reduzido de braços necessários, enfim o sistema de produção da pecuária não exigiria o trabalho escravo, adaptando-se melhor às formas de servidão – cronologicamente mais adiantadas – e ao próprio salariado (GUIMARÃES, 1968: 69).

Para Alberto Passos, o proprietário da fazenda de gado embolsou a renda agrária especialmente através das relações sociais de servidão, mais comum do que o trabalho escravo utilizado nos engenhos.

O fazendeiro de café, por sua vez, vivenciou dois momentos na relação com a sua propriedade e com os seus trabalhadores. No primeiro momento, metade inicial do século

XIX, predominou o fazendeiro de café cujo domínio foi exercido mediante a exploração feudal e escravista da terra e da mão-de-obra. No segundo momento, especialmente a partir de meados do século XIX, com o declínio da escravidão, ganhou ênfase o fazendeiro de café cujo domínio passou a ser exercido através do revigoramento das formas servis de produção.

No entanto, para Guimarães, o perfil histórico do latifundiário brasileiro, ou seja, o caráter fidalgo e aristocrático baseado em relações feudais, apesar de algumas mudanças adaptativas ao longo do tempo em face do tipo de exploração agrária, contribuiu para a sobrevivência do latifúndio até o século XX.

A leitura sobre o grande proprietário de terra assumiu contorno diverso na obra de Caio Prado Júnior. Apesar de algumas aproximações em relação ao estudo de Alberto Passos, principalmente no aspecto da apropriação da terra como fundamento de poder econômico e social, Caio Prado enfatizou no seu trabalho a singularidade desse proprietário, especialmente através do exercício de atividades mercantis. Para conduzir a análise nessa perspectiva, esse autor utilizou um recurso não trabalhado por Alberto Passos, ou seja, ressaltou a diferença que existiu entre o colono europeu que foi para a América do Norte e o colono que se dirigiu para a América tropical.

Ao norte do continente americano, o clima temperado e a circunstância histórica da Inglaterra atraíram a atenção das populações que não se sentiam mais a vontade no território britânico para manifestar livremente suas crenças, principalmente diante das lutas político-religiosas do século XVI e XVII. Além disso, a transformação dos campos ingleses em pastagens para criação de carneiros, também estimulou o surgimento de fortes correntes migratórias que abandonaram os campos e procuraram a América. Assim, os colonos que se estabeleceram nesse território tiveram como objetivo construir um novo mundo, uma sociedade que pudesse oferecer garantias que o continente de origem não mais oferecia. O resultado dessa política foi o surgimento de uma sociedade que, embora com caracteres próprios, se assemelhou em muito à sociedade de origem.

Na área tropical e subtropical, a ocupação e o povoamento do território tomaram um rumo diferente. Em primeiro lugar, as condições naturais diversas do habitat europeu repeliram os colonos que tinham como objetivo vir na condição de simples povoador. No entanto, se a diversidade das condições naturais da América tropical em comparação a Europa foi um empecilho para o povoamento, serviu de estímulo para a produção de gêneros em falta no continente europeu, vindo assim ao encontro do impulso inicial das navegações marítimas, ou seja, obtenção de riqueza e lucro. Essa circunstância estimulou a ocupação dos trópicos americanos. Esse interesse, contudo, não trouxe conjuntamente a disposição do colono

européu de pôr a serviço o seu trabalho físico. O que lhe estimulou foi vir como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial e como empresário de um negócio que pudesse lhe fornecer riqueza e, somente a contragosto, como trabalhador. O caráter da exploração agrária também contribuiu para esse fim, uma vez que foi realizada em larga escala através de grandes unidades produtoras, como fazendas, engenhos e plantações, que reuniam um número relativamente grande de trabalhadores. Desse modo:

Já vimos [...] o tipo de colono europeu que procura os trópicos e que nele permanece. Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar (PRADO JR., 1976: 120).

A política metropolitana, inspirada pelos elementos de origem nobre e fidalga que cercavam o trono, se orientou no sentido de constituir na colônia americana um regime agrário de grandes propriedades. Não lhe ocorreu, a não ser em caso tardio e excepcional, como foi o episódio da colonização açoriana, a idéia de tentar um regime de outra natureza, como uma organização camponesa de pequenos proprietários. No início da década de 1960, quando se debruçou especificamente sobre o problema da terra, Caio Prado retomou esse raciocínio afirmando que a agropecuária brasileira, no que diz respeito ao fim visado, continuava sendo, como em seu passado, uma empreitada coroada de grande êxito para seus dirigentes:

E não precisamos ir longe para verificar que a agropecuária brasileira foi e ainda é em geral um bom negócio: basta observar a riqueza que proporcionou no passado a seus empreendedores – senhores-de-engenho do Nordeste, seringalistas da Amazônia, cacauicultores da Bahia, fazendeiros de café do Rio de Janeiro, Minas Gerais, S. Paulo, pecuaristas do Rio Grande do Sul; mais recentemente, usineiros de açúcar em todas as partes do País (PRADO JR., 1979: 24).

Dessa forma, para Caio Prado a colonização e ocupação progressiva do território que viria formar o Brasil constituíram desde o princípio um empreendimento mercantil. Inicialmente para abastecer o comércio europeu de produtos tropicais, mais tarde para a extração de metais preciosos e diamantes. Mediante esse propósito, os portugueses vieram enquanto empresários e dirigentes de um negócio, incorporando na qualidade de trabalhadores as populações indígenas que foram possíveis subjugar e a mão-de-obra escrava importada do continente africano, não se constituindo, desse modo, em proprietários feudais, apesar de Prado Júnior reconhecer o papel da fidalguia portuguesa na colonização da América.

A abordagem de Caio Prado Júnior sobre esse tema, ou seja, a comparação entre as características da colonização portuguesa na América em relação a colonização inglesa no norte do continente, apresentou diferenças significativas em relação ao estudo de Alberto Passos. Para Caio Prado, as circunstâncias da colonização inglesa na América do Norte resultaram em uma sociedade semelhante a sociedade metropolitana, enquanto na parte tropical do continente, o sentido mercantil da colonização e a forma como foi organizada a sociedade em seus aspectos econômicos e sociais, resultaram em uma sociedade nova e original, diferente da sociedade de origem dos colonizadores. Nessa configuração social, o grande proprietário de terra não se assemelhou a um senhor feudal, mas tornou-se um empresário rural, cujo objetivo econômico era a obtenção de lucro e riqueza.

Na análise de Alberto Passos, o grande proprietário rural descendia de uma fidalguia que se empenhou em reconstruir na colônia o seu passado medieval, com domínio sobre grandes extensões de terra, com servos e vassalos. Nesse sentido, o grande proprietário de terra era um fidalgo e não um empresário interessado essencialmente no lucro mercantil proveniente de suas posses. Presente nessa divergência, também estava a preocupação desses dois intelectuais em compreender o comportamento social e as ações econômicas do latifundiário brasileiro no século XX tendo em vista sua gênese. No caso de Alberto Passos, sua origem fidalga marcada pelas relações sociais de caráter extra-econômico. No caso de Caio Prado, sua relação histórica com a atividade mercantil.

2.2.3 O trabalhador rural/camponês

Na produção intelectual referente ao tema agrário, os aspectos constitutivos do trabalhador rural e do pequeno proprietário de terra foram desenvolvidos tanto por Caio Prado Júnior quanto por Alberto Passos Guimarães. No livro *Formação do Brasil contemporâneo*, Prado Júnior frisou que em face dos objetivos mercantis da colonização, o trabalhador europeu, assim como o pequeno proprietário, não foi introduzido em larga escala. Em parte isso ocorreu pela baixa densidade demográfica de Portugal em meados do século XVI, com boa parte do seu território ainda inculto e abandonado, sendo empregada mão-de-obra escrava em considerável escala, principalmente moura. Desse modo, para a viabilidade da colonização, foi utilizada inicialmente mão-de-obra indígena e, posteriormente, mão-de-obra africana em larga escala limitando, como consequência, o surgimento no Brasil de uma camada de camponeses no modelo do feudalismo europeu.

Em relação à agricultura de subsistência, local de atuação do pequeno produtor, seu aparecimento ocorreu no interior da grande lavoura. Para Caio Prado, a grande exploração foi constituída em regra com bastante autonomia no que diz respeito à subsistência alimentar daqueles que em seu interior habitavam e trabalhavam. As culturas alimentares foram praticadas nos mesmos terrenos dedicados a cultura principal ou em terras destinadas especialmente a elas. Parte dessa atividade esteve sob responsabilidade do grande proprietário, o qual empregava os mesmos escravos que cuidavam da lavoura principal ou os que não estavam permanentemente ocupados nela. Além disso, parte da lavoura foi posta sob responsabilidade dos escravos, aos quais era concedido um dia na semana para cuidarem de suas roças:

Assim, [...] constituem-se a par das grandes explorações, culturas próprias e especializadas que se destinam à produção de gêneros alimentares de consumo interno da colônia. É um setor subsidiário da economia colonial, que depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças. Daí aliás seu baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária. [...] Em geral, a sua mão-de-obra não é constituída por escravos: é o próprio lavrador, modesto e mesquinho, que trabalha (PRADO JR., 1976: 159-160).

No trabalho *Contribuição para uma análise da questão agrária no Brasil*, Caio Prado retomou o tema dos objetivos da colonização para explicar o surgimento dos trabalhadores rurais e dos pequenos proprietários de terra. Segundo esse, desde o início da colonização e ocupação do território brasileiro, os títulos de propriedade e domínio da terra galoparam muito a frente da penetração e ocupação efetiva da terra. Os posseiros, que se adiantaram no processo de ocupação da terra, não chegaram a oferecer uma resistência significativa. A massa escrava, bem como os imigrantes que a partir do século XIX vieram reforçar os contingentes de trabalhadores no campo, jamais estiveram em condições de disputar seriamente o patrimônio fundiário do país com os grandes proprietários. Assim:

O papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro [...] e que ainda lhe cabe, é tão-somente, no essencial, o de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente desta empreitada que é e sempre foi a agropecuária brasileira (PRADO JR., 1979: 25).

Nessas circunstâncias, o aparecimento da pequena propriedade ocorreu em função do principal setor agropecuário, ou seja, da grande exploração, que direta ou indiretamente, mas sempre de maneira decisiva, influenciou a constituição e evolução do setor secundário das atividades rurais, pois, na medida em que a grande exploração rural se expandia e prosperava, ou o inverso, se retraía ou entrava em declínio, inversamente o setor secundário se restringia

ou ganhava terreno. Desse modo, quando a grande exploração se fortaleceu e prosperou, tendeu a se ampliar e absorver o máximo de extensão territorial e força de trabalho possível sendo que, no momento em que cessavam as condições que permitiam essa ascensão, tendeu a se contrair e permitir maior mobilidade para as atividades secundárias existentes a sua sombra. Para Caio Prado, essa dinâmica esteve presente inclusive nas culturas externas as terras dos grandes proprietários, uma vez que o parcelamento da propriedade agrária historicamente foi condicionado pelas vicissitudes da grande exploração, ou seja:

A pequena propriedade – que significa o acesso dos trabalhadores rurais à propriedade fundiária – resulta em regra do retalhamento da grande propriedade, que perde sua principal razão de existência quando não pode ser aproveitada pela grande exploração (PRADO JR., 1979: 54-55).

Para Caio Prado, o surgimento da figura do trabalhador rural e do pequeno proprietário esteve relacionado a situações adversas, uma vez que a estrutura agrária do país privilegiou ao longo do tempo o grande proprietário. Além disso, o trabalho enquanto atividade humana para obtenção de subsistência também foi desprezado devido a predominância na colonização de indivíduos marcados pelos valores aristocráticos da sociedade portuguesa, valores que desprezavam o trabalho manual, aumentando ainda mais as adversidades para a constituição de uma imensa camada de trabalhadores e pequenos proprietários.

Em relação a Alberto Passos, a política de colonização portuguesa baseada na grande propriedade da terra também foi um fator de constrangimento para a formação de uma camada de trabalhadores rurais assalariados e para o surgimento de uma classe camponesa tendo como base de subsistência a pequena propriedade. Para explicar o aparecimento desses setores, Guimarães enfatizou o caráter de luta social. No prefácio de *Quatro Séculos de Latifúndio*, por exemplo, esse autor escreveu que o fio condutor do seu trabalho havia sido a luta das classes pobres do campo pelo acesso da terra. Assim, quando se referiu a formação da pequena propriedade por meio dos intrusos e posseiros, afirmou que:

Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer outra parte do mundo (GUIMARÃES, 1968: 110).

Para Guimarães, no Brasil esse antagonismo apareceu em forma inversa. Enquanto em outros lugares e em outras épocas, como na Grécia e na Roma Antiga, a propriedade

latifundiária surgiu e se desenvolveu sobre as ruínas da pequena propriedade camponesa, no Brasil a propriedade latifundiária foi implantada primeira, aparecendo a propriedade camponesa posteriormente, quando o rígido sistema latifundiário começou a dar mostras de decomposição. Nesse sentido, foram necessários três séculos de ásperas e contínuas lutas sustentadas pelas populações pobres do campo para que despontassem os embriões da classe camponesa.

Os posseiros representaram a gênese da propriedade camponesa. Pioneiros na ocupação dos domínios dos grandes proprietários de terra em uma manifestação, consciente ou inconsciente, de não reconhecimento do direito do latifundiário sobre a terra, a princípio a ação desses indivíduos foi dirigida as terras ainda não doadas pela Coroa portuguesa, no intervalo entre as sesmarias. Posteriormente, porém, essa ação se orientou para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas e, por fim, para as terras devolutas, não raro, em áreas internas de latifúndios semi-explorados. Desse modo:

A ocupação extra-legal [...] foi o instrumento que abriu caminho à pequena propriedade em nosso país; foi ela o precedente histórico que tornou possível a existência em bases estáveis – primeiro à distância dos redutos latifundiários e, depois, ao seu lado – das unidades agrícolas menores, cultivadas pelos camponeses com a ajuda de suas famílias (GUIMARÃES, 1968: 151).

A imigração européia para o Brasil no século XIX representou um novo momento no aparecimento da pequena propriedade pela via camponesa, principalmente nas regiões meridionais do país. Para Guimarães, uma diferença no surgimento dessa propriedade no século XIX em relação ao seu surgimento no século XVI ao XVIII, é que nesse primeiro momento seu nascimento, assim como sua conservação, esteve vinculado principalmente com a violência investida contra o sistema de direito e contra a força da classe latifundiária, enquanto a imigração no século XIX permitiu seu aparecimento pela “via pacífica”, com a lei ao seu favor. Além disso, para Alberto Passos um dos principais objetivos da imigração no século XIX foi o suprimento de braços para as lavouras cafeeiras, e não a distribuição de terra a pequenos cultivadores. O florescimento da pequena propriedade foi um imperativo para o sucesso da imigração, uma vez que atraiu um maior número de mão-de-obra para as fazendas de café. Porém, para evitar atritos com a grande exploração, a pequena propriedade foi inserida as margens do domínio latifundiário, principalmente na região Sul do país.

Ainda em relação ao nascimento da pequena propriedade, Guimarães considerou o início do século XX como o último episódio na luta pela implantação da pequena exploração diante do latifúndio cafeeiro que, já inserido nas condições criadas pela Revolução Industrial,

sofria o abalo da primeira crise de superprodução, abrindo assim a oportunidade para a aquisição de pequenos tratos de terras por brasileiros sem grandes recursos. Esse processo foi mais expressivo em São Paulo, região de maior cultivo de café, não tendo ficado, contudo, restrito a esse Estado.

Nesse sentido, para Alberto Passos a constituição histórica da pequena propriedade fundiária no Brasil e, conseqüentemente, da classe camponesa, resultou em grande parte da dinâmica da luta de classes:

Para nós, [...], a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta, [...], o instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores (GUIMARÃES, 1968: 151).

A análise de Alberto Passos Guimarães sobre o papel da luta de classe na formação do campesinato brasileiro tinha conseqüências bastante precisas no debate agrarista do começo da década de 1960. Nesse momento, o campo era palco de intensa luta social empreendida por posseiros, arrendatários e trabalhadores de organizações rurais, como as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais. Diante disso, ao ressaltar o surgimento da classe camponesa no Brasil na figura do posseiro em conflito com o setor latifundiário pelo acesso a terra, Alberto Passos procurava frisar que o principal interesse dos trabalhadores rurais e camponeses envolvidos nos conflitos de terra em meados do século XX estava centrado na reforma agrária, uma reforma de caráter antifeudal e contra o sistema latifundiário.

Por outro lado, a abordagem do antagonismo entre a classe latifundiária e o campesinato era apresentada por esse autor como um fato que também sucedera em outras sociedades e em outras épocas, apesar do caso brasileiro apresentar algumas particularidades, como o surgimento da propriedade camponesa posterior ao surgimento do latifúndio. Enquanto um acontecimento que também ocorrera em outras épocas e lugares, as lutas sociais no campo brasileiro do começo da década de 1960 também seguiriam o caminho trilhado em outras sociedades, caminho compreendido por Alberto Passos enquanto democrático-burguês, de superação do feudalismo e consolidação do capitalismo para, posteriormente, se configurar em socialista.

No caso de Caio Prado, a população rural surgira condicionada à lógica mercantil da exploração da terra, resultando de um modo geral do retalhamento da grande propriedade quando essa perdia sua função econômica. Além disso, em face das adversidades para o

recrutamento de mão-de-obra européia para trabalhar na América na condição de trabalhadora braçal ou pequena proprietária, não surgira no Brasil uma camada de camponeses, mas um conjunto de trabalhadores marginalizados na dinâmica da economia agrária que privilegiava a grande exploração. Para esse autor os posseiros, assim como outros segmentos da população rural, em face das precárias condições de existência, não tiveram condições de oferecer significativa resistência ao setor da grande exploração mercantil. Assim, em relação às perspectivas para a solução das demandas da população rural nas lutas que estavam ocorrendo no campo em meados do século XX, Caio Prado considerava importante levar em consideração essa singularidade, ou seja, o surgimento dos trabalhadores rurais enquanto um setor marginalizado em uma economia agrária centrada na grande lavoura. Por não ser camponesa, para esse intelectual a principal demanda dessa população seria reverter esse quadro de marginalização, sendo necessário proporcionar melhores condições de vida e emprego.

2.3 A gênese das relações sociais de produção no campo

No interior das correntes comunistas brasileiras, com destaque a corrente oriunda do PCB fundado em 1922, o tema das relações sociais, suas origens e desenvolvimento, vinculase aos debates sobre as teorias interpretativas do Brasil e as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo. Nesse tema, destacou-se a teoria do feudalismo brasileiro, decorrente das teses da Internacional Comunista e introduzidas no país pelo PCB a partir da década de 1920 e 1930. No entanto, Segundo Antonio Carlos Mazzeo (MAZZEO, 2003), antes desse período, já haviam análises que admitiam a existência de formas sociais de caráter “feudal” no Brasil. Segundo esse autor:

Capistrano de Abreu, em seu pioneiro *Capítulos da História Colonial*, já em 1907, realçava os elementos “feudais” na organização das capitânicas hereditárias [...], passos analíticos que foram seguidos por importantes pensadores brasileiros, como Oliveira Vianna [...] e Nestor Duarte [...] (MAZZEO, 2003: 154).

Para Mazzeo, esse fator contribuiu para a boa recepção entre a intelectualidade das teses da Internacional Comunista que enfatizavam a existência de relações feudais no Brasil e no conjunto dos países da América Latina, principalmente após o VI Congresso de 1928, o qual articulou essa tese com a teoria da revolução por etapas para os países de frágil desenvolvimento capitalista. Nesse sentido:

Essas análises interpretativas do continente, impregnadas por uma visão universalista e fortemente eurocêntrica, priorizavam o aspecto jurídico-político na conformação da organização da estrutura colonial, isto é, a herança de aspectos histórico-superestruturais de ordem feudal, que permaneciam nas formas administrativas das metrópoles ibéricas, o que possibilitava a elaboração de interpretações analógicas em relação à Europa, exatamente por não levar o aspecto concreto da especificidade latino-americana, seja em suas *particularidades* histórico-processuais, seja referente aos elementos *concreto-singulares* (MAZZEO, 2003: 154).

Assim, para Antonio Carlos Mazzeo, essa tradição teórico-historiográfica foi a que se constituiu no referencial analítico sobre as formações sociais do continente americano e que terminaram por influenciar os primeiros estudos de corte marxista sobre a América Latina.

No caso de Alberto Passos, o feudalismo apareceu em seu trabalho como um componente determinante na formação da estrutura fundiária do país. Quando analisou o processo de colonização no Brasil, esse autor ressaltou a predominância de uma sociedade feudal em Portugal no início do século XVI. A nobreza proprietária de terra ainda impunha seus interesses sobre o restante da sociedade. Assim, quando a Coroa Portuguesa efetuou o processo de colonização do novo continente, foi a fidalguia que impôs seu domínio sobre os novos territórios, apesar da participação de outros setores sociais, como a classe mercantil. O predomínio dessa nobreza teve conseqüências sobre o tipo de estrutura agrária que surgiu na Colônia:

O monopólio feudal e colonial é a forma particular, específica, por que assumiu no Brasil a propriedade do principal e mais importante dos meios de produção na agricultura, isto é, a propriedade da terra. O fato de ser a terra o meio de produção fundamental na agricultura indica um estágio inferior da produção agrícola, peculiar às condições históricas pré-capitalistas (GUIMARÃES, 1968: 35).

Para Alberto Passos, a apropriação das terras americanas nas condições pré-capitalistas assegurou à classe latifundiária um poder maior do que o poder econômico, um poder que sobreviveu ao declínio dos grandes proprietários de terra: o poder extra-econômico, exercido no interior das propriedades sobre moradores, agregados, meeiros, colonos e camaradas. Herança do feudalismo europeu, Guimarães definiu essas relações enquanto portadoras de forte vínculo extra-econômico de subordinação do cultivador ou do trabalhador, ao dono da terra:

Entre essas formas pré-capitalistas estamos considerando as que obrigam o trabalhador à prestação pessoal de trabalho gratuito (renda-trabalho) ou a paga

(pelo uso da terra ou pelo uso da força do trabalho, conforme se queira entender) em produtos (renda-produto), e não em dinheiro (GUIMARÃES, 1968: 193).

Para o autor, entre essas relações, o cambão foi a forma mais típica da prestação pessoal geradora da renda trabalho, tendo consistido na obrigação dos pequenos cultivadores, foreiros ou não, de darem um dia de trabalho gratuito por semana ao dono da terra. Essas relações ganharam força inicialmente no interior dos engenhos, diante de senhores dotados de poderes absolutos sobre as pessoas e as coisas. Essa atitude do proprietário cristalizou uma relação social de caráter feudal mesmo diante da presença do trabalho escravo. Desse modo:

O engenho havia de ser, [...], uma unidade produtora autônoma e forte. Sua força residia menos na sua riqueza econômica do que nos privilégios que lhe eram conferidos: as torres, as armas, o monopólio feudal da terra, o domínio sobre as coisas e sobre os homens (GUIMARÃES, 1968: 63).

O engenho, diante de suas características, permitiu o exercício de uma rígida relação social do proprietário sobre seus trabalhadores, diferentemente da fazenda de gado onde se, por um lado, as relações feudais foram mais disseminadas, por outro, esteve esse latifúndio mais suscetível à fragmentação, uma vez que seu proprietário ficou mais afastado do processo de produção, deixando-a ao encargo de seus trabalhadores. Essa postura possibilitou que muitos trabalhadores, com o tempo, formassem suas próprias fazendas como consequência da dinâmica de remuneração do trabalho como, por exemplo, através da doação ao peão que cuidava do gado de um bezerro a cada quatro nascidos.

Segundo Alberto Passos, a fazenda cafeeira no século XIX também cultivou relações sociais de tipo feudal. Em um primeiro momento, ela esteve próxima do engenho, com a simultânea manutenção em seu interior de relações escravistas e feudais. No entanto, o século XIX presenciou o declínio e a extinção da escravidão. Diante disso, a exploração cafeeira encontrou na ampliação do poder extra-econômico a resposta para a sua sobrevivência, uma vez que inexisteram condições objetivas no país para a substituição da economia escravista por formas de exploração capitalistas, baseadas no trabalho assalariado. Segundo Alberto Passos, nesse momento também não houve condições subjetivas para essa transformação, como fortes correntes de opinião ou movimentos populares com capacidade de impor outra solução ao problema da terra como, por exemplo, a divisão da propriedade e a instituição em larga escala da exploração camponesa. Devido a esses fatores, triunfaram as experiências da meação e do colonato, sistematizadas no contrato de “parceria” do senador Vergueiro:

Dissimulando, sob a capa do trabalho livre, os traços mais vivos da servidão e vestígios evidentes do escravismo, o sistema de “parceria” tomava foros de um contrato bilateral, supostamente feito em igualdade de condições, combinado entre o senhor da terra e o seu cultivador (GUIMARÃES, 1968: 97).

O sistema de parceria em um primeiro momento atraiu o imigrante europeu e isentou o grande proprietário de terra da crítica da opinião pública que, dominada pelas idéias abolicionistas, mostrava-se intolerante para com outras formas ostensivas de trabalho servil. Entretanto, para Guimarães, o sistema de “parceria” do qual Vergueiro foi pioneiro, representou uma regressão as formas mais atrasadas de renda pré-capitalista, muito próxima a meação praticada nos latifúndios desde os tempos mais remotos do período colonial. Tendo como base as idéias de Karl Marx, o historiador Alberto Passos definiu o sistema de parceria enquanto:

Uma forma de transição entre a forma primitiva da renda e a renda capitalista; o explorador (parceiro) emprega, além de seu trabalho (próprio ou alheio, uma parte do capital aplicado (por exemplo, o gado); o produto é repartido entre o parceiro e o proprietário em proporções determinadas que variam segundo os países (GUIMARÃES, 1968: 98).

No entanto, esse sistema de trabalho, com algumas exceções, não foi o que predominou nas fazendas cafeeiras. Nessas propriedades, a “parceria” revelou-se na verdade um sistema de arrendamento primitivo, ora próximo da renda – trabalho, ora da renda – produto, revestidas de relações feudais e semifeudais de renda pré-capitalistas cuja principal conseqüência foi a limitação da liberdade do cultivador e sua dependência servil ao senhor da terra.

Assim, mediante essa análise, Guimarães defendeu existirem relações sociais de produção no campo marcada pelo instituto do feudalismo, herança da política de colonização e com presença constante na evolução das atividades agrárias desenvolvidas nas grandes propriedades fundiárias.

O trabalho de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária enfatizou, assim como a produção intelectual de Alberto Passos, o tema das relações sociais de produção no campo. Partindo da gênese colonial brasileira, esse autor considerou a ocupação progressiva do território enquanto um empreendimento mercantil no qual a sociedade colonial foi estruturada para atender a um “negócio”, ou seja, estímulo ao desenvolvimento de produtos que tivessem demanda no mercado europeu. Esse objetivo resultou em uma determinada dinâmica social no campo:

De uma tal atribuição respectiva de funções às duas categorias fundamentais da população colonial – empresários e dirigentes do negócio, de um lado; trabalhadores e fornecedores de mão-de-obra, do outro -, tinha que naturalmente resultar, como de fato resultou a apropriação da terra, principal recurso natural oferecido e a ser aproveitado e explorado pela minoria dos primeiros (PRADO JR., 1979: 48).

A grande propriedade fundiária constituiu não apenas o elemento central e básico do sistema econômico, como também constituiu fator determinante para o estabelecimento de relações de produção e trabalho no campo. A concentração da propriedade fundiária permitiu uma posição privilegiada ao proprietário de terra que dispôs de uma larga margem de arbítrio para impor suas condições para conseguir mão-de-obra a baixo custo. Essa circunstância, vale ressaltar, não chegou a contemplar o escravo, uma vez que seu estatuto jurídico jamais lhe ofereceu nem mesmo esse mínimo horizonte de negociação. A situação desigual entre trabalhadores e patrões resultou em baixos padrões de vida para a população trabalhadora do campo.

A remuneração do trabalho rural, para Caio Prado, foi constituída historicamente em três formas que se combinaram conforme o lugar e o momento, de maneira variável:

São essas formas: o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado (PRADO JR., 1979: 60).

Para Caio Prado, essas modalidades de pagamento representaram formas de remuneração salariada. Desse modo, o caráter de locação de serviços constituiu a essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira, pois esse foi o principal interesse dos proprietários em relação aos seus trabalhadores. Na concessão de terras para culturas próprias do trabalhador, por exemplo, o principal objetivo foi fixar o empregado na propriedade para assim tornar a prestação de serviço mais estável e segura. Aparentemente próximo da parceria, esse instituto jurídico conteve ao mesmo tempo um caráter de locação de serviços e contrato de sociedade. Interpretando a “parceria” que ocorreu no Brasil diferentemente de Guimarães, Prado Júnior afirmou que não ocorreu no país a transferência da posse da terra para o trabalhador. O proprietário conservou seu integral direito sobre a terra assim como continuou dirigindo e fiscalizando as atividades no campo, não permitindo nenhum grau de autonomia para o trabalhador rural, fato característico de um regime de parceria. O parceiro foi um locador de serviços, um empregado assimilável ao assalariado que se distinguiu apenas

pela natureza da remuneração recebida. Assim afirmou esse autor sobre as relações de trabalho no campo:

É aliás o salariado que constitui a relação generalizada e mais característica de trabalho na agropecuária brasileira. Não somente pelo seu vulto relativo, mas sobretudo pelo fato de ele constituir a norma fundamental daquelas relações, de que outras modalidades de pagamento são apenas substitutos eventuais ditados por circunstâncias de ocasião, e particularmente pelas vicissitudes financeiras da grande exploração (PRADO JR., 1979: 63-64).

Diante dessas considerações, e diferentemente de Alberto Passos Guimarães, Prado Júnior não considerou existir no campo brasileiro de meados do século XX, assim como no passado, algum tipo de relação social de caráter feudal. Embora tenha reconhecido que certas relações de trabalho na agropecuária brasileira tenham se revestido formalmente de caracteres semelhantes às instituições típicas do feudalismo europeu, essas modalidades não constituíram senão formas de pagamento correspondentes ao salário. Para esse autor:

O que caracteriza as relações feudais, e as contrasta com transações mercantis, é que nelas intervém o estatuto pessoal das partes, peculiar a cada qual delas. E é na base desse estatuto pessoal, ou pelo menos com ponderável interferência dele, que as relações se estabelecem. Ora isso não ocorre nas relações de trabalho da agropecuária brasileira. [...] A agropecuária brasileira constitui um empreendimento essencialmente comercial [...] em que os indivíduos nela engajados participam em pé de igualdade jurídica, isto é, com estatutos pessoais idênticos (PRADO JR., 1979: 67).

Para esse historiador, o anacronismo existente nas relações sociais na área rural em meados do século XX deveria ser vista em função de sua origem histórica, ou seja, enquanto restos escravistas ou semi-escravistas. Historicamente, esse foi o tipo de relação social que imperou não apenas no campo, mas na maioria das atividades econômicas do país até o final do século XIX. No Brasil, a organização econômica desde o início da colonização teve a escravidão como base de seu funcionamento. Após sua abolição legal, precedida por um processo de substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, os setores privilegiados da sociedade procuraram se aproveitar da tradição escravista a fim de intensificarem a exploração do trabalhador. As formas peculiares de relações entre os proprietários e seus trabalhadores foram frutos dessa situação, e não da herança de um passado feudal.

O tema das relações sociais de produção no campo, verificado por nós mediante a produção intelectual desses dois autores, representou um ponto sensível e não consensual no estudo da questão agrária brasileira no início dos anos 1960. Nesse sentido, a análise histórica

de Caio Prado e Alberto Passos pode ser visto como emblemático, pois, ambos pertenciam ao mesmo partido político, o qual defendia a existência de resquícios feudais no campo e pautava seu programa político para a área rural baseado nesse fato.

No caso de Alberto Passos, o argumento da existência de resquícios feudais no Brasil estava baseado no fato de Portugal ter imprimido essa característica no processo de colonização. Um país ainda feudal no começo do século XVI, o reino português privilegiou a fidalguia na colonização do território americano, fidalguia essa que buscou ao máximo reconstruir no Brasil a sociedade onde vivia em posição privilegiada. A recriação do feudalismo corresponde ao propósito dessa classe social em perpetuar seu domínio, sobrevivendo essa instituição feudal ao longo do tempo, mesmo após a independência do Brasil e o início do processo de industrialização no século XX.

No caso de Caio Prado, o feudalismo não era preponderante nas relações sociais, pois a colonização da América foi constituída enquanto um empreendimento mercantil, tendo sido esse o objetivo dos dirigentes desse empreendimento. As formas de remuneração de trabalho, muitas vezes realizada de forma não-assalariada e utilizada por Alberto Passos como forma de comprovar a tese feudal, foi apresentada por Caio Prado enquanto um caráter de locação de serviços que, mesmo formalmente revestida de caracteres semelhantes aos do feudalismo europeu, correspondiam ao salariado, pois o objetivo último do grande proprietário era a obtenção de lucro a partir da exploração da mão de obra rural.

No entanto, ao tentar compreender as particularidades das relações sociais de produção no campo tendo em vista refutar a tese feudal, Caio Prado incorreu em generalizações assim como Alberto Passos realizou na tentativa de identificar os trabalhadores rurais sob exploração feudal, como veremos no próximo capítulo. Para Caio Prado Júnior, nos maiores e principais setores da agropecuária brasileira vigoravam relações de produção capitalistas entre os que detinham o monopólio dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho, sendo assim os trabalhadores rurais em sua esmagadora maioria assalariados.

Nesse sentido o trabalho assalariado não se restringia àquele exercido pelo homem livre empregado na lavoura por tempo determinado e por um salário fixo, mas também no caso da parceria, no cambão, no barracão e outras relações de trabalho onde não se verificava a troca entre força de trabalho e salário monetário. Para esse historiador, o trabalho assalariado seria todo aquele exercido por um trabalhador juridicamente livre e despossuído das condições de sua reprodução.

A partir de sua análise, Caio Prado, por exemplo, afirmou não ser uma das principais reivindicações nas lutas dos trabalhadores rurais que ocorriam nesse período o fim de resquícios feudais, nem ter a reforma agrária postulada por muitos defensores o propósito de extinguir relações servis, apesar de ser essa uma das principais reivindicações das Ligas Camponesas, contrariando desse modo o autor. Alberto Passos, por sua vez, baseado na origem feudal das relações sociais no campo brasileiro, afirmou que uma das principais bandeiras dos trabalhadores rurais e dos camponeses era sim o fim de resquícios feudais, sendo a reforma agrária uma das principais medidas para a concretização dessa ação.

Os desdobramentos desse debate, contudo, pretendemos desenvolver no terceiro capítulo de nossa dissertação, onde iremos procurar refletir a contemporaneidade da questão agrária na obra de Caio Prado e Alberto Passos levando em consideração sua matriz histórica. Nesse sentido destacaremos mais três temas do pensamento agrário desses dois autores: a estrutura agrária do país em meados do século XX; as principais categorias sociais do campo no início da década de 1960; e as propostas para a solução da questão agrária brasileira.

3 – capítulo: o debate agrarista em Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães: a configuração da questão agrária na década de 1960

No segundo capítulo da dissertação, abordamos o tema da matriz histórica da estrutura agrária brasileira na produção intelectual de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior mediante três eixos analíticos: a gênese da colonização portuguesa na América e sua relação na formação da estrutura fundiária do Brasil – colônia; as particularidades dessa estrutura agrária a partir do surgimento da grande propriedade fundiária/latifúndio, da figura do grande proprietário de terra/latifundiário e do trabalhador rural/camponês; por fim, as características das relações sociais de produção no campo.

No terceiro capítulo da dissertação objetivamos prosseguir a análise das idéias agraristas desses dois intelectuais a partir de três novos elementos: o desenvolvimento da estrutura agrária brasileira na primeira metade do século XX; a identificação dos principais grupos sociais no campo nesse momento, em especial os trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terra; e as perspectivas de solução para a questão agrária no início da década de 1960. Além disso, procuramos também realçar o diálogo que Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior desenvolveram com o seu partido, o PCB, no que diz respeito às propostas referente à solução da questão agrária. Desse modo, procuramos destacar a característica de intelectual orgânico presente nesses dois autores através da relação intelectual/político com o PCB (GRAMSCI, 1982).

3.1 As características da estrutura agrária brasileira em meados do século XX

A questão agrária em debate no Brasil no período de 1950/1960 tinha como um dos elementos de discussão o aspecto concentracionista da propriedade da terra, aspecto esse apontado por historiadores, políticos, economistas e acadêmicos. Para comprovar o aspecto concentracionista da propriedade fundiária brasileira, Caio Prado e Alberto Passos, recorreram a dados estatísticos. Um desses dados foi apresentado no Recenseamento de 1950, realizada pela Comissão Nacional de Política Agrária, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse Recenseamento informava o percentual de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, entre pequenos, médios e grandes, assim como a área ocupada pelos mesmos. Tendo em vista conhecer as características da estrutura fundiária desse período, consideramos oportuno ilustrar essas informações por meio de duas tabelas dessa pesquisa:

TABELA 1

Dados sobre a Distribuição da Propriedade Agrária Brasileira em 1950

<i>Estabelecimentos agropecuários</i>	<i>% do n.º de estabelecimentos de cada categ., no n.º total</i>	<i>% da área ocupada por categoria na área total</i>
de menos de 100 ha (pequenos)	85	17
de 100 a menos de 200 ha (médios)	6	8
de 200 ha e mais (grandes)	9	75

Fonte: (PRADO JR., 1979: 16)

A partir dessa tabela podemos perceber que os pequenos estabelecimentos, cujo número representava 85% do total, ocupavam uma área de 17%, os estabelecimentos médios, com um número de 6%, ocupavam uma área de 8%, enquanto os grandes estabelecimentos, com um número de apenas 9%, ocupavam uma área de 75%. Caio Prado Júnior, que nos fornece essa tabela, nos informa que o Recenseamento de 1950 foi realizado na base de “estabelecimentos”, e não de “proprietários”, não aparecendo, assim, o caso freqüente de grandes proprietários com mais de um estabelecimento, nem a distinção entre terras próprias e arrendadas. No entanto, a partir desse Recenseamento podemos perceber a existência de um processo concentracionista da propriedade fundiária.

A realidade da concentração da propriedade fundiária também pode ser comprovada a partir da segunda tabela, que segue abaixo, a qual mostra a distribuição da propriedade fundiária em cada Estado. Nessa segunda tabela, a grande propriedade agrária aparece dominando a maior parte da terra utilizada ou utilizável, com exceção do Estado do Espírito Santo. Além disso, esse segundo dado estatístico mostra a situação dos pequenos proprietários, os quais se aglomeram e comprimem em áreas restritas.

TABELA 2

Dados sobre a Distribuição da Propriedade Agrária Brasileira em 1950 por Estado

	<i>de menos de 100 ha</i>		<i>de 100 a menos de 200 ha</i>		<i>de 200 e mais</i>	
	núm.	área	núm.	área	núm.	área
Amazonas	79	4	5	2	16	94
Pará	91	16	4	5	5	79
Maranhão	89	6	3	5	8	89
Piauí	66	9	13	8	21	83
Ceará	76	19	11	14	13	67
Rio Grande do Norte	82	17	9	11	9	72
Paraíba	91	28	4	16	5	56
Pernambuco	95	33	2	11	3	56
Alagoas	95	31	3	10	2	59
Sergipe	94	39	3	14	3	47
Bahia	90	27	5	11	5	62
Espírito Santo	88	52	8	18	4	30
Rio de Janeiro	87	24	7	12	6	64
Minas Gerais	75	17	11	12	14	71
São Paulo	86	25	7	11	7	64
Paraná	85	29	8	13	7	58
Santa Catarina	93	45	4	10	3	45
Rio Grande do Sul	90	28	4	7	6	65
Mato Grosso	38	1	8	1	54	98
Goiás	52	5	13	5	35	90

Fonte: (PRADO JR., 1979: 35)

Diante desses dados, era possível perceber que os pequenos estabelecimentos ocupavam menos da metade da área total, não atingindo em regra um terço do total. Porém, em relação ao número, esses estabelecimentos representavam um percentual acima de 80%. Por outro lado, os grandes estabelecimentos, em geral menos de 10% em relação ao número, ocupavam a maior parte da área.

Levando em consideração as informações do Censo Agrícola de 1950, Caio Prado Júnior apresentou no trabalho *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, o seguinte panorama sobre a estrutura agrária no início da década de 1960:

Acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja mais da metade da população do País, dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do País – da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria (PRADO JR, 1979: 16).

Segundo o autor, uma das conseqüências dessa situação para a população trabalhadora rural era a posição de desvantagem que ficava no momento de negociar sua mão-de-obra. Diante do acesso limitado a propriedade fundiária, não restava alternativa a essa população a não ser ofertar sua mão-de-obra mediante as condições colocadas pelo grande proprietário de terra que, de um modo geral, buscava empregar trabalhadores a baixo custo.

Em relação aos grandes domínios territoriais, Caio Prado afirmou que um dos seus principais aspectos era a exploração de feição mercantil com acentuado caráter especulativo, ou seja, exploração que contava com estímulos imediatistas de grandes lucros a curtos prazos. Para obter esse resultado, a atividade agropecuária nesse domínio territorial estava baseado em duas circunstâncias: disponibilidade relativamente abundante de terra e de força de trabalho. Assim, para esse autor:

A grande exploração de tipo comercial [...] tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Agravam-se em conseqüência as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal [...] está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio – comércio esse em geral, e por força das próprias condições geradas pela função absorvente da grande exploração, fortemente espoliativo (PRADO JR., 1979: 31).

No que se refere a pequena propriedade, Caio Prado percebia sérias dificuldades para sua afirmação na paisagem rural do início da década de 1960. Segundo esse, a resistência da grande propriedade ao fracionamento restringia o pequeno proprietário em áreas pouco extensas, na maioria dos casos em sobras concedidas pela grande exploração nos locais onde não conseguia se consolidar de forma consistente. Nessas áreas, a pequena propriedade obtinha espaço e se multiplicava ao custo do fracionamento atingindo, conseqüentemente, limites extremamente baixos. Essa seria a história do minifúndio, um tipo de propriedade que:

Resulta precisamente da concentração da propriedade fundiária, pois é a grande propriedade que mantendo o domínio sobre a maior parcela de terras utilizáveis, obriga a pequena a se multiplicar indefinidamente nas estreitas áreas que lhe são concedidas e onde se vai comprimindo cada vez mais (PRADO JR., 1979: 75).

O minifúndio também tinha origem no progressivo empobrecimento das categorias mais modestas de proprietários rurais, cujo padrão de vida no início dos anos de 1960 gradualmente se aproximava da situação dos trabalhadores empregados nos grandes domínios territoriais.

Ainda em relação à pequena exploração, Caio Prado afirmou que a grande propriedade fundiária também se constituía em obstáculo ao seu crescimento em termos qualitativos devido, em primeiro lugar, aos estreitos limites que deixava para o desenvolvimento da pequena propriedade e, em segundo lugar, pelo fato da grande exploração ocupar posição privilegiada no conjunto da economia agrária do país, desviando para si e em seu benefício os principais recursos da economia brasileira. Uma das conseqüências dessa situação era o dualismo existente nas atividades rurais:

De um lado, a que objetiva um produto de alta expressão comercial [...]; de outro lado, as atividades subsidiárias que são sobretudo as que objetivam a produção de gêneros de subsistência da população local. A distinção e separação são nitidamente marcadas, refletindo-se na organização da produção e hierarquia e valoração das atividades respectivamente aplicadas num e noutro setor (PRADO JR., 1979: 50).

A partir dessas considerações, para Caio Prado Júnior a forte concentração da propriedade fundiária, o caráter mercantil da exploração nos grandes domínios territoriais, as difíceis condições de vida dos trabalhadores rurais e as adversidades na manutenção da pequena propriedade representavam as principais características da estrutura agrária brasileira no início da década de 1960. Entre esses caracteres, o aspecto mercantil da grande exploração agrária tinha primazia para esse autor enquanto característica predominante. Nesse sentido, podemos relacionar esse argumento a uma das principais idéias contida no livro *Formação do Brasil contemporâneo*, ou seja, a produção mercantil em grandes extensões de terra, destinado ao exterior, como sendo o “sentido” da colonização portuguesa, o qual se perpetuou ao longo do tempo, sendo ainda marcante no campo brasileiro do início da década de 1960.

Para Alberto Passos Guimarães, a realidade agrária do país em meados do século XX apresentava caracteres diversos às características apontadas por Caio Prado Júnior. Na Tribuna de Debates do V Congresso do PCB, esse autor apresentou o texto *As três frentes da luta de classes no campo brasileiro*, onde destacou o imperialismo como um dos principais componentes que influenciava na existência de uma propriedade fundiária concentrada e semifeudal no início da década de 1960. Em sua opinião, o imperialismo, em associação comercial com os setores latifundiários, estimulava o exercício por parte desses últimos de uma atividade produtiva baseada em métodos arcaicos, pois os donos de terras obtinham trocas vantajosas nessa associação, desestimulando a inovação técnica. Além disso, o imperialismo contribuía para a evasão de parte substancial da renda nacional para o exterior,

evasão não paga pela classe latifundiária, mas extorquida da massa camponesa a partir da intensificação da exploração semifeudal de seu trabalho.

No livro *Inflação e monopólio no Brasil*, publicado em 1962, Alberto Passos abordou o tema da inflação na economia brasileira e, particularmente, o papel do campo no processo inflacionário que afligia o país no início dessa década. Nesse sentido, apresentou a relação do imperialismo, aspecto explorado no texto apresentado no V Congresso do PCB, com o latifúndio, aspecto que seria o principal tema do livro *Quatro séculos de latifúndio*. Na obra sobre inflação e monopólio, Alberto Passos argumentou que o alto custo dos produtos alimentícios seria decorrente de uma dupla espoliação:

A que resulta do tributo cobrado diretamente pelos monopólios capitalistas estrangeiros e pelos monopólios pré-capitalistas internos. Parte do produto dessa dupla espoliação sai do país através das perdas nas trocas internacionais não-equivalentes, outra parte é embolsada sob a forma de renda agrária pelos latifundiários e ainda uma outra parte é extraída pelos atravessadores e açambarcadores (GUIMARÃES, 1962: 159).

Nesse processo espoliativo, Guimarães buscou frisar a participação do latifúndio:

O sistema latifundiário facilita a espoliação por parte dos trustes estrangeiros, promove, ele mesmo, a espoliação do consumidor nacional, e, além disso, também cerceia, impede e estrangula a expansão das forças produtivas internas, em geral, e ainda, em particular, a expansão das forças produtivas da agricultura (GUIMARÃES, 1962: 159).

No que diz respeito a relação específica do latifúndio com as atividades do setor primário, Alberto Passos afirmou que no início da década de 1960 o país enfrentava as adversidades de uma crise agrária que se manifestava sob dois aspectos: superprodução em certas atividades primárias, como na produção do café, e subprodução em outros setores, como na escassez do feijão, por exemplo. Para esse autor, a origem desse duplo aspecto estava no desenvolvimento de uma agricultura de exportação, permanentemente beneficiada com inúmeros favores, e uma agricultura de subsistência, sempre atingida por dificuldades e limitações. Para esse:

Existem em nosso país duas agriculturas, uma, de exportação, predominantemente latifundiária, à qual não faltam crédito, espaço para armazenamento, facilidades de transporte, subvenções e auxílios de toda sorte; outra, de consumo interno, a que tudo falta por ser uma agricultura predominantemente não latifundiária e até mesmo minifundiária (GUIMARÃES, 1962: 164).

Nesse ponto, Guimarães convergia com Prado Júnior, porém, essa concordância não esteve presente na compreensão sobre a base em que estaria assentado esse dualismo. Para Caio Prado, a diferença entre esses dois setores produtivos repousava na face mercantil da grande exploração, também beneficiada por recursos econômicos do Estado. Para Alberto Passos, essa diferença tinha sua origem, por um lado, nos beneficiamentos provindos do Estado para o setor latifundiário, permitindo suas relações comerciais com setores imperialistas e, por outro, na exploração semifeudal dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais e camponeses.

No livro *Quatro séculos de latifúndio*, Alberto Passos Guimarães retomou o tema do papel do latifúndio na estrutura agrária do país. Inicialmente destacou o monopólio feudal e colonial como a forma específica que assumiu a propriedade da terra no Brasil. Para o autor, o aspecto feudal decorria de relações extra-econômicas, as quais consistiam em coagir os trabalhadores a lavrarem terra alheia por meio de processos primitivos, rotineiros e mediante ínfima participação no produto do trabalho. A conotação colonial decorria da resistência da propriedade latifundiária as transformações de caráter democrático e a sua evolução para um tipo de produção capitalista. Para esse autor, “Todas essas características, presentes em nossa atual estrutura latifundiária, são heranças diretas do regime econômico colonial implantado em nosso país logo a seguir ao período da descoberta, ou seja, do feudalismo colonial” (GUIMARÃES, 1968: 37).

Para Alberto Passos, o sistema latifundiário brasileiro passou por sensíveis mudanças no decorrer da primeira metade do século XX. Segundo ele, nesse período a estrutura latifundiária presenciou um processo de desintegração, o qual principiou alguns decênios antes da extinção da escravatura. Após o fim da escravidão, em 1888, o latifúndio sofreu um segundo abalo com a primeira crise de superprodução do café, no início do século XX, momento em que florescia no cenário externo o capitalismo industrial e, internamente, os cafeicultores procuravam intensificar a atividade produtiva objetivando também o mercado consumidor local.

A partir da crise de 1929 e, prolongando-se até o início da década de 1960, o sistema latifundiário começou a passar por uma terceira etapa de desintegração. Nessa etapa, a grande propriedade fundiária exigia cada vez maiores recursos, subvenções e favores dos cofres públicos para assegurar sua sobrevivência. A participação do latifúndio no conjunto da economia decrescia, declinando também sua resistência a crises periódicas e sua participação no aparelho do Estado. Diante disso, Alberto Passos sentenciou:

Na presente etapa de aceleração da crise, o sistema latifundiário brasileiro converte-se num organismo parasitário; e ao invés de contribuir para o desenvolvimento da economia nacional, transformou-se, mais ainda, num estorvo, num obstáculo ao progresso da sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1968: 160).

Segundo esse intelectual, a decomposição ascendente do latifúndio no Brasil durante o século XX tinha como base dois fatores: por um lado, o desenvolvimento no país de um processo democrático que progressivamente destruía o poder absoluto e a integridade do sistema latifundiário, compelindo-o a fazer concessões e a substituir algumas de suas relações econômicas e sociais de caráter colonial e feudal por outras mais adiantadas; por outro lado, a decomposição advinha da crescente espoliação empreendida pelo latifúndio sobre seus trabalhadores e o conjunto da população do país. Para Alberto Passos:

Implantado, originariamente, para prover o mercado externo e para servir aos interesses da colonização portuguesa, remodelado, posteriormente, para atender aos interesses e às exigências de outras potências colonizadoras, como fonte supridora dependente dos mercados mundiais, o sistema latifundiário brasileiro começou a perder sua principal base de sustentação e sua própria razão de ser histórica a partir do momento em que passou a decair sua importância no conjunto de nosso comércio de exportação (GUIMARÃES, 1968: 165).

Além dos fatores apontados acima, para Guimarães o sistema latifundiário estava sendo constrangido a adotar diversos métodos e processos de produção, mudando parcialmente suas relações econômicas e investindo mais capital para aumentar sua produtividade. Em face disso, parte da classe latifundiária estava aumentando extensivamente sua produção, incorporando novas áreas. Outra parte se desfazendo de suas terras e com o produto da venda de áreas desmembradas, introduzindo melhorias nos processos técnicos de produção e beneficiamento. Essas circunstâncias estavam permitindo o aparecimento da propriedade capitalista no campo, cujo traço característico era a superioridade do trabalho assalariado sobre o trabalho familiar em estabelecimentos entre 100 hectares a 500 hectares. Esse quadro permitiu a área rural contar com três tipos distintos de propriedade em meados do século XX: a propriedade latifundiária, camponesa e capitalista. No entanto, apesar de reconhecer o processo de desintegração do latifúndio, Alberto Passos não desprezava sua relevância na estrutura agrária do país no início da década de 1960.

Em comparação ao estudo de Caio Prado, Alberto Passos, de um modo geral, reconheceu que a grande propriedade fundiária era um dos principais componentes da estrutura agrária do país. Além disso, reconheceu a existência de um dualismo nas atividades agropecuárias, com um setor privilegiado voltado para a exportação e outro baseado em gêneros de subsistência. Entretanto, para Alberto Passos as raízes dessa estrutura agrária não

coincidiavam com os argumentos apresentados por Prado Júnior. Enquanto para Caio Prado a grande propriedade fundiária tinha no aspecto mercantil de sua exploração a base para a manutenção de sua existência, mediante isenção fiscal e predomínio sobre a propriedade da terra e sobre a mão-de-obra, para Alberto Passos o latifúndio impunha sua existência sobre a paisagem rural através de seu aspecto feudal e colonial, apesar de também possuir uma face mercantil devido aos vínculos comerciais com o imperialismo. Além disso, enquanto Caio Prado centrou sua análise na existência de um setor rural baseado na grande exploração de caráter mercantil e em um setor subsidiário, cuja produção em pequena propriedade era vulnerável a dinâmica produtiva da grande exploração, Alberto Passos compreendeu essa exploração dividida em três tipos de propriedade, ou seja, latifundiária, capitalista e camponesa, com sua exploração, com exceção da capitalista, baseada em relações de trabalho servis. Um último aspecto que gostaríamos de ressaltar nesse momento sobre a análise desses dois autores se refere a perspectiva histórica da produção intelectual de cada um. No texto de Caio Prado, encontramos o campo brasileiro com fortes marcas do passado colonial, enquanto no texto de Alberto Passos essa realidade apresenta um momento de mudança, com as atividades capitalistas se impondo sobre o passado feudal e colonial do campo. Desse modo, no texto de Caio Prado o passado agrário se estende sobre o campo brasileiro de meados do século XX com mais força e vigor do que no texto de Alberto Passos.

3.2 As classes sociais no campo

O debate ocorrido no Brasil em torno da questão agrária a partir do final da década de 1950 esteve imbuído do propósito de compreender a realidade agrária do país e, nesse sentido, um dos seus objetivos foi identificar os principais setores da população rural. No V Congresso do PCB, Alberto Passos Guimarães apresentou um panorama sobre a organização social na área rural utilizando dados do Recenseamento de 1950, realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.¹⁹ A partir das informações desse Recenseamento, esse autor reconheceu a existência de cerca de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, contendo 11 milhões de trabalhadores. Desse número total de trabalhadores, existiriam 2 milhões na condição de responsáveis pela gestão dos estabelecimentos enquanto proprietários e arrendatários; 4 milhões enquanto membros não-remunerados das famílias responsáveis por esses estabelecimentos, ou seja,

¹⁹ Nesse sentido, Alberto Passos apontou o fator populacional do Recenseamento de 1950, cujos dados sobre a distribuição da propriedade fundiária apresentamos anteriormente por meio de duas tabelas.

menores e mulheres em sua maioria que trabalhavam sem receber nenhuma remuneração direta; 3,7 milhões na situação de “empregados” dos estabelecimentos e 1,3 milhões como “parceiros”.

Apesar de se basear nas informações dessa pesquisa, Alberto Passos não a isentou de críticas. Por exemplo: segundo o autor, o Recenseamento havia excluído da contagem os moradores e agregados, definidos apenas como pessoas que se caracterizariam pela prestação de serviço remunerado em dinheiro ou espécie e com o direito de utilização de terras em proveito próprio nos estabelecimentos onde trabalhassem. Para Guimarães, essas pessoas seriam camponeses feudais prestadores de serviços pessoais ao dono da terra. Segundo seu raciocínio, ao não precisar adequadamente essa categoria de trabalhador, o Recenseamento havia exagerado o caráter capitalista da mão-de-obra rural. A conceituação de “empregado” também apresentava problemas segundo sua opinião. Nessa pesquisa, haviam sido misturados enquanto “empregados” os assalariados propriamente ditos, ou seja, pessoas que trabalhavam mediante remuneração em dinheiro, com pessoas remuneradas com parte em dinheiro e uma maior quantia em produtos. Por exemplo, uma pessoa que tivesse trabalhado boa parte do ano como meeiro e no momento do Recenseamento estivesse recebendo temporariamente a maior parte do pagamento em dinheiro, havia sido considerado pela pesquisa como “empregado” no sentido capitalista. Os parceiros divulgados pelo Recenseamento também apresentavam problemas para Guimarães, pois não seriam parceiros no sentido capitalista, como dava a entender a pesquisa, mas sim “meeiros” semif feudais pelo fato de serem pessoas sem autonomia econômica e subordinadas a administração do estabelecimento em que trabalhavam. No entanto, apesar das críticas, para Alberto Passos:

Essas conclusões não nos impedem de reconhecer que, com o desenvolvimento capitalista no campo, o número de assalariados tende a crescer e que as formas assalariadas tendem a se despojar de seus traços feudais, à medida que tenha curso livre a luta de classe do proletariado rural. Entretanto, esses aspectos não podem passar despercebidos a todos quantos tenham de formar uma idéia exata da situação concreta no campo, sem cair em exageros quer a respeito do predomínio das formas pré-capitalistas de trabalho, quer a respeito do papel ainda decisivo das formas pré-capitalistas de trabalho (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 88).

Dessa forma, esse autor compreendia estar acontecendo um processo de transformação na sociedade rural. Um momento de transição de uma realidade marcada por formas pré-capitalistas de trabalho, por uma realidade propriamente capitalista, porém, ainda sufocada pela herança colonial.

Em relação aos trabalhadores rurais, Guimarães destacou a figura do camponês. Segundo ele, os camponeses seriam um:

Enorme contingente [...] pré-capitalista, semifeudal, que inclui os trabalhadores rurais da categoria da renda-trabalho (“moradores”, “agregados” e todos os que realizam prestação de serviço gratuito ou semigratuito), os trabalhadores rurais da categoria da renda-produto (meeiros dos diferentes tipos e os considerados pelo recenseamento como “parceiros”) e os trabalhadores rurais da categoria da renda-dinheiro (“rendeiros”, “foreiros” e arrendatários não-autônomos ou semi-autônomos como, por exemplo, muitos “arrendatários” do arroz, do algodão, etc., cujas formas de arrendamento, em muitos casos pagos em espécie ou em serviços, não podem considerar-se ainda formas de renda capitalista). Abrange também o campesinato de formação burguesa, isto é, todos os que possuem o domínio ou a posse da terra (proprietários, arrendatários capitalistas, ocupantes ou posseiros) (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 88).

Para esse intelectual, o campesinato seria o principal grupo que, acrescido da burguesia agrária surgida no século XX, estaria em conflito aberto contra os restos do feudalismo e contra o latifundismo, ou seja, contra:

Mais de 70 mil latifundiários, semifeudais uns, semicapitalistas outros, os quais concentram em suas mãos 144 milhões de hectares de terra, isto é, uma minoria que representa apenas 3,5% do total de estabelecimentos rurais e que detém mais de 60% da área agrícola (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 89).

Outro setor da área rural, a classe latifundiária, foi abordado por Alberto Passos no livro *Quatro séculos de latifúndio*. Nessa obra, esse autor informou que o monopólio da propriedade da terra, nas condições pré-capitalistas da agricultura brasileira, havia assegurado a classe latifundiária uma força maior do que o poder econômico, um poder que havia se prolongado além do declínio econômico dessa classe: o poder extra-econômico. Uma característica herdada da época colonial, esse poder se manifestava através do “governo” das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios. Para Guimarães:

Graças a esse tipo de relações coercitivas entre os latifundiários e seus “moradores”, “agregados”, “meeiros”, “colonos”, “camaradas” e mesmo assalariados, estendendo-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos, alguns milhões de trabalhadores brasileiros vivem, inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores de terras (GUIMARÃES, 1968: 35-36).

Além da relação extra-econômica, a classe latifundiária impunha sua presença através do domínio da grande propriedade e da exploração de metade do território agrícola do país,

conjuntamente ao domínio sobre metade das divisas obtidas no comércio internacional brasileiro. Assim:

O monopólio de mais de cinquenta por cento de nossas exportações, e de sua receita em ouro, constitui a base material de seu poder econômico sobre o conjunto da economia nacional. O monopólio de mais de cinquenta por cento da propriedade e da exploração da terra é a base material de seu poder extra – econômico; dá-lhe a faculdade de manter, sob coação, as relações de trabalho arcaicas e, em decorrência, o nível extremamente baixo dos salários agrícolas; possibilita-lhe sustentar os elevados preços da terra e do arrendamento agrícola e, em decorrência, restringir o limitado número das propriedades e das explorações camponesas, das propriedades e das explorações capitalistas (GUIMARÃES, 1968: 203).

O historiador Caio Prado Júnior, no que diz respeito à população rural, apresentou opinião diversa em relação ao estudo de Alberto Passos. No texto *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, Prado Júnior afirmou que a concentração da propriedade fundiária era responsável pela marginalização de considerável parcela da população rural. Diante dessa constatação, esse autor procurou apresentar os caracteres dos diferentes segmentos dessa população:

Os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer [...] Do outro lado, para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível (PRADO JR., 1979: 22).

A partir da conotação do grande proprietário fundiário enquanto um homem de negócios, Prado Júnior destacou que:

A grande exploração, com a sua produção comercial, representa o empreendimento agromercantil de uma classe socialmente bem diferenciada e caracterizada no conjunto da população rural: os grandes proprietários e fazendeiros, que aliás não se enquadram e integram propriamente naquela população, a não ser pelo fato do seu negócio ter por objeto a produção agrária, e de eles disporem para isso, como classe, da maior e melhor parcela da propriedade fundiária (PRADO JR., 1979: 51).

A remuneração do trabalho no campo, tema que abordamos ao nos referirmos no capítulo anterior à constituição histórica das relações sociais de produção no campo, foi retomando por Caio Prado nesse momento para apresentar a categoria dos trabalhadores rurais. Em um primeiro momento, esse autor afirmou que no início da década de 1960 a remuneração do trabalho no campo estava ocorrendo em dinheiro (salário), em parte do

produto ou com a concessão ao trabalhador de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração estava sendo empregado.

Mediante essa constatação, Caio Prado apresentou alguns tipos de trabalhadores rurais que existiriam nas diversas regiões do país. Na lavoura cafeeira paulista, por exemplo, citou o empregado residente fixo na fazenda, ou seja, o colono, trabalhador que recebia um salário fixo anual, pago em parcelas mensais, para cuidar de certo número de pés de café. Além disso, esse trabalhador:

Tem geralmente o direito de cultivar cereais (feijão, arroz...) por conta própria, seja intercalando sua cultura na parte do cafezal que lhe compete cuidar [...], seja aproveitando áreas separadas e especialmente cedidas para esse fim. Tem ainda o direito de manter uma pequena horta em torno de sua habitação, bem como criação miúda (galinhas, porcos, cabras...), e também algum cavalo ou burro; mais excepcionalmente uma ou outra vaca (PRADO JR., 1979: 61).

Na lavoura canavieira do Nordeste, Caio Prado fez referência aos trabalhadores rurais divididos em duas categorias:

Os chamados *moradores*, que são trabalhadores permanentes nos canaviais, sendo pagos em dinheiro, e dispondo de pequenas culturas de subsistência em redor de suas casas, geralmente dispersas pela propriedade [...], mas mais ou menos próximas dos canaviais. A outra categoria de trabalhadores da lavoura canavieira do Nordeste, são os *foreiros*, que ocupam sítios mais distantes cultivados por sua conta e pelos quais pagam aluguel (foro) ao proprietário. Os foreiros são obrigados a dar serviço ao proprietário, em regra gratuitamente (é a chamada *obrigação*, ou o *cambão*) na época das safras (PRADO JR., 1979: 61).

Na lavoura algodoeira do Nordeste, segundo Caio Prado, os trabalhadores viviam na condição de parceiros, ou seja, aqueles “que têm a meação do algodão colhido; e cultivam por sua conta gêneros de subsistência de que às vezes – em geral nas propriedades de menos importância – pagam meação ao proprietário” (PRADO JR., 1979: 61-62). Em relação a pecuária do sertão nordestino:

O “vaqueiro”, que é o trabalhador que cuida do gado, recebe em geral um bezerro de cada quatro nascidos. Esse tipo de relações é talvez a de maior tradição no Brasil, pois vem desde os primórdios da colonização. É provável que tenha sua origem em alguma prática portuguesa da época. Além de receber a “quarta”, o vaqueiro mantém culturas próprias que nas fazendas menores, onde o proprietário tem sua residência [...], são em parceria (PRADO JR., 1979: 62).

Em relação à situação dos trabalhadores rurais no início da década de 1960, Caio Prado destacou um fenômeno novo que estava ocorrendo no país: a migração de trabalhadores para os centros urbanos diante das difíceis condições de vida no campo. Segundo esse autor,

essa era uma realidade que estava ocorrendo nas últimas décadas. No entanto, as cidades, principalmente os grandes centros, também estavam apresentando difíceis condições para a subsistência desse trabalhador oriundo da área rural, resultando assim em um grande contingente de desempregados ou trabalhadores autônomos aglomerados nas periferias das grandes cidades. Uma exceção a essa regra foi apontada no estado paulista:

É somente em S. Paulo [...] que o refluxo de trabalhadores rurais para os centros urbanos está encontrando em que se ocupar, graças ao excepcional desenvolvimento industrial paulista. Mas o efeito disso, como já foi notado, é deprimir os salários urbanos. E não chega a afetar substancialmente o mercado de trabalho rural, que continua acentuadamente desfavorável para o trabalhador (PRADO JR., 1979: 26).

A diversidade das condições de trabalho no campo foi justificada por Caio Prado com base em dois fatores: por um lado, o interesse do proprietário empregador em assegurar mão-de-obra nas ocasiões de maior necessidade como, por exemplo, nos momentos de preparo da terra, plantio, tratos de culturas e colheita. Segundo esse:

As atividades agrícolas, ao contrário das industriais, são geralmente esporádicas. E como não seria interessante e nem mesmo possível ao proprietário, na generalidade dos casos, pagar salários o ano todo, quando somente em certas épocas ou momentos necessita da mão-de-obra, ele procura conservá-la a seu alcance para esses momentos, e sem ônus, fixando o empregado na sua propriedade pela concessão de terrenos que este último explorará por sua conta própria. Na cultura cafeeira de S. Paulo, é daí que se origina o sistema do “colonato”. No Nordeste dá-se a esse tipo de relações de trabalho a designação de “condição” (“trabalhador de condição”) (PRADO JR., 1979: 93).

Além disso:

Na remuneração do empregado, a substituição (total no caso do cambão, parcial nos outros) do salário em dinheiro pela concessão de terras de cultura ou pastos. Esse procedimento reduz as despesas de custeio da exploração agrícola, e convém ao proprietário sempre que dispõe de terras excedentes que não utiliza (PRADO JR., 1979: 94).

Desse modo, os motivos de uma remuneração do trabalho no campo em forma não-assalariada foram apresentados por esse autor enquanto desejo do grande proprietário em obter lucro a baixo custo.

Diante dessa análise, percebemos que o estudo de Caio Prado Júnior sobre a população rural apresentou alguns pontos em comum com o trabalho de Alberto Passos Guimarães. Por um lado, ambos os autores reconheceram que a concentração da propriedade da terra beneficiava uma minoria proprietária e condenava a miséria grande parte da

população rural. Por outro lado, a população rural para Caio Prado foi compreendida através de caracteres distintos aos caracteres apresentados por Alberto Passos. Enquanto para Caio Prado os grandes proprietários de terra eram a classe privilegiada da área rural por concentrarem em suas mãos a maior parcela da propriedade da terra em uma relação mercantil, para Alberto Passos os privilégios da classe latifundiária tinham origem no monopólio da propriedade da terra e na coação extra-econômica da mão-de-obra rural.

Em relação aos trabalhadores rurais, Guimarães os dividiu em assalariados, semi-assalariados e camponeses, sendo esses últimos o contingente mais numeroso e aquele onde as relações semifeudais se apresentariam de forma mais acabada, frisando, contudo, um processo histórico de transformação na área rural. Para Caio Prado, havia uma diversidade de trabalhadores no campo, como os colonos, moradores, foreiros, parceiros e vaqueiros, por exemplo. No entanto, havia um elemento em comum entre esses trabalhadores: a relação mercantil com o proprietário de terra, ou seja, com o patrão, fruto de uma particularidade histórica da realidade agrária do país. Assim, a partir dessa compreensão sobre a população do campo, sobre a estrutura agrária do país no século XX e suas origens históricas, ambos os autores elaboraram suas propostas para a solução da questão agrária.

3.3 As perspectivas de solução da questão agrária no Brasil

As análises sobre os aspectos constitutivos da questão agrária brasileira não apresentaram um consenso no debate agrarista brasileiro do início da década de 1960. Nesse sentido, podemos citar o caso do PCB e das Ligas Camponesas com Francisco Julião. Inseridos nesse debate, participaram Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães enquanto membros do PCB demonstrando que, mesmo no interior de um partido político, não havia consenso sobre o tema.

O pensamento político do PCB sobre as transformações que deveriam ocorrer no campo aproximou o horizonte de expectativas de Caio Prado e Alberto Passos, particularmente o desejo de construção de uma sociedade socialista. Contudo, esse desejo se viu confrontado em dois aspectos: primeiro, a interpretação histórica sobre a estrutura sócio-econômica do campo brasileiro; segundo, o significado que deveriam ter as medidas que teriam por objetivo a solução da questão agrária.

No ano de 1960, dois anos após a publicação da Declaração de Março, o PCB reafirmou no seu V Congresso sua proposta de solução da questão agrária vinculado ao seu projeto democrático-burguês, ou seja, de transformação da estrutura fundiária, “com a

eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe” (PCB, 1960 in: CARONE, 1982: 217). Esse conjunto de medidas, um dos objetivos da revolução brasileira antiimperialista, antifeudal e de índole pacífica, pressupunha o declínio das relações sociais de trabalho de caráter semifeudais e o predomínio de relações de trabalho e atividades agropecuárias essencialmente capitalistas.

Diante da proposta do PCB, Caio Prado afirmou que a solução da questão agrária deveria ser vista levando em consideração a constatação das raízes dialéticas do antagonismo e contradição entre uma reduzida minoria de grandes proprietários, que detinham o monopólio da terra e controlavam as oportunidades de ocupação e trabalho na agropecuária brasileira, com a massa trabalhadora do campo, ou seja, a população que dependia do trabalho nos grandes domínios territoriais para conseguir seus meios de subsistência.

A partir dessa consideração, Caio Prado argumentou que a medida que deveria ser resolvida primeiramente no campo seria a de encontrar uma maneira adequada que pudesse facilitar o acesso dos trabalhadores rurais a propriedade da terra. Nesse sentido:

À medida que se impõe desde logo, e que é capaz, no momento, de produzir maiores resultados, é a tributação da terra, tanto diretamente pelo imposto territorial rural, como indiretamente pela taxação efetiva dos proventos derivados da propriedade da terra, porque, como é sabido, os rendimentos agropecuários são praticamente isentos de tributação por efeito da maneira em que é lançado e cobrado o imposto de renda nesse caso da agropecuária (PRADO JR., 1960 in: SANTOS, 1996: 68).

Assim:

O presente valor especulativo da terra declinará somente por efeito de uma forte sobrecarga tributária. Essa tributação tornará impossível a uma parcela considerável dos atuais detentores da terra conservarem suas propriedades, ou pelo menos a totalidade delas, pois isso se fará excessivamente oneroso. Serão por isso obrigados a vender suas terras, e esse afluxo de vendedores forçará a baixa dos preços (PRADO JR., 1960 in: SANTOS, 1996: 68).

Mediante essa proposta Caio Prado procurou, por um lado, destacar a isenção tributária como elemento que estimulava a existência da grande propriedade fundiária e, por outro lado, deslocar o feudalismo como condicionante na manutenção desse tipo de propriedade. Nesse sentido, essa solução apresentou-se diversa da proposta do PCB de redistribuição da propriedade fundiária com uma finalidade capitalista e antifeudal. Diante dessa divergência, fica-nos uma indagação: como Caio Prado pensou o tema do socialismo a

partir das mudanças no campo? Um ponto a ser considerado para a obtenção dessa resposta é que esse autor não se opôs ao estímulo da atividade capitalista na área rural. Pelo contrário, era a partir desse estímulo que vislumbrava a possibilidade do socialismo, não sendo nesse sentido muito diferente das propostas do PCB e do próprio Alberto Passos Guimarães. Em outro trecho do texto *A questão agrária e a revolução brasileira*, Caio Prado disse:

Fortalecimento do capitalismo será acompanhado pelo avantajamento da posição dos trabalhadores rurais em sua luta por melhores condições de vida, o que decorre, segundo vimos, dos mesmos fatores estimulantes do progresso capitalista. Esse progresso marchará assim de par com a valorização da força de trabalho que constitui sua negação. É esse processo dialético que a reforma agrária desencadeará, e que na fase subsequente levará a economia agrária para sua transformação socialista (PRADO JR., 1960 in: SANTOS, 1996: 72-73).

Podemos perceber nesse trecho que Caio Prado tinha um horizonte de expectativa socialista e, nesse sentido, a história da sociedade brasileira teria uma meta a ser alcançada, próximo, assim, das perspectivas do PCB e de Alberto Passos Guimarães. No entanto, para esse autor, as mudanças no campo deveriam ser baseadas nas circunstâncias conjunturais, o que permitiria transformações, ainda que a médio e longo prazo.

Nos textos publicados na Revista Brasiliense entre 1960 e 1964, Caio Prado Júnior abordou novamente o tema das transformações sociais e econômicas que deveriam ser realizadas no campo. Além disso, nesses textos acentuaram-se suas divergências políticas com o PCB, em parte devido ao próprio clima do debate agrarista no decorrer da década de 1960, cada vez mais politizado a medida que se vislumbrava, ou pelo menos assim era pensado, sinais concretos para a solução da questão agrária, como, por exemplo, a elaboração de uma legislação social trabalhista para o empregado rural, promulgada no ano de 1963.

Em 1960 Caio Prado publicou na Revista Brasiliense o trabalho *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. Nesse texto propôs a realização de uma reforma agrária como possível resposta para os problemas agrários:

Não é assim de esperar que a evolução da economia agrária se oriente para a transformação de seu tipo e estrutura, sem o concurso de fatores estranhos e que imprimam a essa evolução um sentido predeterminado. Numa palavra, sem a reforma agrária. Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomenta por medidas adequadas o acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária (PRADO JR., 1979: 82-83).

Em 1962, Prado Júnior publicou outro texto intitulado *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. Nesse trabalho, o conceito de reforma agrária foi ampliado, passando a contemplar a desconcentração da propriedade fundiária e a criação de uma legislação trabalhista para o homem do campo. Segundo seu raciocínio, a maior parte da população rural que vivia do trabalho na terra, encontrava-se em uma situação de miserabilidade. Para mudar essa realidade seria necessário, por um lado, modificar a estrutura da propriedade fundiária, no sentido de corrigir sua extrema concentração, proporcionando aos trabalhadores maiores oportunidades de acesso a posse e utilização da terra e, por outro lado, aplicar uma legislação social-trabalhista a fim de proporcionar proteção legal a esse trabalhador. No que diz respeito a esse segundo aspecto da reforma agrária, o autor disse:

Uma legislação trabalhista eficaz e realmente protetora do trabalhador empregado rural deve, além de regular as relações de trabalho, criar as condições necessárias, e que fazem falta no meio rural brasileiro por circunstâncias que lhe são peculiares, para que entre proprietários e trabalhadores subsistam unicamente, como se dá nos centros urbanos, relações puramente de trabalho, isto é, de prestação remunerada de serviços, de empregador e empregado (PRADO JR., 1979: 99).

Para Caio Prado, uma legislação com esse perfil ajudaria a coibir as arbitrariedades que os patrões costumavam cometer sobre seus empregados. Contudo, esse autor procurou advertir que a arbitrariedade em pauta não tinha nenhuma relação com formas semi-serviço de trabalho, mas com o interesse do proprietário em obter lucro a partir da exploração acentuada de sua mão-de-obra.

No debate agrarista do começo da década de 1960, o tema da legislação trabalhista transformou-se em um dos principais pontos de atrito entre Caio Prado e parte dos setores de esquerda que priorizavam o aspecto distributivo da terra para a solução da questão agrária. Para Caio Prado, a legislação trabalhista possibilitaria melhores condições de vida e emprego para o trabalhador rural, fortalecendo-o, passo importante para o desenvolvimento futuro da luta desses trabalhadores por uma sociedade socialista. No entanto, essa opinião não era compartilhada pelo seu partido, assim como por Alberto Passos Guimarães, como será visto a seguir. Para o PCB, a legislação trabalhista, por um lado, era uma medida de caráter reformista, a qual não seria capaz de contribuir significativamente nos propósitos finais da revolução democrático-burguesa, sendo assim uma medida até mesmo conservadora. Por outro lado, a legislação trabalhista deslocava a redistribuição da propriedade fundiária como medida defendida pelo campesinato, retirando o caráter revolucionário da luta dessa

população e, conseqüentemente, deslocando um dos principais argumentos do PCB na defesa do seu projeto de transformação social.

Apesar das reservas do PCB a legislação trabalhista, Caio Prado a continuou defendendo conjuntamente a redistribuição da propriedade da terra e, inclusive, criticando o seu partido. Nesse sentido, assim se expressou esse autor:

É muito importante a colocação do nosso problema agrário nessa dupla perspectiva, acentuando o caráter alternativo em que se relacionam e combinam as duas soluções propostas. Isso porque seria inteiramente falso imaginar (como pensa um certo sectarismo de esquerda) a possibilidade do desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e a transformação instantânea, ou mesmo a curto prazo da massa rural brasileira em uma coletividade de camponeses pequenos produtores e proprietários (PRADO JR., 1979: 90).

Para não deixar dúvidas em relação a essa afirmação, o autor explicitou os termos que considerava possíveis para a realização de uma reforma agrária:

Estamos aqui considerando essa reforma dentro dos quadros do regime econômico e social vigente, que é o da propriedade privada, a da terra inclusive. Não se trata assim, nem é este o caso em foco na atual conjuntura histórica brasileira, da transformação socialista do nosso regime (PRADO JR., 1979: 91).

Na Revista Brasiliense publicada em maio-junho de 1963, Caio Prado trouxe novamente o tema da legislação trabalhista em pauta, estimulado pela promulgação por parte do Governo Federal de um estatuto para o empregado rural, via Lei nº 4.914, de 02 de março de 1963. Nesse trabalho, denominado *O Estatuto do Trabalhador Rural*, Caio Prado afirmou que essa legislação era o acontecimento mais importante no debate sobre as reformas de base do governo João Goulart. Devido a isso, esse autor felicitou o estatuto, mesmo reconhecendo falhas em sua elaboração:

A extensão da legislação social-trabalhista para o campo e a proteção legal do trabalhador rural [...] têm um alcance econômico e social que raros diplomas legais tiveram até hoje entre nós. Apesar das graves falhas que apresenta a lei promulgada, [...], seus efeitos serão consideráveis, pois se efetivamente aplicado com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888 (PRADO JR., 1979: 142-143).

No que se refere as falhas presentes nessa lei, Caio Prado destacou o pouco cuidado dado a diversidade das relações de trabalho no campo. Segundo esse, o legislador do Estatuto do Trabalhador Rural não deu a devida importância as diferenças existentes nas relações de

trabalho na agropecuária brasileira em comparação as relações de trabalho na indústria e no comércio. Para ele, o legislador se limitou, em regra, a transpor para o trabalhador rural as disposições legais existentes na legislação trabalhista que havia sido traçada para o trabalhador urbano no início da década de 1940, tratando as relações existentes nesse meio como se fossem remuneradas exclusivamente por via assalariada.

Diante disso, Caio Prado foi severo com alguns setores de esquerda. Para ele, as falhas do Estatuto poderiam ter sido atenuadas se o assunto tivesse sido acompanhado pelas forças políticas interessadas no tema. Nesse sentido, Caio Prado manifestou publicamente sua contrariedade em relação à forma como o debate agrarista estava ocorrendo, ou seja, centrado em torno de apenas um aspecto da reforma agrária. Segundo esse:

A atenção principal e quase única nessa matéria da reforma agrária, se tem indevidamente concentrado no problema da subdivisão da propriedade fundiária, em prejuízo de outros aspectos pelo menos tão importantes, como é esse precisamente da legislação social-trabalhista aplicável ao campo (PRADO JR., 1979: 149).

Porém, consideramos que mais do que a manifestação de uma contrariedade, Caio Prado começou a manifestar a partir desse momento certo ceticismo em relação a esse ponto da reforma agrária. Para corroborar essa afirmação, citamos o seguinte trecho:

Boa parte da agropecuária brasileira, particularmente em seus setores mais importantes e fundamentais que serão decisivos no encaminhamento da reforma agrária no Brasil – como entre outros o da cultura cafeeira, da cana – de – açúcar, do cacau, [...], se acha organizada na base da grande exploração rural [...] que tem como elemento constitutivo essencial a relativa extensão, nuns casos mais, noutros menos, da área fundiária ocupada e explorada. Não é evidentemente possível falar aí em “subdivisão” e retalhamento da propriedade, o que significaria a desorganização da produção nas bases em que atualmente se apóia; e exigiria a reorganização do sistema produtivo pela substituição da grande exploração de produção centralizada e concentrada, pelo pequeno produtor individual (PRADO JR., 1979: 149-150).

Segundo Prado Júnior, a transformação completa da estrutura agrária do país somente seria possível com a participação de um amplo movimento social reivindicatório. Entretanto, ele não considerava existir sinais concretos desse amplo movimento social no seio dos trabalhadores rurais:

As reivindicações dos trabalhadores empregados na grande exploração rural brasileira são noutro sentido que não o do fracionamento da base fundiária em que assenta aquela grande exploração; e o da transformação deles, de empregados que são, em pequenos produtores individuais e autônomos. As reivindicações desses trabalhadores são as de “empregados”, que é a sua situação econômica e social. A

saber, reivindicações por melhores condições de trabalho e emprego (PRADO JR., 1979: 150).

Essa afirmação demarcou uma linha divisória entre Caio Prado e o partido a que pertencia. Para o PCB, os trabalhadores rurais eram vistos como aliados que reivindicavam a redistribuição da propriedade da terra. Na Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas, fruto do V Congresso, o PCB foi claro:

As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução antiimperialista e antifeudal (PCB, 1960 in: CARONE, 1982: 212).

No texto *Marcha da questão agrária no Brasil*, publicado no último número da Revista Brasiliense, de janeiro/fevereiro de 1964, Caio Prado apresentou de forma contundente e ríspida sua divergência política com o PCB. No ano anterior, o partido havia publicado o texto *Reforma agrária e medidas parciais em benefício dos camponeses*, onde afirmava:

Somente uma reforma agrária radical poderá eliminar os entraves ao desenvolvimento das formas produtivas no campo, aumentar rapidamente a produção de alimentos e matérias-primas e criar condições para a elevação da produtividade da agricultura, a melhoria do nível de vida das massas camponesas e a expansão do mercado interno (PCB, 1963 in: SANTOS, 1996: 131).

Caio Prado rebateu:

As forças políticas de esquerda, inclusive os comunistas, se desgastam em estéril agitação que serve muito mais aos propósitos do carreirismo político que aos verdadeiros interesses das camadas trabalhadoras do campo e aos objetivos econômicos e sociais da revolução brasileira (PRADO JR., 1979: 168-169).

O debate agrarista atingia nessa ocasião um dos seus momentos mais tensos, com o acirramento das posições políticas e da análise histórica. Caio Prado, mediante relação entre política e conhecimento histórico sobre a realidade agrária, manifestava seus atritos com o PCB:

Na raiz dessa falseada orientação política está a incompreensão da realidade brasileira e do sentido profundo do nosso processo revolucionário, o que leva a distorções produzidas por erradas concepções teóricas que, consciente ou inconscientemente, se inspiram em situações econômicas e sociais completamente estranhas ao Brasil e aqui existentes (PRADO JR., 1979: 168-169).

Mais:

Decalcou-se simplesmente e sem maior espírito crítico e científico, o inaplicável modelo da reforma e revolução agrária dos países europeus. E se transportou para cá, encaixando arbitrariamente na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo cuja economia agrária, tão distinta da nossa, se caracteriza essencialmente pela presença de uma economia e classe camponesa (PRADO JR., 1979: 169).

A reforma agrária de cunho antifeudal defendida pelo PCB e seus membros, para Caio Prado Júnior estava baseada em uma concepção equivocada sobre a economia e a história agrária do país:

A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da produção parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus (PRADO JR., 1979: 170).

Assim, retornando à gênese da história colonial brasileira, esse autor refutou as propostas políticas do PCB para a solução da questão agrária.

As críticas de Caio Prado Júnior ao pensamento político do PCB referente a questão agrária não ficaram sem respostas. Muitos membros do partido manifestaram opinião contrária a sua, entre os quais, Alberto Passos Guimarães. Por ocasião do V Congresso do PCB, Alberto Passos afirmou que a luta de classes constituía o fio condutor através do qual se poderia chegar a compreensão teórica dos problemas agrários brasileiros, assim como chegar as suas soluções. Para isso, a primeira questão que necessitaria ser pensada para se chegar a uma perspectiva clara sobre a linha programática e tática no campo deveria ser sobre as formas de desenvolvimento da luta de classes no seio do movimento agrário do país.

Nesse Congresso, Alberto Passos apresentou três formas de luta de classes que estariam em desenvolvimento no campo:

1º a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades da opressão e da espoliação imperialista; 2º a luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários; 3º a luta dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 78).

Ao apresentar a luta dos trabalhadores rurais nessa tripla perspectiva, Guimarães procurou minimizar a exploração mercantil como fator importante nas lutas sociais

procurando, ao contrário, defender a luta desses trabalhadores contra o imperialismo e as sobrevivências do pré-capitalismo.

A luta antiimperialista e antifeudal tinham como propósito a realização de transformações capitalistas na área rural. Segundo Alberto Passos:

O proletariado e as forças mais progressistas da sociedade brasileira devem apoiar as transformações burguesas no campo que resultem na destruição dos laços com o feudalismo, que resultem na destruição das formas pré-capitalistas, e expressem um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 81).

Para Guimarães, esse deveria ser o curso revolucionário a ser dado ao desenvolvimento capitalista no campo, não apenas a melhoria das condições de trabalho, como enfatizava Caio Prado.

Desse modo, as propostas de Alberto Passos para a solução dos problemas agrários eram similares as propostas do PCB. Essa similaridade pode ser vista na *Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas*, quando o partido apresentou o seguinte diagnóstico sobre a conjuntura do início da década de 1960:

A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas (PCB, 1960 in: CARONE, 1982: 216).

A partir desse diagnóstico, o PCB afirmou: “Em sua etapa atual, a revolução brasileira é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática” (PCB, 1960 in CARONE, 1982: 217).

Através do texto *As três frentes de luta de classes no campo*, Alberto Passos Guimarães reconhecia, como seu partido, o imperialismo e o feudalismo como empecilhos ao desenvolvimento econômico no campo. Nesse sentido, procurou não apenas reconhecer a questão agrária como uma luta antifeudal destinada a desenvolver o capitalismo e acabar com o monopólio da terra, mas também identificar os principais grupos sociais que estariam empenhados nessa luta. A partir desse objetivo, Alberto Passos considerou os assalariados e semi-assalariados agrícolas como o aliado primordial na construção da aliança operário-camponesa. Apesar de reconhecer sua inferioridade numérica no campo, para esse autor o desenvolvimento capitalista iria permitir que o número de assalariados crescesse com o conseqüente despojamento dos traços servis nas relações de trabalho.

A segunda frente de luta social no campo apontada por Guimarães seria a do campesinato em oposição ao feudalismo e à classe latifundiária. Segundo esse:

Na frente da luta de classe contra os restos do feudalismo e contra o latifundismo, alinham-se, de um lado, uma enorme massa de milhões de camponeses semifeudais e camponeses pequeno-burgueses e burgueses, massa esta de composição heterogênea, mas ligada entre si por interesses comuns quando se trata de varrer os restos pré-capitalistas, de libertar-se da coação do monopólio latifundiário e de desenvolver as relações de tipo capitalista que importem em melhorar suas condições de vida (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 89).

A terceira frente de luta social no campo seria aquela voltada para o rompimento dos laços de dependência com os monopólios estrangeiros os quais, segundo Alberto Passos, tornava a opressão feudal mais dolorosa para as massas do campo. Essa dependência era representada pelo imperialismo:

A agricultura semifeudal do Brasil não é uma agricultura semifeudal qualquer: tem uma peculiaridade histórica que a distingue da que existia, por exemplo, nos países imperialistas como a Rússia czarista ou o Japão do começo deste século. Esta peculiaridade histórica é o caráter dependente, semicolonial de nossa economia agrária (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 90).

Para esse autor, os vínculos semicoloniais da agricultura brasileira com o imperialismo estariam representados no capital comprador. Segundo esse, o capital comprador seria:

O conjunto de relações econômicas que atua, quer na produção, quer na distribuição dos produtos destinados ao mercado exterior. Para que as relações econômicas de tal natureza tenham existência material, elas exigem uma rede de empresas e de agentes cuja função, em última análise, é extrair, por processos extorsivos de coação econômica e extra-econômica, inclusive pelos processos da acumulação primitiva, a maior parte possível da mais-valia e do produto dos camponeses trabalhadores (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 90).

Partindo dessa constatação, Alberto Passos propôs as seguintes tarefas para a solução da questão agrária via luta contra o imperialismo:

A) luta contra o aviltamento dos preços, nos mercados mundiais, dos nossos produtos de exportação; b) luta contra os contratos draconianos e todas as demais formas usurárias e espoliadoras de compra de produtos agropecuários; c) luta contra as condições monopolísticas de compra e venda de produtos agrícolas ou de produtos fornecidos à agricultura, por parte de empresas estrangeiras e seus agentes; d) luta pela nacionalização do comércio exterior (GUIMARÃES, 1960 in: SANTOS, 1996: 91-92).

No livro *Inflação e monopólio no Brasil*, publicado em 1963, Alberto Passos novamente relacionou a solução da questão agrária com uma perspectiva capitalista e, nesse sentido, se referiu ao tema da reforma agrária. Segundo o argumento presente nessa obra, a escassez de capital que afligia a economia brasileira no início dos anos de 1960 poderia findar com a conversão ativa de milhões de trabalhadores sem terra ou parcialmente ocupados nela, assim como os milhões de hectares de terras sem ocupação ou parcialmente explorados. O fomento de capital no campo representaria assim um rude golpe nas formas pré-capitalistas que giravam em torno do monopólio da terra, criando condições para o florescimento da livre concorrência em novas e extensas áreas da economia agrária.

Alberto Passos demonstrava, mediante essas idéias, uma perspectiva democrático-burguesa para a solução dos problemas do campo. Essa perspectiva apareceu nitidamente no seguinte trecho:

A conseqüência imediata da redistribuição da terra e da melhoria dos níveis de vida da população trabalhadora será a expansão crescente do mercado nacional e o aumento da procura de produtos industriais, seguida do incremento da capacidade produtiva da indústria (GUIMARÃES, 1962: 135).

Além disso:

O crescimento da produção agrícola, principalmente dos gêneros alimentícios, à base das pequenas e médias propriedades e, portanto, sob a livre concorrência, possibilitará a volta dos preços aos seus limites naturais, o alívio nos orçamentos familiares e, secundariamente, o barateamento de muitos outros produtos (GUIMARÃES, 1962: 135).

Na obra *Quatro séculos de latifúndio*, Alberto Passos dissertou sobre o tema da reforma agrária relacionando com a questão do feudalismo. Nessa obra, Guimarães travou um debate particular com Roberto Simonsen, autor que no livro *História econômica do Brasil*, publicado em 1937, havia defendido a tese de que o Brasil havia sido capitalista desde sua gênese colonial. Esse debate com Simonsen, no entanto, também pode ser compreendido enquanto um diálogo com Caio Prado pelo fato desse autor, semelhantemente a Simonsen, ter rejeitado a tese do feudalismo brasileiro. A discussão em torno desse tema tornou-se ríspida também em Alberto Passos, principalmente diante de sua relação com as perspectivas de solução para os problemas agrários: “A negação ou mesmo a subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário” (GUIMARÃES, 1968: 34). A crítica que Caio Prado efetuava a reforma agrária de cunho antifeudal significava, para esse autor, uma posição

reformista para os problemas agrários. Segundo Alberto Passos, não reconhecer o feudalismo na formação social brasileira resultava em posições políticas conservadoras:

A simples eliminação em nossa História da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária (GUIMARÃES, 1968: 33).

Alberto Passos reforçou a consequência política da rejeição a tese feudal no Brasil no seguinte trecho: “Partindo desse ponto de vista, evidentemente falso, concebe-se uma estratégia política não-reformista ou não-revolucionária, uma estratégia *evolucionista*: o desenvolvimento gradual, sem reformas” (GUIMARÃES, 1968: 33).

A partir das idéias de Alberto Passos e Caio Prado, percebemos que a questão agrária brasileira no início da década de 1960 apresentou-se conjuntamente enquanto um problema de interpretação histórica e política expondo, no caso dos autores que estudamos, as cisões internas que o PCB vivenciava. Esses dois intelectuais manifestaram essa particularidade: por um lado, ambos defenderam a mudança da realidade social do campo baseada no monopólio da propriedade da terra e nos privilégios de uma minoria de proprietários, por outro lado, a defesa que faziam tinha como base uma interpretação histórica distinta sobre a realidade agrária.

No que diz respeito às divergências de ordem teórica e política, o tema do feudalismo foi o que apresentou maiores atritos entre Alberto Passos e Caio Prado. No desenvolvimento de seus estudos, Alberto Passos procurou deixar clara a relação entre feudalismo e posições políticas conservadoras. Caio Prado, mesmo não compartilhando a tese do feudalismo brasileiro, não deixou de defender uma reforma agrária. Para esse autor, a reforma agrária deveria ter em vista a desconcentração da propriedade fundiária e a proteção legal do trabalhador rural, fatores que estimulariam o desenvolvimento capitalista. Para Guimarães a reforma agrária, para estimular o incremento do mercado interno e o capitalismo, deveria findar com o monopólio da terra e com as relações semifeudais. Essas divergências, contudo, não foram suficientes para dissolver o horizonte de expectativa que ambos intelectuais compartilhavam em comum: a construção de uma sociedade igualitária e socialista.

O que percebemos ao findarmos o último tópico desse capítulo é que as divergências manifestadas por esses dois autores estiveram baseadas em uma leitura particular sobre a história da realidade agrária do país. Nessa leitura, Alberto Passos destacou o surgimento de uma estrutura sócio-econômica no período colonial, marcada pela recriação de instituições

feudais européias no interior de imensos latifúndios, conjuntamente ao trabalho escravo, que seguiu um caminho evolutivo de extinção da escravidão, predomínio do feudalismo e advento do capitalismo. Nesse sentido, historicamente a sociedade agrária brasileira seguiu um caminho evolutivo, preservando, contudo, elementos pretéritos, perceptíveis principalmente na área rural através de relações sociais de produção semi-servi e da concentração da propriedade agrária. Contudo, ao destacar as mudanças em curso no país com o advento do capitalismo, especialmente no decorrer da primeira metade do século XX, Alberto Passos passou a defender a necessidade e a possibilidade de transformações que viessem extinguir com os elementos pretéritos existentes na área rural, principalmente com o desenvolvimento da luta dos camponeses e trabalhadores rurais por meio de uma reforma agrária antifeudal e de democratização do acesso a propriedade da terra.

No caso de Caio Prado Júnior, seu estudo sobre a matriz da estrutura fundiária brasileira procurou demonstrar que o sentido da colonização resultou em uma sociedade original, marcada por uma paisagem rural formada por grandes propriedades de terra, com uma produção mercantil voltada para o exterior e mediante intenso trabalho escravo. Contudo, para esse autor a realidade agrária colonial, apesar de algumas mudanças, como o fim da escravidão, preservou ao longo do tempo suas características principais. Nesse sentido, esse autor manifestava maior cautela em relação as transformações na área rural, pois, a realidade presente no campo em meados do século XX mantinha laços profundos com o passado através do predomínio da grande propriedade fundiária na paisagem rural, da persistência dos privilégios sociais dos grandes proprietários de terra e da manutenção de seus interesses no aparelho do Estado, laços que deveriam ser levado em consideração no momento de se pensar em transformações para a área rural.

Conclusão

O debate brasileiro sobre a questão agrária assumiu significativa relevância no cenário político a partir de meados da década de 1950, prosseguindo em ascensão nos primeiros anos de 1960. Esse período apresentou um conjunto de especificidades que permitiram o surgimento em nível nacional de um debate sobre os problemas do campo. Economicamente, o país vivenciava desde o final da década de 1950 uma crise agrícola, agravada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento via substituição de importações. Essa crise se manifestou na limitação da capacidade de expansão de uma produção baseada em uma estrutura fundiária concentrada e marcada por um baixo nível de mecanização e inovação tecnológica. A expansão da fronteira agrícola que ocorria desde a década de 1930 e poderia contribuir para mudar essa situação, por sua vez, mostrou-se insuficiente para alterar o caráter concentracionista da propriedade da terra e para diversificar e incrementar a produção, não impedindo, desse modo, a manifestação de uma crise econômica no setor primário no começo da década de 1960.

Durante a década de 1950, o campo brasileiro também foi marcado pelo surgimento de inúmeros conflitos. A luta de posseiros e trabalhadores rurais, por meio de ações armadas ou organizações, como as Ligas Camponesas, trouxe ao debate político o tema das demandas de uma população marginalizada. Tendo em vista essas demandas, foi incorporado no debate o questionamento da concentração da propriedade fundiária, base dos privilégios de uma classe social proprietária de terra, responsável pela exploração de mão-de-obra rural e das difíceis condições de vida dos homens e mulheres da área rural. Por outro lado, as mobilizações dos trabalhadores rurais contribuíram para o surgimento de uma nova identidade para esses atores sociais, como o surgimento de termos como camponês e campesinato, o qual ressaltou o aspecto político presente nas mobilizações rurais e ajudou na luta dessa população pelo seu reconhecimento social enquanto cidadão. Dessa forma, esse contexto forneceu os principais aspectos para a constituição do debate em torno da questão agrária.

A participação de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior no debate agrarista ocorreu no contexto descrito nos parágrafos anteriores. No entanto, para essa participação também contribuiu o pensamento político sobre a questão agrária do partido ao qual pertenciam e dialogavam, ou seja, o PCB. A partir da Declaração de Março de 1958, o PCB procurou rever algumas de suas posições tendo em vista maior inserção nos debates sobre os problemas nacionais procurando, ao mesmo tempo, refletir esses problemas em seu projeto político de transformação social. Nesse sentido, a solução da questão agrária esteve inserida

no seu programa democrático-burguês mediante uma transformação em duas etapas: em um primeiro momento de consolidação das instituições burguesas e da economia capitalista para, em uma segunda etapa, efetivar sua transformação socialista. Dessa forma, a reforma agrária almejada pelo partido postulava uma transformação capitalista conforme a etapa da revolução brasileira.

Inseridos nesse contexto político, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior problematizaram a questão agrária levando em consideração o posicionamento do seu partido. A presença desses dois autores no debate, contudo, também esteve pautada na análise que realizavam sobre a matriz da estrutura fundiária brasileira. Nesse sentido, a questão agrária também foi analisada enquanto um problema de interpretação histórica, pois a compreensão do passado agrário tinha relação direta com as propostas de solução para os problemas do campo e as possibilidades de construção de uma nova sociedade.

A década de 1950 e 1960 apresentou uma fecunda abordagem das ciências sociais sobre a realidade brasileira, cujas raízes podemos situar principalmente a partir da década de 1930, com a problematização e crescente crítica do passado colonial. Nessa abordagem, o marxismo tornou-se um dos principais referenciais teóricos para o estudo dos modos de produção, do desenvolvimento econômico e das lutas políticas no Brasil, enquanto tentativa de encontrar respostas para a superação do passado brasileiro e as possibilidades de sua transformação.

Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior, partindo de abordagens distintas do referencial teórico que embasava suas pesquisas, o marxismo, procuraram estudar o passado brasileiro. Nesse sentido, Alberto Passos e Caio Prado destacaram o caráter da colonização portuguesa enquanto gênese da estrutura agrária brasileira. O caráter da colonização significou para o primeiro autor o domínio europeu sobre o território americano mediante a reconstrução, na medida do possível, da sociedade de origem, enquanto para o segundo representou o estímulo a produção de gêneros de alto valor comercial para o mercado europeu.

Em relação a constituição histórica da estrutura agrária do país, Alberto Passos destacou o domínio latifundiário de caráter feudal nas mãos de uma fidalguia que tornou-se a classe hegemônica por excelência, subordinando a seus interesses uma imensa camada de escravos e trabalhadores rurais na condição de servos. Na obra de Caio Prado, a grande propriedade esteve imbuída de um caráter mercantil, sentido dado pelos colonizadores, os quais migraram para a nova terra tendo em vista essencialmente a obtenção de lucro e riqueza,

porém, não a partir de seu próprio esforço físico, e sim mediante o trabalho alheio, principalmente o escravo.

Um último aspecto nessa análise foi dedicado a gênese das relações sociais de trabalho no campo, relações que para Alberto Passos tiveram um caráter predominantemente feudal, base para o domínio de uma classe latifundiária que procurou reproduzir na colônia os privilégios sociais do continente de origem. No caso de Caio Prado essas relações foram de ordem escravista, uma vez que a metrópole portuguesa buscou atender as necessidades de uma produção mercantil em larga escala, se afastando assim da reprodução de relações de caráter feudal e criando na colônia uma sociedade original.

A partir da matriz histórica da estrutura fundiária, ambos os autores buscaram compreender a configuração dos aspectos constitutivos da questão agrária na década de 1960. Nesse sentido, destacaram as características do campo em meados do século XX o qual, para Caio Prado, era marcado pela exclusão social da população trabalhadora rural e pela riqueza econômica de uma reduzida minoria de grandes proprietários, cuja base de poder estava assentada na grande propriedade e em um comércio especulativo e lucrativo, marcas do passado colonial. Para Alberto Passos, a estrutura fundiária na década de 1960 também era marcada pela herança colonial, porém, essa herança significava o domínio extra-econômico e social de uma classe latifundiária sobre seus trabalhadores e sobre os camponeses, mediante uma exploração de ordem semifeudal.

Tendo em vista essa realidade e levando em consideração o passado colonial, a principal medida para a solução da questão agrária para Alberto Passos deveria estar na realização de uma reforma agrária para acabar com os resquícios feudais e o poder extra-econômico do latifundiário. No caso de Caio Prado, sua análise o levou a propor a realização de uma reforma agrária e a criação de uma legislação trabalhista para o trabalhador rural, tendo em vista melhorar suas condições de vida e emprego, assim como facilitar seu acesso a propriedade da terra.

Diante dessas considerações, percebemos que o tema da questão agrária no debate político/intelectual de meados do século XX ressaltou aspectos de ordem econômica, social e política, assim como aspectos de ordem de interpretação histórica, principalmente se levarmos em consideração o posicionamento crítico de significativa parcela dos cientistas sociais para com o passado brasileiro, crítica com a chamada herança colonial que entravava o desenvolvimento do país tanto na esfera política, econômica e social.

As transformações implantadas no campo pelos grupos que assumiram o controle do Estado em 1964, no ato de força que depôs o presidente João Goulart, imprimiram uma nova

política agrária ao país no momento contemporâneo e subsequente a esse debate agrarista. No que diz respeito a questão agrária, os grupos sociais que assumiram o controle do aparelho do Estado tiveram como objetivo impedir uma solução democrática para os problemas do campo, modernizando as estruturas produtivas do setor primário mediante a manutenção das propriedades latifundiárias e do agravamento das condições de vida da população rural, a qual migrou de forma significativa para os centros urbanos.

Nesse sentido, consideramos importante o estudo das idéias e das ações de sujeitos que pensaram em soluções alternativas ao encaminhamento dado aos problemas do campo, como foi o caso de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. Nesse caso, principalmente devido ao surgimento nas últimas décadas do chamado agronegócio o qual, embasado em moderna tecnologia e grande produtividade, tornou o tema da reforma agrária, tão caro aos dois autores que estudamos nessa dissertação, um retrocesso no desenvolvimento da agricultura para boa parte da sociedade, inclusive, setores que se identificam com um pensamento de esquerda.

Necessitamos debater, como buscaram fazer Caio Prado e Alberto Passos no início dos anos de 1960, a associação entre injustiça social no campo e a forma pela qual se organiza e se desenvolve a produção na agricultura e na economia brasileira, ganhando força, desse modo, o tema da democratização da terra e de um projeto político de reforma agrária ao questionamento do próprio modelo de desenvolvimento vigente. Sendo assim, buscamos rever a obra de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães como tentativa de compreender a trajetória de um debate que ainda hoje se depara com a questão agrária no Brasil como um problema não-resolvido.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Citada:

- ARIAS, Santiane. A revista estudos sociais e a experiência de um “marxismo criador”. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2003.
- AUED, Bernardete Wrublevski. A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas. 1955-1964. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Tomo I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder. São Paulo: Unesp, 1997.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Feudalismo, capitalismo e escravidão (na formação social brasileira). In: Princípios. Revista teórica, política e de informação. nº 31. São Paulo: Anita Garibaldi, nov/jan, 1994.
- CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964). São Paulo: Difel, 1980.
- _____. O P.C.B. II (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982.
- DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). O ensino da história e a criação do fato. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira. 1960 – 1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1982.
- IGLESIAS, Francisco (org.) Caio Prado Júnior. Coleção História, nº 26. São Paulo: Ática, 1982.
- KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. In: Reforma Agrária. Boletim da Associação Brasileira de reforma Agrária. Campinas, SP: Vol. 23, nº 03, set/dez 1993.
- LENIN, V.I. O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, vol. 2, n. 05. São Paulo: Revista dos Tribunais, LTDA, outubro de 1987.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA; Francisco Carlos Teixeira da. História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis, RJ: Polis/Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, LTDA, 1981.

MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos Del. História do marxismo no Brasil. Volume IV. Visões do Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

MOSCATELI, Renato. História intelectual: a problemática da interpretação de textos. In: LOPES, Marco Antônio (org.). Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). 4ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

NOVAES, Regina Reyes. De Corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Maria Izabel de Moraes. História intelectual e teoria política: confluências. In: LOPES, Marco Antônio (org.). Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

PRIORI, Ângelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca de seus temas. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Partido Comunista, cultura e política cultural. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Biblioteca de Filosofia e Ciências Sociais da USP, 1986.

SANTOS, Raimundo. A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB. In: SANTOS, Raimundo (org.) Questão agrária e política: autores pecebistas. Seropédica, RJ: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

_____. Política e agrarismo sindical no PCB. Raimundo Santos, Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, 2002.

SEGATTO, José Antonio. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira [et all]. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

Bibliografia de Apoio:

BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. (1961–1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARRETO, Leda. Julião – Nordeste – Revolução. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Reforma Agrária e Identidade Camponesa. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Editora da USC, 2004.

CAMARGO, Aspásia Alcântara. A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base. In: GOMES, Ângela Maria de Castro [et all]. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. Tensões sociais no campo e reforma agrária. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, MG: Bernardo Álvares S.A, outubro de 1961.

CAVALCANTI, Coutinho. Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Edições Autores Reunidos Limitada, 1961.

CORSI, Francisco Luiz. Caio Prado Júnior e a questão do desenvolvimento. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. Caio Prado Júnior: as idéias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão. In: AXT, Günter; SCHULER, Fernando Luis (org.). Intérpretes do Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. A fidelidade à História. In: D'INCAO, Maria Angela (org.) História e ideal. Ensaio sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Secretária do Estado da Cultura/Brasiliense/Ed. da UNESP, 1989.

FERNANDES, Otávia. A Questão Agrária no Brasil. Belo Horizonte: Sinpro-MG, 1997.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil. São Paulo: Educ, Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

GNACCARINI, José César A. A propriedade como negócio. In: D'INCAO, Maria Angela (org.) História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Secretária do Estado da Cultura/Brasiliense/Ed. da UNESP, 1989.

GONÇALVES, José Sidnei. Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. A Concentração da produção e das rendas na economia brasileira. In: Estudos Sociais, n. 19. Rio de Janeiro: fevereiro de 1964.

KONDER, Leandro. Intelectuais brasileiros e marxismo. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

- KONRAD, Diorge Alceno. Caio Prado Júnior: uma idéia de revolução brasileira ou a evolução em luta com a dialética. Santa Maria, RS: [mimeo], 2004.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- PAGE, Joseph A. A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil 1955 – 1964. Tradução de SUASSUNA, Ariano. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PAULA, Delsy Gonçalves de; SOARES, Elise Paula. Uma História Recôndita. A orientação socialista e as lutas no campo brasileiro. In: PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha (orgs.). Sentimento de reforma agrária, sentimento de República. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- RUY, José Carlos. Os primeiros passos da interpretação marxista (visões da história – quarta parte). In: Princípios. Revista Teórica, Política e de Informação. Nº 55. São Paulo: Anita Garibaldi, nov 1999/jan 2000.
- _____. Feudalismo X Capitalismo (visões do Brasil – quinta parte). In: Princípios. Revista Teórica, política e de informação, n. 56. São Paulo: Anita Garibaldi, fev/abr 2000.
- RODRIGUES, Fabiana de Cássia. O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2005.
- SAMPAIO, Aluysio. O que é reforma agrária. São Paulo: Fulgor, 1962.
- SANTOS, Raimundo. Caio Prado Júnior na cultura política brasileira. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.
- SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Breve História do PCB. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o Golpe Militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia e GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos (orgs.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Fontes:

Associação Rural de Marília. In: CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964). São Paulo: Difel, 1980.

Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária. In: MARIGHELLA, Carlos [et all] A questão agrária no Brasil: texto dos anos sessenta. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

Declaração sobre a Política do P.C.B (Março de 1958). In: CARONE, Edgard. O P.C.B. II (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982.

DIAS, Giocondo. Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira. In: SANTOS, Raimundo (org.) Questão agrária e política: autores pecebistas. Seropédica, RJ: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

FACÓ, Rui. Notas sobre o problema agrário. In: MARIGHELLA, Carlos [et all] A questão agrária no Brasil: texto dos anos sessenta. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FERRARI, Fernando. Escravos da terra. Porto Alegre: Globo, 1963.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. Formação econômica do Brasil. 10ª ed. São Paulo: Editora nacional, 1970.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Inflação e monopólio no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. As três frentes de luta de classes no campo brasileiro. In: SANTOS, Raimundo (org.) Questão agrária e política: autores pecebistas. Seropédica, RJ: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas. In: CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964). São Paulo: Difel, 1980.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. A questão agrária e a revolução brasileira. In: SANTOS, Raimundo (org.) Questão agrária e política: autores pecebistas. Seropédica, RJ: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

Projeto de reforma agrária do governo João Goulart – 1964. In STÉDILE, João Pedro (org.) A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária. 1946 – 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Reforma Agrária e medidas parciais em benefício dos camponeses. In: SANTOS, Raimundo (org.) Questão agrária e política: autores pecebistas. Seropédica, RJ: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

Resolução política da Convenção Nacional dos comunistas (agosto de 1960). In: CARONE, Edgard. O P.C.B. II (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982.

SIGAUD, Dom Geraldo de Proença; MAYER, Dom Antonio de Castro; OLIVEIRA, Plínio Correia de; FREITAS, Luiz Mendonça de. Reforma agrária: questão de consciência. 3ª ed. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à revolução brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. História da burguesia brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. Formação histórica do Brasil. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

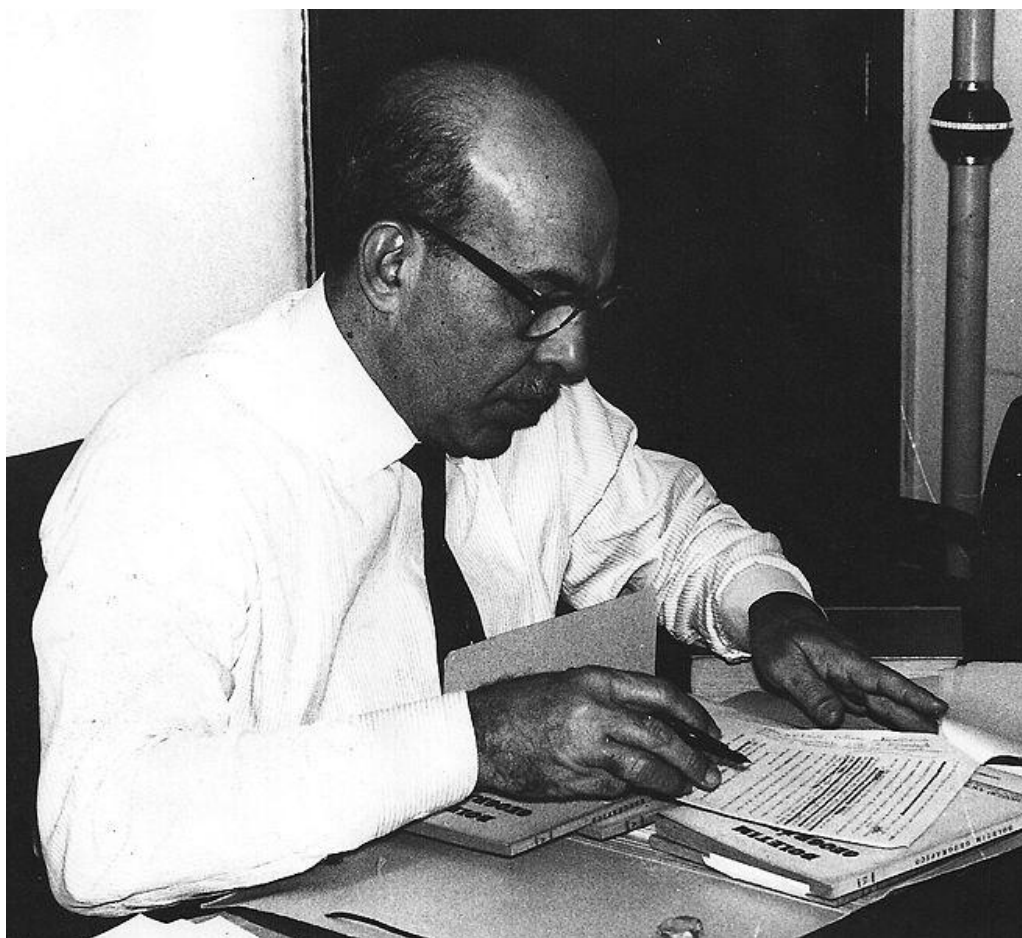
VERA, Nestor. O papel dos camponeses na revolução. In: SANTOS, Raimundo (org.) Questão agrária e política: autores pecebistas. Seropédica, RJ: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

VINHAS, Moisés. Operários e camponeses na revolução brasileira. São Paulo: Fulgor, 1963.

ANEXOS

Alberto Passos Guimarães

(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Alberto_Passos_Guimar%C3%A3es_at_work.jpg)



Caio Prado Júnior

(Fonte: Júnior http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/caio_prado/Um_Caminho_Coerente_05/um_caminho_coerente_05.htm)



Ligas camponesas, set. 1960
(Fonte: Agência O Globo)



Esq/dir: advogado e líder das "Ligas Camponesas", Francisco Julião; primeiro-ministro, Tancredo Neves; presidente João Goulart; Magalhães Pinto (5º) e o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, durante o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1961.

(Fonte: CPDOC/Arquivo Tancredo Neves/TN foto 1024)



GFA 6305.02
tv

Autores de "Reforma Agrária-Questão de Consciência"

Telegrafam ao Sr. João Goulart

A propósito do ante-projeto de reforma agrária que o Sr. Presidente da República divulgou, os autores de "Reforma Agrária-Questão de Consciência", D. Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina, D. Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos, Prof. Plínio Corrêa de Oliveira e Economista Luiz Mendonça de Freitas, telegrafaram ao Sr. João Goulart nos seguintes termos:

Excelentíssimo Dr. João Goulart
DD. Presidente da República
Palácio Planalto
Brasília

Interpretando o sentir de larga corrente de opinião que se vai pronunciando em abaixo-assinados procedentes de todo o País, os autores do livro "Reforma Agrária - Questão de Consciência" apelam respeitosamente para Vossa Excelência no sentido de que não peça ao Congresso Nacional a anunciada modificação dos artigos 141 § 16 e 147 da Constituição Federal, nem uma distribuição forçada de terras pertencentes a particulares baseada na negação dos princípios consagrados naqueles dispositivos constitucionais. Os citados incisos da Constituição Federal contêm princípios básicos da doutrina e da civilização cristãs que a nenhum poder humano é lícito revogar. Ademais a consciência cristã dos brasileiros jamais aceitará como legítimo que o poder público, imenso latifundiário, o qual possui a maior parte do território nacional, em lugar de fazer judiciousa distribuição desse imenso potencial inaproveitado, lance mão arbitrariamente de propriedades particulares. As projetadas medidas vêm causando apreensão à classe rural, tanto aos proprietários, quanto aos trabalhadores manuais que têm sabido manter-se nobremente alheios a tôdas as provocações para a desordem. Esperando que Vossa Excelência não se manifeste alheio às apreensões de tantos brasileiros, enviamos a Vossa Excelência nossos cumprimentos e protestos de alta consideração.

Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina
Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos
Plínio Corrêa de Oliveira
Luiz Mendonça de Freitas

7

Panfleto da Associação Rural de Pedro Leopoldo contra a reforma agrária do governo, acusando-a de antidemocrática. [1963-1964].

(Fonte: CPDOC/FGV/arquivo Cordeiro de Farias/ CFa tv 1963-05-02-doc 2)

CFa 63.05.02
tv

FAZENDEIRO!

Are e cultive suas terras.
O Governo quer dividi-las, sob a alegação de que você é preguiçoso.
Prove o contrário!
Demonstre que você é capaz de produzir apesar de todas as dificuldades.
O projeto de reforma agrária preconiza a desapropriação de áreas não cultivadas.
Não deixe que isto aconteça a você.
Plante qualquer lavoura, mas, não deixe de plantar; mesmo sem a ajuda do governo, que tem se omitido técnica e financeiramente.
De que vale uma indústria exuberante ou um comércio altamente desenvolvido?
Sem o seu trabalho o país passará fome.
Mostre à Nação o seu valôr, para que o govêrno tambem o reconheça.

PLANTE!

[Colaboração da Associação Rural de Pedro Leopoldo]

8